



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA LÚCIA MARTINS PEDROSA MARRA

Violência e Transgressão na periferia de Belém:
Sociabilidade e os arranjos criminosos no espaço de ocupação
Riacho Doce.

BELÉM
2008

MARIA LÚCIA MARTINS PEDROSA MARRA

Violência e Transgressão na periferia de Belém:
Sociabilidade e os arranjos criminosos no espaço de ocupação
Riacho Doce.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências sociais, área de concentração: Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Wilson José Barp.

BELÉM
2008

MARIA LÚCIA MARTINS PEDROSA MARRA

Violência e Transgressão na periferia de Belém:
Sociabilidade e os arranjos criminosos no espaço de ocupação
Riacho Doce.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências sociais.

Data de Aprovação: Belém, _____ de _____ de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wilson José Barp – (orientador)

Prof. Dr. Daniel Chaves Brito (examinador interno)

Prof. Dr. Jaime Luiz Cunha de Souza (examinador externo)

Prof^a Dr^a. Maria José da Silva Aquino (Suplente)

Aprovado: _____

Este trabalho é dedicado a

*Meus amados pais Lacy Martins da Silva e Ely Josefina
Martins (in memoriam) razões da minha existência,
Meus caríssimos irmãos cujas presenças em minha vida
representam uma eterna festa,
A Help responsável pelo início de tudo e pela crença que ainda
mantém em mim,
A Camila e Galileu Marra os amados mais amados, sem os
quais a vida é nada.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com o apoio de várias pessoas e Instituições, sem as quais não poderia ser concretizado. Assim, meus agradecimentos vão:

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará por me acolher em seu programa de Pós-Graduação.

Ao CEI e a Ouvidoria Pública do Estado por disponibilizar os dados estatísticos necessários nesta pesquisa.

Aos agentes da 11ª Zpol que disponibilizaram horas preciosas do seu trabalho para nos conceder as indispensáveis informações através das entrevistas.

Ao meu Orientador Professor Wilson José Barp, que disponibilizou toda a bibliografia necessária para a construção deste estudo, pela atenção, paciência, encorajamento e incentivo que sempre me deu, me ensinando percorrer com cautela os perigosos caminhos da pesquisa sobre violência.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará.

A equipe da secretaria, Rosângela e Paulo pela solicitude com que sempre atenderam minhas necessidades acadêmicas.

Ao Professor Christian Pinheiro da Costa, que a despeito das suas horas incansáveis de trabalho, ainda encontrou tempo, carinho e amizade para oferecer sua inestimável contribuição intelectual através das sugestões e correções, nunca poderei me esquecer de quanto a sua ajuda foi importante neste trabalho.

A todos os entrevistados, em especial, os alunos do Projeto Riacho Doce, que me forneceram informações preciosas sobre as muitas dinâmicas sociais do Riacho Doce.

A minha amada irmã Jôse, que se transformou em minha mestra de finais de semana e me conduziu nos primeiros passos para a compreensão do pensamento de muitos filósofos e sociólogos.

A Kika, estimada sobrinha que me orientou na construção das páginas iniciais do meu Projeto de Pesquisa e me auxiliou a entender o pensamento dos pensadores clássicos da sociologia.

A minha filha Camila, um ser especial dotado da mais incrível sabedoria e destreza para as novas tecnologias, sem sua ajuda preciosa jamais teria concluído este trabalho.

Ao grupo de amigos que compartilhou comigo alegrias e angústias da aventura de um mestrado.

Aos outros amigos que eu não preciso citar nomes para saber o quanto são importantes e pelo carinho e compreensão pelas minhas freqüentes ausências.

A Antônio Marra um companheiro que mesmo distante ainda faz parte da trajetória de minha vida.

E por fim, a Nehemias Valentim pela presença constante, pelo apoio em todos os sentidos e por dispensar o seu enorme amor e orações que serviram para manter o meu coração e minha alma em equilíbrio.

A todos meu muito obrigado!

A metrópole e a vida mental, que a vida urbana excita nos nervos, intensifica as áreas de atrito entre os moradores da cidade, atíça sua sensibilidade pela proximidade do convívio, pelo anonimato, pela indiferença. Facilmente cria-se um clima explosivo que pode resultar em conflito e violência.

Georg Simmel.

SUMÁRIO

Introdução	13
Aspectos Metodológicos da Pesquisa: Percalços de uma “viagem”	18
Informações sobre a ocupação Riacho Doce	25
Breves Informações Sobre O Projeto Riacho Doce	36
Capítulo I – Violência Urbana: Contextos da Criminalidade	39
1.1. Violência no Brasil – Afinal Onde Começou?	43
1.2. A história como testemunha de um estado-nação tacitamente violento	46
1.2.1. Brasil: e o Processo da Ditadura Militar (1964-85)	46
1.2.2. Anos 1970 – Agentes de Segurança e práticas de violência no período da ditadura	49
1.2.3 Décadas de 1980-1990: a busca pelos Direitos Humanos	52
1.3. Peculiaridades Urbanas: um olhar sobre a violência em Belém do Pará	54
Capítulo II – Pobreza e Exclusão Social: Elementos Potencializadores do Crime?	61
2.1. O contexto da pobreza e da exclusão: matizes de muitos olhares	61
2.2. O culpado é aquele “negrinho” – a violência por trás do estigma	71
2.3. Um Riacho que de doce não quase tem nada	74
Capítulo III - Profissão Policia: Retratos da (In)Segurança Pública no Brasil	78
3.1. Policiamento e a estrutura militar da Policia brasileira	79
3.1.1 Abordagem sobre a característica militar da Policia	81
3.2. Profissão Policia: Obtusos Direitos Humanos	86

Capítulo IV – Transgressão e Sociabilidade: As Relações entre Agentes de Segurança Pública e a Comunidade de um Espaço Social Marcado pela Criminalidade	94
4.1. Natureza elementar das sociabilidades	95
4.2. Sociabilidade Integradora: base essencial entre o conflito e o consenso nas ações criminosas	98
4.3. Violência, Crime e Relações de Poder: uma via de mão dupla no Riacho Doce	104
4.4. Quem tem medo de bandido? Composição da violência policial no espaço de ocupação Riacho Doce	112
4.5. Aviõezinhos do Riacho Doce: crianças e adolescentes em uma arriscada viagem rumo ao “mundo” das drogas	122
4.5.1 Circunstancias que favorecem a juvenilização do crime	127
4.6. Sociedade de risco global: turbulências na modernidade	131
4.7. Violência tráfico e globalização	135
Considerações Finais	139
Bibliografia	150
Apêndice	160
Anexos	191

RESUMO

Este estudo se propõe a investigar o contexto da transgressão e violência no espaço de Ocupação Riacho Doce e suas implicações no contexto social. Nele buscamos demonstrar uma série de arranjos que resultam nas múltiplas sociabilidades que favorecem ações criminosas entre infratores da área e Agentes de Segurança Pública. Além desses aspectos pontuais, o mesmo expõe algumas discussões teóricas sobre conceitos essenciais para a compreensão do fenômeno da violência como todo. Dentre eles, pobreza e exclusão social, estigma e medo, sociedade de risco global, violência urbana, direitos humanos, crime e relações de poder. Ressaltando ainda, a trajetória histórica das Instituições de Segurança Pública, dando ênfase para as Polícias Militar do Brasil e do Pará e suas respectivas características, no intuito de demonstrar que a conjunção de todos os elementos apresentados tem favorecido um lucrativo comércio de drogas no local e conseqüentemente aumentado à criminalidade com participação de alguns Policiais acostumados a práticas ilícitas, adolescentes e criminosos da área.

Palavras-Chave: Transgressão, Sociabilidade, Violência Urbana, Criminalidade, Agentes de Segurança Pública.

ABSTRACT

This study propose itself to investigate the context of the transgression and violence in the area of Occupation Riacho Doce and its implications in the social context. Onit, we search to demonstrate a series of arrangements that result in the multiple sociabilitie that favour criminal actions between local transgressors and Public Security Agents. Besides these precise aspects, the same displays some theoretical discussions about essential concepts to the comprehension of the violence phenomenon as all. Amongst them, poverty and social exclusion, stigma and fear, global risk society, urban violence, human rights, crime and power relations. Sticking out further, the historical trajectory of the Public Security Institutions, emphasizing to Brazilian and Pará Military Police and theirs respective characteristics, in intention to demonstrate that the conjunctions of all presented elements has favored a lucrative local commerce of drugs and consequently increased criminality with somepoliceman participation that used to do practical illicit, local adolescent and criminals.

Keywords: Trangression, Sociabilitie, Urban Violence, Criminality, Public Security Agents.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura. 1	Mapa de Localização do Espaço de Ocupação Riacho Doce	28
Figura. 2	Ação da Polícia e Repressão à invasão do espaço de propriedade da Universidade, atual Riacho Doce	31
Figura. 3	Início das Atividades no Projeto Riacho Doce (1995)	38
Figura. 4	Notícias da Violência do Guamá	56
Figura. 5	Crianças expostas à marginalidade	77
Figura. 6	Crimes no Guamá, “Rato Branco em evidência”	113

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CEASA	Centrais de Abastecimento
CEI	Centro Estratégico Integrado
DATA	Divisão de Atendimento ao Adolescente
IAS	Instituto Ayrton Senna
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PDL/RDP	Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal
PM	Polícia Militar
PRD	Projeto Riacho Doce
RBM	Região Metropolitana de Belém
RDPM	Regulamentos Disciplinares das Policias Militares
SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SISP	Sistema Integrado de Segurança Pública
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a Cultura
ZPOL	Zona de Policiamento

INTRODUÇÃO

O propósito de investigar a questão da violência que ocorre em uma área de criminalidade da Grande Belém¹, se deu a partir do nosso próprio contexto, ao desempenhar atividades de coordenação pedagógica do Projeto Riacho Doce (PRD)², uma atividade desenvolvida pelo Departamento de Educação Física do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Desde a nossa inserção na UFPA, há sete anos, temos percebido muitos atos de violência, que muitas vezes, motivados pelo medo, nos tentam a abandonar nossas atividades. Ao contrário, foi o limite do medo e a necessidade de compreender as dinâmicas que favorecem essas práticas, que nos motivou a investigar os atos de criminalidade tão presentes no referido espaço urbano.

Peculiaridades como assalto a mão armada, transações com drogas, invasão do espaço institucional destinado à educação³, cerco policial a criminosos, confrontos entre grupos rivais, espancamentos, brigas e conflitos, configuraram-se como elementos determinantes para este estudo, nos quais, em muitas situações nos inserimos também como protagonista⁴.

Desta forma, nosso objetivo mais relevante se firmou na verificação das condições que propiciam o surgimento da violência neste espaço urbano e como as mesmas são constituídas, avaliando os mecanismos que possibilitam sua reprodução, já que a problemática apontava para o foco de nossas preocupações que era exatamente a de saber *se/como e por que ocorrem sociabilidades*⁵ *entre o comportamento de Agentes de Segurança Pública destacados para a segurança*

¹ Referência ao espaço de ocupação Riacho Doce em Belém do Pará, localizado no entorno da Universidade Federal do Pará no bairro do Guamá, constituído a partir do processo de ocupação desordenada ainda na década de 1990.

² Projeto Riacho Doce, (PRD) uma proposta Acadêmico-Social que atende cerca de 600 crianças e adolescentes, oriundos de famílias de baixa renda, que moram no entorno da UFPA, através de um Programa inclusivo de Educação através do Esporte. Melhores esclarecimentos sobre o mesmo estarão expostos ao longo desse trabalho.

³ Referência ao Projeto Riacho Doce no Campus III da UFPA.

⁴ Para melhor compreensão desse protagonismo, ler os diversos casos que estão no apêndice deste trabalho.

⁵ O conceito de sociabilidade muitas vezes pressupõe aspectos de integração de forma positiva e harmoniosa, no entanto, neste estudo, a aplicação (concepção) deste conceito se ajusta a uma análise e adequações de sociabilidade voltada às praticas criminosas.

local e membros da comunidade da área de ocupação Riacho Doce envolvidos em atos de transgressão verificados neste espaço social dominado pela criminalidade.

A suspeição desse emblema não ocorreu de forma aleatória ou a partir de subjetividades, ao contrário, se fortaleceu continuamente a partir da observação de determinados fenômenos ligados a atos de criminalidade que geraram determinada circunspeção.

Neste contexto, a elucidação das dinâmicas sociais que desencadeiam atos de violência e criminalidade, muitas vezes permeados pela permissividade dos próprios Agentes de Segurança os quais “deveriam” manter a segurança e a ordem, faz com que a cultura do medo se inscreva como mais um valor na memória social.

De forma mais específica, foi necessário uma incursão sobre as práticas criminosas observadas, sem, contudo, deixar de relacioná-las as dinâmicas espaciais e temporais que ocorreram na Região Metropolitana de Belém (RMB), sobretudo no espaço de ocupação Riacho Doce, nosso *locus* de interesse, as quais estão relacionadas às formas de ocupação urbana, que via de regra, enquanto espaços de ocupação desordenados, muitas vezes, culminam em situação de pobreza e exclusão social.

De forma a entender este fenômeno, tomamos de empréstimo os estudos de Trindade Junior (1997), Santana (1994) e Alves (1997), os quais apontam para essa diversidade espacial e sua complexidade, coletando informações sobre o processo de produção do espaço em áreas de baixada na cidade de Belém, o papel do Estado, e as estratégias dos movimentos sociais que culminaram em demandas de ocupação desordenada dessas áreas.

A análise dessas tendências de diversificação do uso e da apropriação do solo em área de baixada nos remeteu a uma realidade pungente entre as várias mixagens que caracterizam esses universos, a saber, exclusão social, determinantes criminais, contextos sócio-econômicos⁶, especulações, sociabilidades, entre outras coisas. Isto porque determinadas áreas, que antes comportavam em geral, a camada social de baixo poder aquisitivo, passaram a apresentar um novo conteúdo

⁶ Os aspectos sócio-econômicos não parecem neste contexto como um tributo para o crime, ao contrário refuta a premissa da marginalidade social.

social, resultando um caráter complexo do uso da terra em áreas de baixadas, como o espaço de ocupação⁷ Riacho Doce.

Portanto, buscamos referências sobre violência e crime tentando entender seu contexto histórico social, os mecanismos que os provocam e desencadeiam, com objetivo de compreender como estes acabam sendo legitimados pela própria população.

Uma relação entre pobreza, espaço urbano e crime não pôde ser ignorada. Para tanto um estudo relacional destas categorias foi fundamental para a compreensão dos fenômenos de violência que ocorrem, principalmente, nos espaços estigmatizados socialmente, como a área investigada, estudo que comporá um dos capítulos.

Para compreender certos comportamentos (desvios de conduta) dos Agentes de Segurança Pública, foi preciso averiguar a gênese da Instituição de Segurança Pública no Brasil seu contexto histórico, suas premissas e o papel do Estado enquanto mantenedor da mesma. Para tanto, fez-se necessário buscar abordagens teóricas capazes de nos informar sobre tal temática⁸.

Assim, para que fosse possível sistematizar os dados obtidos a partir de leituras, entrevistas e observações, desenvolvemos este trabalho em quatro capítulos distintos e uma epígrafe, que num aspecto geral, se correlacionam:

As considerações que compõem o capítulo I – discutem algumas das principais correntes que tratam da questão da *criminalidade* de um modo geral e da *violência urbana*. Tais conceitos foram empregados por parecerem mais adequados à nossa perspectiva e estão sendo considerados de acordo com terminologias adotadas por autores distintos, cujas teorias se relacionam a nossa questão de pesquisa⁹.

⁷ Embora o termo ocupação seja o termo mais politicamente correto, para descrever principalmente os movimentos de posse de terras que ocorrem no território brasileiro, adotaremos além desse, o termo “invasão” por se tratar de um termo mais utilizado na grande Belém, mesmo porque, a Região Metropolitana de Belém, em sua grande maioria, de acordo com Trindade Jr (1993), Santana (1994) e Alves (1997) advém desse modelo de ocupação, ou seja, corresponde a sua característica histórico-espacial.

⁸ Não existe, contudo, a pretensão de afirmar que o contexto de violência no Brasil esta contido na gênese das Instituições de Segurança ou na função do Estado, insinuando que o crime e a violência fosse algo programado historicamente na ideologia do Estado e das Instituições.

⁹ O conceito de crime aborda um grande universo de nuances e ações com características múltiplas obedecendo inclusive, aspectos geográfico-espaciais. Por isso, como neste estudo fazemos uma abordagem da criminalidade no meio urbano, buscamos maiores argumentos sobre este conceito a partir das concepções teóricas de Misse,

As que compõem o capítulo II – apresentam uma abordagem temática de acordo com os vários olhares sobre *pobreza e exclusão social*, na tentativa de se desmistificar alguns conceitos que tentam justificar a controversa discussão entre pobreza e crime no Brasil contemporâneo, cuja tentativa leva a errônea conclusão de que toda tendência criminal dela advém. Ainda neste capítulo, analisamos algumas vertentes que focalizam a relação entre *espaço urbano, pobreza e violência*, por “acreditar” que são categorias inter-relacionais, portanto fundamentais para a compreensão do nosso objeto de pesquisa.

As que compõem o capítulo III – descrevem o processo de origem da *Instituição de Segurança Pública no Brasil*, para que se possa localizar a sua gênese, levando a compreensão de sua significação no espaço-temporal histórico, de forma que se possa compreender o formato desse aparato institucional.

Já as que compõem o capítulo IV – tratam um dos pontos centrais de nosso estudo, que é justamente a proposição segundo a qual insistimos na hipótese de que existe uma *sociabilidade entre o comportamento do Agente de Segurança Pública e os atos de transgressão verificados em um espaço social dominado pela criminalidade*, o espaço de ocupação Riacho Doce. Além de discorrer brevemente sobre globalização e sociedade de risco.

No último momento, para que fosse possível demonstrar algumas *variedades de eventos* que caracterizavam as transgressões suspeitas e as características de “sociabilidades” referidas em muitos momentos deste texto, destacamos alguns episódios circunstanciais, os quais consideramos importantes por se tratarem de episódios que contribuíram para a nossa inquietação e conseqüentemente a problemática a que nos propusemos investigar.

Sistematizamos então em forma de epígrafe, e não de capítulo, a maneira como esses eventos são vivenciados por seus atores (Transgressores¹⁰, Agentes de Segurança e a Comunidade local). A exposição dos eventos e a leitura da subjetividade de cada caso nela contido, nos possibilitou um paralelo teórico possível de análise.

(2007a, 2007b, 2007c), Zaluar (1985, 1998,2004) por se tratarem de estudos que se aproximam da problemática aqui levantada, dentre outros.

¹⁰ Adotamos expressões como transgressores, transgressora, transgressões, por acreditarmos tratar-se de uma linguagem mais aceitável no meio acadêmico, contudo ao longo desta leitura outros termos e expressões mais peculiares serão encontrados, tais como bandido, marginal, vagabundo. Embora constituam expressões um tanto “espinhosas”, são comumente utilizadas tanto pelos moradores do espaço estudado quanto por policiais da área, portanto estarão presentes em muitos depoimentos.

Nossa pretensão foi chegar o mais próximo dos objetivos propostos, desta forma, teremos contemplado alguns aspectos do problema da violência no referido espaço social dominado pela criminalidade, ao mesmo tempo em que tentamos dentro das possibilidades explicitar algumas formas de inter-relações entre sujeitos que ocupam posições distintas no meio social, mas que ao mesmo tempo adotam atitudes análogas.

Aspectos Metodológicos da Pesquisa: Percalços de uma “viagem”

A pesquisa representou para nós uma trajetória de investigação mesclada de vestígios e pistas, uma viagem cujos objetos obscuros trazidos dentro da mala compunham uma vacilante intenção, cheia de certezas que de vez em quando se transformaram em incertezas interrogativas, assim como espaços dinâmicos e contestados, paradigmaticamente convulsivos no campo das diversas teorias que tínhamos que necessariamente “destrinchar”.

Na mesma condição de Maués (2003, p. 106) “nossa mala abarrotada de marcas reuniu o caráter do nosso percurso marcado por aceites, recusas, de definições, redefinições, bagagem revista e rearranjada do viajero”. O enfrentamento do óbvio, frente a frente com o perigo, necessidade de dissimular o medo, criar estratégias de aprovação dos muitos vistos no “passaporte” que nos conduziria as informações preciosas.

Embora parecesse impossível, imputamos um enorme esforço para nos destituir das subjetividades de forma a não contaminar a pesquisa. Por convivermos por anos lado a lado com os sujeitos sociais de nossa investigação, nos parecia intrincado vivenciar tantos infortúnios que envolviam pessoas de nosso convívio diário, como professores, pais, e alunos sem, contudo, não permitir uma reflexão um tanto “emocional” sobre os fatos.

O fato de conhecer a área facilitou nossa investigação, já que vez por outra, adentramos o local, no intuito de localizar família de alunos, ou para deixar em casa alguma criança que os responsáveis esqueciam de buscar ao final das atividades do PRD, ou mesmo para contratar alguns serviços de faxineira, merendeira, ou costureiras que pudessem confeccionar roupas das bailarinas para as Mostras de Dança que o Projeto realiza anualmente. Foi essa busca de alguns produtos e serviços, que nos possibilitou uma familiaridade com este espaço urbano, que foram além dos muros do Campus III.

Nessas incursões foi possível vislumbrar um universo dinâmico de acontecimentos e ações que nem sempre estão relacionadas ao crime, mas a dinâmica social como um todo. Estes aspectos ao longo da pesquisa nos criaram situações dicotômicas: ora a facilidade de comunicação com os atores sociais da área, ora o medo por conhecer os perigos tanto declarados quanto latentes.

Para que pudéssemos realizar este estudo, optamos por adotar os pressupostos da metodologia qualitativa de pesquisa utilizando-nos no processo da investigação das pesquisas bibliográficas e de campo.

Na pesquisa bibliográfica, fizemos inicialmente o levantamento de literaturas que nos informasse sobre Criminalidade e Violência Urbana em seus aspectos gerais; Pobreza e Exclusão Social; Sistemas de Segurança Pública; Agentes de Segurança (Polícia Militar) e posteriormente Espaço-geográfico-urbano; Sociabilidade, dentre outros. Foi a revisão dessa literatura que nos permitiu definir com maior clareza os conceitos básicos sobre o tema investigado.

A fim de obter maiores dados, optamos, em algumas situações, pelo modelo de entrevista semi estruturada, por “tratar-se de uma técnica que possibilita maior liberdade para o entrevistado emitir respostas e opiniões a cerca do objeto investigado” (CONDURU; PEREIRA, 2007, p.38) em outras, entrevista aberta. A escolha dos entrevistados, ora ocorria de forma programada, ora de forma espontânea, bastava apenas situação e momento oportunos¹¹.

Elegemos como foco de conversação entre os entrevistados os principais temas: (1) Tempo de Moradia ou Trabalho na área, (2) Violência e Marginalidade no Bairro (3) Trabalho policial, (4) Violência e Corrupção policial (5) Sistemas de Segurança, (6) Representação da Polícia (7) Tráfico de Drogas, entre outros.

Para estas entrevistas foram selecionados 3 (três) monitores do PRD que residem no Riacho Doce, 3 (três) adolescentes da área, envolvidos com o tráfico¹² 5 (cinco) moradores da área, 5 (cinco) responsáveis por alunos do PRD 4 (quatro) Agentes de Segurança Pública¹³, e 2 (dois) traficantes, cujo contato foi feito através de um adolescente do PRD, seu “funcionário”. Os demais correspondem a

¹¹ Prestávamos sempre atenção nas conversas de familiares e alunos do PRD sobre fatos relacionados à violência e crime no Riacho Doce, o que não é difícil, dependendo do tipo de assunto, se este nos interessava, criávamos uma oportunidade para conversar informalmente e obter dados. A partir desses dados, muitas vezes, foi possível chegar a informantes como alguns transgressores do local. O nosso contato eram os próprios alunos, especialmente aqueles que já sabíamos viver do comércio de droga, e suas famílias.

¹² O fato de saber esse detalhe sobre os adolescentes, é em razão dos mesmos, serem alunos do PRD e da própria família nos comunicar, buscando auxílio para livrá-los da cadeia ou desse tipo de comportamento.

¹³ Optamos por entrevistar somente Policiais Militares que atuam na área do Guamá e Riacho Doce por tratar-se do locus de investigação. A abordagem desses policiais foi feita em ocasião do cerco policial a um criminoso que se refugiou nas adjacências do PRD. Resolvido o “caso”, convidamos os mesmos para tomar o lanche que é oferecido para as crianças e imputamos a partir daí uma conversa informal. Informei-lhes sobre nossa pesquisa e indagamos da possibilidade de cederem alguns minutos de seu tempo para uma entrevista, que pleiteávamos realizar para compor o nosso estudo. Diante de sua concordância, buscamos a aprovação do Comandante da 11ª Zona de Policiamento (11ª Zpol), para realizar as entrevistas, como ocorreu de fato, em dias alternados.

fragmentos de expressões espontâneas que colhíamos oportunamente quando o assunto era pertinente à pesquisa.

Outra estratégia adotada para coleta de dados se deu a partir de eventos, conversas, reuniões e oferta de palestras sobre violência com o grupo de pais no PRD, participação em fóruns de debates sobre violência local com membros das Associações¹⁴.

Para obtenção de dados nas entrevistas com os policiais, muitas vezes foi necessário fazer uma viagem interrogatória, e no meio dela perguntar por momentos de sua vivência familiar que nada significavam para compor o que pretendíamos, sendo necessárias muitas horas de conversa “estéril” para poucas informações precisas¹⁵.

Tivemos a sensação inclusive, de que há um código de honra entre os Agentes de Segurança, visto que ao tocarmos na questão da violência e da corrupção policial, a estratégia era a de sempre fugir do assunto ou jamais admitir que “esses” modelos faziam parte da sua corporação, ou que sequer haviam presenciado um ato que fundamentassem tais proposições.

A leitura da obra de Barreira (1988) foi indispensável para a adoção de estratégias que permitisse nos envolver com pessoas acostumadas à criminalidade (e ao poder dela advindo). Imitamos alguns artifícios utilizados por Barreira em ocasião de suas entrevistas com pistoleiros¹⁶, também para lidar com assuntos perigosos como corrupção e violência policial, marginalidade, tráfico de drogas, comércio ilegal de armas entre outros, contidos neste estudo.

Na maioria das vezes, tendo que respeitar as relações de poder “instituídas” na comunidade por líderes do tráfico de drogas, tivemos que oferecer um tratamento “vip” aos mesmos a fim de adquirir informações precisas.

As estratégias adotadas foram fazer convites formais por escrito para visitarem nosso espaço de trabalho, elogiando suas qualidades de liderança,

¹⁴ Alguns desses eventos ocorreram nas dependências da 11ª Zpol por iniciativa do próprio comando em parceria com a comunidade na intenção de esclarecer e minimizar os impactos da violência local.

¹⁵ Para as entrevistas criamos anteriormente um pequeno roteiro dos dados mais pertinentes ao estudo. Estes, deveriam focalizar as respostas que nos desse maiores informações sobre a criminalidade na área, corrupção e violência policial, embora muitas outras informações sobre contexto econômico-social, ocupação desordenada, exclusão social entre outros também foram considerados por se tratarem de categorias relacionais.

¹⁶ Para melhores informações ver BARREIRA, César (1988).

presentear com kits esportivos, convidar para festividades. Exaltando assim, suas vaidades e seus valores, conquistávamos pouco a pouco sua confiança.

Muitos dos entrevistados no primeiro momento desconfiados, não permitiam a gravação de seus depoimentos, pois nessas entrevistas eram citados nomes e ações de alguns policiais, havia, portanto, o medo da represália, ainda com a garantia de que todas as identidades seriam preservadas, resistiam à gravação ou a anotações. Nesse caso, muitos dados tiveram ser memorizados e oportunamente transcritos com rapidez.

A participação em eventos festivos e encontros de Associações locais nos permitiram a aproximação com membros da comunidade e conseqüentemente a obtenção de muitos dados sobre a criminalidade na área e a exposição da identidade de transgressores e policiais envolvidos em esquemas de violência e corrupção. A crença na veracidade desses testemunhos se sustentou através do depoimento de pessoas que foram entrevistadas separadamente e confirmavam “denúncias” idênticas.

Uma parceria estabelecida “informalmente” entre a nossa coordenação e o Comando da 11ª Zpol, localizada próximo à área investigada, nos possibilitou a participação em reuniões estabelecidas entre a Corporação da Polícia Militar (PM), alguns membros de Associações da comunidade e moradores da área.

Essa intimidade fez com que o comandante dessa zona, na ocasião, permitisse que alguns Agentes de Segurança fossem entrevistados, liberando-os inclusive no horário de trabalho.

Foi à credibilidade Institucional da UFPA e a menção permanente do nome e o trabalho desenvolvidos por alguns professores¹⁷ da mesma, que nos possibilitou a obtenção de documentos e dados estatísticos que auxiliaram na comprovação de fatos e eventos. Além da aquisição de antigas reportagens de jornais.

A partir dos dados coletados foi feito o exame necessário em diversos pressupostos teóricos, que serviram de base para os procedimentos da análise dos conteúdos. A mesma implicou num primeiro momento, a organização do material coletado, dividindo-o em partes, relacionando-as procurando identificar, tendências e padrões relevantes; num segundo momento, essas tendências e padrões foram

¹⁷ Em muitas ocasiões exaltamos o trabalho do Grupo de Pesquisa sobre violência, desenvolvido por professores do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFPA, dentre eles os professores Daniel Brito e Wilson Barp.

reavaliados, buscando relações e inferências num nível de abstração mais elevado. A análise surgiu no confronto entre os princípios teóricos do estudo e o que foi desenvolvido durante a pesquisa, num movimento constante.

Os procedimentos de análise de dados ocorreram nas seguintes etapas: delimitação progressiva do foco de estudo; formulação de questões analíticas (que articularam teoria e dados); aprofundamento da revisão de literatura; uso extensivo de comentários, observações e especulações ao longo da coleta, (variações ou versões contraditórias, detalhes sutis, como silêncios, hesitações, lapsos, pistas importantes quanto ao investimento afetivo presente; condução do discurso, de modo a argumentar contra ou a favor de uma versão dos fatos).

Análise após a coleta de dados também seguiu a seguinte seqüência: construção de categorias (com base no referencial teórico considerando não só o manifesto como também o latente) e teorização (abstração dos dados para estabelecer conexão e relações que possibilitassem a proposição de novas explicações e interpretações sobre o fenômeno estudado).

A aquisição da maioria dos dados coletados só foi possível a partir da nossa “intimidade” com o ambiente e com as dezenas de famílias que têm seus filhos matriculados no PRD.

A leitura de uma Dissertação de Mestrado¹⁸ nos possibilitou perceber que se tratando de pesquisa acadêmica é fundamental também fazer uma observação minuciosa do uso da linguagem, das formas de ocorrências, do contexto onde está sendo investigado o problema, de modo a não comprometer o todo.

No texto em questão, a pesquisadora afirma, por exemplo, que na redação de um projeto de pesquisa é preciso um distanciamento dos preconceitos e jargões existentes, de maneira que os mesmos não se materializem no vocabulário e conclusões que deverão ser utilizados no trabalho, pois muitas vezes, nesse tipo de pesquisa, reproduzimos frases prontas do senso comum, ou que aparecem na mídia ou na fala das pessoas da comunidade ou da maioria dos policiais.

A exemplo disso, durante a realização de um Boletim de Ocorrência policial, em ocasião de assalto a seis professores do PRD por adolescentes na

¹⁸ Ver Rocha (2005).

“Passarela do Medo¹⁹”, um capitão²⁰ da PM de plantão na Delegacia do Bairro do Guamá, unidade também responsável pela segurança da área do Riacho Doce²¹, se expressou da seguinte maneira:

Professora, os “bandidinhos” que roubam vocês são os seus vizinhos do Green Ville III²², esse bando de favelado. A gente prende os malandros, mas a lei protege eles, então no outro dia estão soltos por aí roubando de novo, porque são todos de menor, a gente não pode fazer nada, a única solução é matar esses filhos da [...], esse bando de marginal, esses vagabundos que não valem nada, deveria existir uma lei nesse país pra mandar matar todos esses carinhas sem piedade. Eu ia ser o primeiro a votar favorável a essa lei (Fala de um Capitão da PM).

De acordo com Rocha (2005), esse tipo de comportamento reforça a idéia de que muitas intervenções policiais, particularmente nas áreas periféricas, não têm como objetivo apenas prender o suspeito, mas pelo menos tem a “intenção” de eliminá-lo.

Essas expressões foram observadas na rua, no dia a dia das pessoas, nos momentos de entrevista, tanto na fala dos civis quanto dos militares entrevistados.

Enfim, para que esse viajante pudesse compreender e explicar sobre sua aventura nesta pesquisa fez-se necessário uma contextualização sobre a gênese do espaço de ocupação Riacho Doce e um breve relato sobre o Projeto Riacho Doce, lócus de nossas atividades profissionais, para melhor compreensão de alguns fatos e a própria realidade da violência inserida em seu contexto.

¹⁹ Termo adotado pelos professores do PRD, ao se referirem a Avenida Tucunduba, trecho de constantes assaltos e atos de vandalismo localizado na área do Riacho Doce, o qual têm que passar todos os dias.

²⁰ Como sempre valorizamos oportunidades que nos permitisse adquirir dados sobre a pesquisa, em certa ocasião, encontrei esse mesmo capitão da PM em uma casa de Show de Belém, aproveitei o momento para criar estratégias de aproximação e obter mais tarde informações importantes.

²¹ No início desta pesquisa, ainda não havia sido inaugurada a 11 Zpol, por isso as ocorrências do Riacho Doce eram feitas na Delegacia do Guamá.

²² Expressão utilizada pelo policial para descrever um outro espaço de ocupação desordenado no meio da via pública dentro da área do Riacho Doce. As pessoas que residem em condições precárias nesse espaço, foram às mesmas que, no ano de 2004, foram expulsas pela Polícia Federal da área onde está localizado o Complexo Esportivo da Universidade Federal do Pará, o campus III. E por não terem para onde ir, se instalaram às margens do Igarapé Tucunduba e ainda hoje permanecem lá sem a menor infra-estrutura de moradia. Trata-se de famílias numerosas que dividem barracos de lona e se utilizam à água desse igarapé poluído para tomar banho, preparar alimentos, e fazerem suas necessidades fisiológicas. Tal espaço próximo à ponte que atravessa o igarapé é considerado um dos locais mais perigosos, pois lá ocorrem constantes assaltos, brigas entre rivais no “negócio” das drogas, confronto com a Polícia, o que vem causando apreensão e medo dos moradores vizinhos.

Fragmentos desta realidade são apresentados neste trabalho em forma de episódios²³, alguns marcados pelo poder de dominação da Polícia ou talvez pela sua negligência. Foram fatos que ocorreram na área do Riacho Doce e que tivemos oportunidade de vivenciar *in loco*.

Finalmente, a concretização do projeto idealizado, a partir dos objetivos propostos, e tendo alcançado respostas as nossas indagações acerca da problematização levantada, se deram no exato momento em que todos os elementos acima referendados foram adequadamente organizados e sistematizados em forma de dissertação, como forma de produção de conhecimento a ser compartilhado.

²³ Foram às atitudes dos Agentes policiais expostos em alguns destes casos que levantaram a hipótese do comportamento desviante e convivência entre agentes e transgressores do Riacho Doce. Os episódios aos quais nos referimos compõem parte do apêndice desse trabalho.

Informações sobre a ocupação Riacho Doce²⁴

Era todo alagado, era só gapó, nós morava em cima da água e pra andar era por cima de ripa de pau. Era muito ruim, bagunçado, nem tinha rua, nem nome de rua (Vidal, moradora do Riacho Doce há 16 anos).²⁵

A área está localizada no bairro do Guamá na região metropolitana de Belém, estado do Pará. Foi ocupada primeiramente por um grupo de 100 pessoas em setembro de 1990, e posteriormente houve a chegada de mais famílias.

Estudos de Sousa & Costa (2006) informam que muito antes da ocupação, existia na área do Riacho Doce uma Olaria que foi desativada com o passar do tempo. Assim, o terreno pertencente a UFPA e sem função social nem econômica, totalmente abandonado, tornou-se o local ideal para a realização de vários crimes.

Neste mesmo mês e ano foi constituída a Associação de Moradores do Riacho Doce. Em abril de 1991 as famílias sofreram uma ação de despejo, processada por alguém que se dizia dono do terreno.

Mesmo assim, a organização local buscou os meios legais para conquistar o terreno, recebendo apoio político e jurídico do Ministério Público do Pará durante todo o processo (Informações obtidas por uma Líder Comunitária, 56 anos).

Na ocasião, a área foi dividida em 1.300 lotes, no padrão de 6 x 12 metros para cada família, sendo a vegetação ciliar que margeava o Igarapé Tucunduba e a que cobria a maioria dos lotes derrubada para serem levantados os barracos de madeira ou de lonas. A área era quase em sua totalidade alagada, muito pouco com terra firme.

²⁴ Fonte: SOUSA, Romier & COSTA Gisele C.P da. (2006) Sonhos e Ilusões: um estudo sobre a formação de quintais em uma ocupação urbana no município de Belém - (Estudo fundamentado no trabalho desenvolvido na disciplina de Metodologia de Pesquisa no curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável sob a orientação do Prof. Dr. Samuel Sá, com participação de Manuel Amaral Neto).

²⁵ Os nomes expostos neste texto, só aparecem em evidência, devido à autorização expressa dos mesmos.

Depois de loteado o terreno, a organização passou a padronizar as travessas (delinear e aterrar), localizando o Centro Comunitário, escola comunitária conveniada com o governo do Estado, e passaram a reivindicar serviços básicos como água, energia elétrica, policiamento, além de nomear as travessas.

No período da ocupação, 60% das famílias eram originadas do interior do estado do Pará, e o restante dos diversos bairros de Belém, na busca de moradia sem aluguel. A origem do nome Riacho Doce está relacionada com um seriado de televisão exibido na época com a mesma denominação, e dada à semelhança do local de lazer que se apresentava no seriado ao Igarapé Tucunduba, foi copiado a denominação pelos primeiros ocupantes da área (SOUSA & COSTA, 2006, p. 26).

No início as famílias não tinham nenhuma infra-estrutura urbana no local. Após um ano de ocupação, muitas famílias começaram a vender os imóveis a preços abaixo do mercado para outras famílias rurais e/ou urbanas, fatos influenciados principalmente pela ausência de infra-estrutura e serviços públicos necessários.

Segundo as lideranças entrevistadas, “as melhorias aconteceram muito devagar, tal como a energia elétrica que só chegou dois anos depois da ocupação, condição que possibilitou a abertura de bares e pequenos comércios. Enquanto que a água encanada só chegou seis anos depois” (Depoimento de um morador – 53 anos).

No geral, o que evoluiu mesmo segundo as lideranças locais foi o número de famílias, o aterramento da rua principal – Olaria, a instalação da luz elétrica e a água encanada.

A área foi beneficiada recentemente com serviços de macrodrenagem realizado às margens do Tucunduba e melhor urbanização do espaço. O espaço urbano é bastante significativo e dispõe de vários tipos de serviço. Muitos deles, mantidos por membros da mesma família, como se o ofício tivesse uma configuração hereditária, principalmente na feira livre. São também esses espaços os que mais representam alvo para ações criminosas.

Tivemos oportunidade de verificar as dinâmicas existentes na invasão Riacho Doce, muitas delas estrategicamente pensadas para garantir meios de sobrevivências e de lazer, como as crianças e adolescentes que adotam como diversão desafiar às águas da maré alta do Igarapé Tucunduba, realizando mergulhos.

Neste mesmo igarapé há diversas transações comerciais, entre a população local e os barqueiros que trazem produtos das ilhas ou resultante das pescas para serem vendidos no Porto, utilizando-se muitas vezes do processo de escambo.²⁶

Lá facilmente localizamos profissionais de boa qualidade que vendem seus serviços por preços inferiores aos do mercado, além do universo de pequenos comércios onde se encontra padarias, salões de beleza, academias, açougues, escolas, lojas de variedades, igrejas, terreiros de umbanda, entre outros. A maioria das pessoas se conhece, trocam e prestam favores, mas também sabem identificar perfeitamente os sujeitos de sua comunidade, e a que categoria pertence: “cidadãos honestos” (trabalhadores) ou “bandidos²⁷” (transgressores).

Na feira do local, há toda sorte de perigos, assaltos, desentendimentos, brigas, por causa de excesso de bebidas, entre outras coisas. Este é, portanto, um espaço marcado e conseqüentemente visto com desconfiança, ou seja, espaço de segregação e crime.

Na opinião de Porto (2000) o espaço geográfico quando identificado como zona de segregação social estigmatizante, contribui categoricamente para a reprodução da violência e da criminalidade. Assim sendo, essas categorias configuram-se como outras vertentes explicativas a partir da qual normalmente se costuma deduzir a violência de um modo geral e por extensão a violência urbana²⁸ aquela que situa a violência como fruto da desigualdade social e as condições desencadeadas pela pobreza, pela miséria e pela falta de oportunidades.

²⁶ Muitas pessoas, crianças, adolescentes e adultos capturam pássaros de diversas espécies dentro do Campus III e trocam por produtos alimentícios (peixe, farinha, açaí entre outros), com os barqueiros.

²⁷ Muito embora as expressões “bandido”, “marginal”, “vagabundo” pareçam expressões um tanto espinhosas para a linguagem acadêmica dos trabalhos de pesquisa, elas aparecem em diversas partes do texto, pois sentimos durante as entrevistas que ao usar o termo “transgressor” inicialmente adotado, implicava a não compreensão do seu significado pela grande maioria dos entrevistados, que possuem pouca ou nenhuma escolaridade. Além do mais, em ocasião da qualificação do projeto desta pesquisa, professores que compunham a banca examinadora nos sugeriram usá-las sem preocupação já que são “estas” as expressões que tanto os moradores da comunidade quanto os Agentes de Segurança expressam em seu cotidiano.

²⁸ Ver Adorno (1998), Gullo (1998), Macé (1999).



Figura 1: Mapa de Localização da invasão Riacho Doce – Guamá.
 Fonte: Google Earth, 2007.

Esses elementos têm reforçado a ameaça de violência gerada por membros de gangues da própria ocupação e de outros espaços próximos, como Pantanal e Terra Firme, fato que preocupa a comunidade local e principalmente os comerciantes, que buscam melhorar a segurança de seus estabelecimentos com a instalação de grades de segurança e a contratação de vigias noturnos, providências que também vêm sendo adotadas ultimamente entre os moradores, que não se sentem seguros nem mesmo com a presença da Polícia, como se pode perceber no relato:

Eu acho que a Polícia não faz um trabalho bem feito. Primeiro porque a malandragem e a violência no bairro supera a Polícia. A Polícia não combate. O que a gente vê de assalto e morte aqui no Riacho Doce, de roubo iiih!. A Polícia só é violenta com a população, com uma pessoa comum, com bandido não, ela tem medo do bandido (Sr. David 61 anos - mora a 18 nos na área do Riacho Doce).

Além da falta de segurança, os moradores do Riacho Doce ainda enfrentam alguns problemas estruturais, como serviço limitado de abastecimento de água e distribuição de energia elétrica, e precário serviço de limpeza urbana. Há poucos anos atrás, a maioria das casas residenciais e comerciais eram predominantemente de madeira, razão que ocasionou no ano de 2002 um incêndio de grandes proporções que atingiu e destruiu diversas casas, fazendo com que várias famílias ficassem desabrigadas²⁹ e ainda hoje sem solução de moradia. Os espaços, mesmo sendo de alvenaria, normalmente são divididos em poucos cômodos, em sua maioria ocupados por mais de uma família, em condições pouco satisfatórias de acomodação.

Quando ocorre a ampliação das casas, acontece principalmente no sentido vertical, devido os terrenos serem pequenos e alguns ainda alagados, ou mesmo horizontalmente utilizando a área disponível do quintal.

Atualmente, a organização social é composta por duas associações, a mais antiga, o Centro Comunitário, que vem articulando politicamente suas reivindicações junto a Prefeitura Municipal de Belém e a outros órgãos públicos e vem se fortalecendo com esse trabalho. A outra é a Associação dos Moradores do Riacho Doce que atua de forma mais assistencialista beneficiando individualmente os seus sócios.

²⁹ A grande maioria das famílias na ocasião, por terem perdido suas casas ficaram instaladas nas quadras do Campus III, onde são desenvolvidas as atividades do PRD.

As pessoas que fazem parte do Centro Comunitário e compõem os membros do PDL/RDP (Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce-Pantanal) estão sempre buscando parcerias com os órgãos públicos competentes, no intuito de discutirem políticas públicas em busca de alternativas para o desenvolvimento local. As pautas de discussão giram basicamente em favor de melhorias sanitárias, habitação, saúde, educação, saneamento básico e segurança.

Santana (1994) afirma que a análise sobre políticas públicas deve situar-se num campo macro e ampliado, ou seja, não se pode colocar apenas o Estado como centro decisório de políticas, sendo a participação da sociedade civil decisória para que as políticas possam de fato se concretizar.

Porém, apesar de ter transcorrido um longo tempo desde a ocupação da área, o fator moradia, pelo que se percebe³⁰, ainda é o fator preponderante das reivindicações. Muitas das articulações desse processo culminam em movimento sociais de luta pela moradia na área de ocupação Riacho Doce.

A luta pela moradia na década de 80 e 90 na RMB foi permeada pelo processo de ocupação desordenada, característica inclusive dessa localidade, através de invasões de terra, registrando-se até 1990 um total de 124 conflitos (SANTANA, 1994, p. 13).

No período compreendido entre 1987/1990, as políticas habitacionais foram palidamente implementadas pelo governo Hélio Gueiros, com menos importância à questão da moradia que o governo anterior.

O número de invasões de terras, bem como o de conflito por terra, que foram crescentes na década, demonstrou a presença do movimento que demanda moradia a quem era desprovida de habitação (SANTANA, 1994, p.30); daí as crescentes invasões de terras na época, como a que ocorreu na área da UFPA, atual Riacho Doce e como pode ser comprovado através dos jornais da época e utilizado como ilustração no exemplo da (Figura 2).

³⁰ Reunião com o grupo do PDL/RDP, articulação entre as lideranças locais e a Prefeitura Municipal de Belém, e PM, realizada em 04/04/2007, a qual tivemos oportunidade de participar, no auditório da 11ª Zpol de Belém, recentemente inaugurada.



Figura 2: Ação da Polícia e repressão à invasão do espaço de propriedade da Universidade, atual Riacho Doce.

Fonte: Jornal "O Liberal", Caderno Atualidades, de dezembro de 2004.

Assim, para que se possa analisar o contexto de ocupação do Riacho Doce é preciso examinar as teorias que possam elucidar sobre as dinâmicas do espaço urbano socialmente constituído, visto que neste, também incorporam um universo de múltiplas relações que aqui devem ser consideradas, até mesmo para que possamos entender o nosso objeto de análise, o qual diz respeito à violência expressa neste espaço urbano, que deve ser investigado apenas como uma unidade de uma organização de maior escala.

Uma noção mais consistente implica no entendimento do espaço como produto social, resultado do trabalho dos homens no seio das relações que eles estabelecem entre si e com a natureza.

Trindade Jr (1997) faz uma análise do uso do espaço, articulando suas dinâmicas sociais com as dinâmicas do capital, ou seja, aquelas voltadas à reprodução capitalista. Esse autor nos explica que, a exemplo do capital, as diversas classes e frações de classes se reproduzem também de forma ampliada, alterando-se nos planos quantitativo, qualitativo e espacial.

Essa alteração, segundo ele, cria novos padrões de consumo e faz parte da acumulação e do desenvolvimento capitalista. Uma dialética que ao mesmo tempo permite a acumulação do capital e desencadeia instrumentos de segregação, como comunidades de baixa renda que, via de regra, ocupa espaços marcados pela mesma, como é o caso daquelas oriundas de processos de invasão, (como o Riacho Doce), favelização entre outros, o que o mesmo denomina de *segregação imposta* (*Idem*, p.15).

A segregação imposta engendra áreas residenciais dos grupos sociais de renda mais baixa. São grupos cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas, restando-lhes aceitar os espaços que lhes são "reservados". [...] Aos grupos de baixo poder aquisitivo resta, portanto, ocupar terrenos desfavoráveis, seja por sua topografia, seja por sua localização (TRINDADE JR. 1997, p. 15)

Como é o caso das baixadas que existem em Belém, por exemplo, que são áreas inundadas ou sujeitas à inundações e ficaram conhecidas na década de 60, segundo Trindade Jr. (1997, p. 22) e se tornaram espaços de moradia das camadas sociais de baixo poder aquisitivo.

Ao que nos parece, os estudos de Trindade Jr., fazem eco com os de Alves (1997) que por sua vez, busca dar um enfoque macro a essa questão de moradia e habitação nos apresentando razões históricas que o legitimam. Segundo a mesma, a partir da década de 1980, surge um novo modelo de configuração urbana no Brasil, a qual é resultante da produção capitalista, que antes concentrava a maioria das atividades tanto econômicas quanto política nos grandes centros metropolitanos. Daí a crescente mobilidade de pessoas entre as cidades brasileiras, resultando em uma concentração de pobreza nos grandes centros metropolitanos.

Alves (1997) informa que nos anos 1980, a crise econômica não impediu o aumento do nível de urbanização do país.

O crescimento da população urbana permanecia sendo superior ao da população total, com taxas de incremento anual, respectivamente, de 2,96 e 1,93 [...]. Assim, a queda da fecundidade - superior nas áreas urbanas - foi acompanhada de processos que continuam impulsionando a migração rural urbana (p.20).

Segundo ela, esse processo pode ser identificado na RMB, pois em comparação às outras metrópoles do país observa-se que de 1980 a 1991 a variação seletiva do crescimento de sua população foi a quarta maior do país. Dessa forma, a variação relativa do crescimento populacional da RMB, revela uma tendência de que a pobreza passe a concentrar-se, com mais intensidade, em metrópoles regionais.

Em determinadas circunstâncias nos diz Trindade Jr. (1997), “a proximidade ao centro é priorizada por esses grupos sociais de baixo status”. A existência ainda de alguns terrenos que, embora em área limitada, permanecem inaproveitados e sem qualquer uso, desperta movimento de ocupações de naturezas diversas. São em geral, terrenos pertencentes a Instituições Públicas, como é o caso das invasões que ocorreram nas terras da UFPA, inclusive do Riacho Doce, localizados às proximidades da área central ou mesmo no seu interior.

Assim, o processo de urbanização brasileira, baseada nos pressupostos modernos de desenvolvimento econômico, reflete as desigualdades gestadas no processo produtivo no desenvolver dos espaços urbanos segregados nos quais afloraram os problemas relativos à educação, transporte, saneamento, saúde, segurança e habitação.

Alves (1997) nos assegura que a habitação insere-se nesse contexto como um direito raramente garantido. “O acesso à moradia digna das camadas mais pobres da sociedade apresenta-se na atualidade como um dos problemas urbanos mais graves do país; tendo em vista que este acesso é cada vez mais seletivo no que se refere ao poder aquisitivo” (p. 26).

O resultado é a formação de inúmeras “áreas ilegais” em todo o país, verificadas nas favelas, cortiços, ocupação de favelas e invasões de terras. Ocorre que essa formação acompanha o padrão da pobreza existente no país, tendo em vista que o ritmo de crescimento urbano é maior nas periferias e menor nos centros urbanos (*Idem*, p. 27).

A mesma autora, (p. 28) esclarece que essa periferização demonstra a dinâmica segregadora da urbanização brasileira, na medida em que as áreas mais

distanciadas são menos dotadas de equipamentos urbanos coletivos. Pode-se notar assim que o atual processo de urbanização brasileira que consolida o projeto de modernização econômica e social contribui com o aumento da precariedade das condições de vida, com o acirramento da desigualdade social, refletindo diretamente sobre o problema habitacional, especialmente nas cidades. As grandes cidades, mais que antes, é um pólo da pobreza, o lugar com mais força e capacidade de atuar e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub humanas (*Idem*, p. 29).

Vale ressaltar que na expansão urbana da RMB, as baixadas³¹ destacam-se como um dos primeiros vetores de ocupação do espaço urbano pelas classes menos favorecidas, sendo que até a primeira metade da década de 70 essa ocupação atingia basicamente os bairros na primeira légua patrimonial³².

Alves complementa afirmando que, diante dos condicionantes acima referidos, é possível afirmar que o fenômeno das invasões de terra na RMB refletem o processo de ocupação urbana de Belém, no qual os setores mais pobres foram gradativamente ocupando os locais de menores condições de habitabilidade, tais como as baixadas ou os locais mais distantes desprovidos de serviços infra-estruturais.

Além disso, a ausência de políticas habitacionais efetivas para as camadas mais pobres, a não garantia de emprego para o contingente populacional e os níveis de pobreza existentes na RMB permitem compreender o número crescente de invasões nesta metrópole, a medida em que a habitação, assim como os outros direitos sociais, não são garantidos a todos os indivíduos apesar da obrigatoriedade do Estado em assegurá-los através de políticas públicas habitacionais acessíveis a todos.

³¹ Essa denominação decorre das condições topográficas de certas frações da área urbana, correspondentes ao nível da planície de inundações, constantemente alagadas ou sujeitas às inundações durante determinadas épocas do ano (Trindade Jr. 1997, p. 01).

³² Área de terra de aproximadamente uma légua contada a partir do marco de fundação da cidade. O atual bairro do Marco em Belém constitui-se no limite dessa primeira légua (*Idem*, 1993, p. 33).

Assim, a luta pelo direito de morar e viver dignamente simplesmente reflete um processo de superação das carências simples (a casa, o teto, a segurança familiar) para carências mais complexas (direito à cidadania), desejo perceptível daqueles que de uma forma ou de outra buscam para si um espaço de habitação que os dignifiquem e os coloquem na totalidade daquilo caracterizado como o processo democrático civilizatório e a ampliação dos direitos humanos.

Breves informações sobre o Projeto Riacho Doce

O Projeto Riacho Doce (PRD) é uma proposta acadêmico-social de ação complementar à escola, desenvolvida pelo Departamento de Educação Física, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Pará - UFPA, com o apoio do Instituto Ayrton Senna - IAS, da AUDI, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e do Banco da Amazônia – BASA.

O PRD foi um programa pensado para minimizar os impactos de violência que ocorriam no momento em que o espaço de ocupação Riacho Doce estava se firmando, na década de 1990. Há aproximadamente quinze anos, neste espaço se desenvolvem ações voltadas para a formação integral de crianças e adolescentes, associado ao compromisso com o “Desenvolvimento Humano”, a partir dos eixos Fazer e Influir, preconizados pelo IAS, que se manifestam no atendimento direto e na construção e disseminação de tecnologias sociais, através da ética da co-responsabilidade entre os diferentes segmentos da sociedade.

O principal objetivo é dar oportunidade para que crianças e adolescentes desenvolvam todo o seu potencial através do “Programa de Educação pelo Esporte”, a partir do aprimoramento de competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas para o sucesso na escola e na vida, utilizando intervenções com o apoio da família e da escola, capazes de promover melhorias na qualidade de vida, que se reflitam no incremento do nível de escolaridade e no aumento da média de expectativa de vida dos participantes, contribuindo para a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH na comunidade alvo.

Neste contexto, as atividades contribuem para o exercício do paradigma do desenvolvimento preconizados pela UNESCO, através da prioridade para a criação de condições de vivência plena dos direitos humanos.

Por esta e outras razões entendemos que o programa desenvolvido pelo Departamento de Educação Física da UFPA no PRD tem contribuído para formação integral de muitas crianças e adolescentes da comunidade Riacho Doce, *lócus* de nossa pesquisa.

O PRD tem sido um dos grandes protagonistas na história da ocupação da área do Riacho Doce. Na época da invasão, a maioria dos cursos de graduação da UFPA tinha por obrigatoriedade oferecer em sua grade curricular aulas de

Educação Física, realizadas no Campus III. Em função disso, as adjacências do local tornaram-se favoráveis para as ações delinqüentes, com alunos e professores tomados como alvos.

Por isso, muitos alunos, por se recusarem a freqüentar esse espaço marginalizado, ficavam reprovados nesta disciplina. Há relatos inclusive de professores que abandonaram suas atividades em função disso e outros que iam ministrar suas aulas armados de revolver na cintura. Um dilema que a Universidade enfrentava e que necessitava com a máxima urgência encontrar soluções.

Desta feita elegeu-se o esporte como via integradora, pois ao mesmo tempo em que atrairia crianças e adolescentes para práticas esportivas, aproximava-se da comunidade no intuito de minimizar o impacto da violência, já que muitas famílias se tornariam parceiras na educação de seus jovens.

Assim, um grupo de professores do Departamento de Educação Física do UFPa iniciou timidamente, como ilustra a reportagem (Figura 3) na época do evento, um programa esportivo na tentativa de realizar esse intento, que de certa forma tem obtido sucesso, visto que o mesmo permanece há mais de uma década.³³



Figura 3: Início das atividades no Projeto Riacho Doce (1995).
Fonte: Jornal A Província do Pará, Maio de 1995.

³³ Informações obtidas através do Coordenador Geral do Projeto Riacho Doce.

Hoje, muitas famílias que residem no espaço de ocupação Riacho Doce vislumbram nas ações desenvolvidas no PRD, uma oportunidade de inclusão social para crianças e adolescentes através do esporte.

Na opinião de muitos pais e responsáveis, a participação de seus filhos durante um período do dia no PRD, evita permanência dos mesmos na rua. Dessa forma, os riscos de envolvimento destes com a criminalidade também diminuem, criando melhores oportunidades no futuro³⁴.

³⁴ Esta afirmativa é freqüentemente legitimada pela fala dos responsáveis pelos alunos do PRD, nas reuniões mensais com o grupo de pais.

CAPITULO I

VIOLÊNCIA URBANA: CONTEXTOS DA CRIMINALIDADE

Este capítulo objetiva analisar, sob um enfoque sociológico, a questão da violência urbana e a aspectos da criminalidade vigente, de forma a refletir sobre as causas que concorreram e ainda concorrem para a mesma. Para que isso seja possível, da mesma forma, examinaremos a maneira como esse fenômeno sobreviveu no contexto da sociedade brasileira e que mecanismos favoreceram sua instituição, sendo necessário buscar elementos na história sócio-política e econômica do Brasil, de forma a poder compreender suas atuais características.

Afinal, pressupõe-se que mesmo sempre existindo a violência urbana, no contexto da história humana, nos últimos anos ela tem mudado de configuração, daí a necessidade de refletir e identificar as raízes de tal fenômeno, principalmente, suas causas e consequências na sociedade brasileira.

Entende-se que a configuração urbana tem relação direta a várias manifestações dos indivíduos que habitam as cidades, por exemplo, no estresse causado pelo trânsito em suas vias, na ausência de opções de lazer ao alcance das camadas menos privilegiadas, na falta de saneamento e serviços básicos como educação e saúde. Alia-se a isso, a falta de reflexão mais profunda em relação à própria proposta da cidade planejada em relação a sua missão como aspiração ao planejamento ideal, de forma a comungar harmoniosamente o homem e a cidade.

Assim é imprescindível que a relação entre a violência e o urbano seja vista como um híbrido, e não como um reflexo, conforme quer Ferraz, (1994, p. 48). Para ele, o espaço é visto como um palco de ações humanas, conforme se pode perceber ao afirmar que:

Falar em violência, e estabelecer sua geografia é entender como o crime adquire uma organização, uma estruturação própria que faz o seu reflexo no espaço urbano se sentir presente [...] A cidade é o reflexo da sociedade ou a própria sociedade (FERRAZ, 1994, p.49).

Sob a ótica de Michel Misse (2007c), a violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos, que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade, por isso afirma:

Não é possível analisar a violência de uma única maneira, tomá-la como um fenômeno único. Sua própria pluralidade é a única indicação do politeísmo de valores, da polissemia do fato social investigado. O termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao controle, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social. Assim, a violência pode, ainda, ser classificada como: conflitos sociais e políticos, repressão, terrorismo, guerras civis e tiranias (MISSE, 2007c, p. 03).

Tais eventos, segundo ele, podem reunir na mesma denominação geral motivações muito distintas, desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de diferentes tipos, inclusive as não-intencionais como as provocadas por negligência ou consumo excessivo de álcool e outras drogas.

Pelo que se percebe, Misse tenta dar a expressão violência urbana um significado mais sociológico do que criminológico, interligando as causas mais complexas e as motivações variadas, de forma a eleger a necessidade de não desvincular esses eventos da complexidade de estilos de vida e situações existentes numa grande metrópole.

Assim, perceber o crime e a violência como uma das conseqüências do processo social vigente pode representar uma excelente direção onde possamos identificar e entender certos propulsores do fenômeno em questão.

Há evidências de que a violência hoje surge sem um motivo aparente, de forma gratuita, até impensada, tornando-se estilo de vida para muitos. Na nova era, defendida com eloqüência por fragilidade e a transitoriedade, os valores que criam a identidade do indivíduo são os responsáveis pelo um novo caráter da violência.

A pessoa não encontra valores que a dignifiquem, seja na família, na escola ou nas instituições públicas. Dessa maneira, grupos se formam não em torno de uma ideologia, de uma ética comum, como no caso das gangues.

No caso da formação das gangues, segundo Abramovay (2004), o motivo pelo qual os jovens, tanto homens quanto mulheres aderem às gangues é à busca de respostas para as suas necessidades humanas básicas, como o sentimento de pertencimento, uma maior identidade, auto-estima e proteção, e a gangue parece ser a solução para os seus problemas a curto prazo.

Alguns jovens chamam a atenção para o fato de as gangues se caracterizarem pelo forte elo que une os integrantes, que se protegem, ajudam-se e brigam uns pelos outros. “É tipo uma família”. Vale ressaltar que o domínio privado - a família – na medida em que seria este o espaço de segurança e confiabilidade em um ambiente social imprevisível e hostil. [...] Dessa forma, as gangues atraem adeptos na medida em que constituem laços de solidariedade e são caracterizados por códigos de valores compartilhados, a partir dos quais os sujeitos individuais constroem identidades coletivas mediante a negação/rejeição das desigualdades do contexto social mais amplo no qual estão inseridos (ABRAMOVAY, 2004, p. 109).

Da união desses integrantes surge a manifestação da violência em qualquer grau. É a forma que encontram para expressar tensões e angústias, permitindo assim, a banalização da violência, favorecendo imagens e informações que provocam o medo e que se repetem sucessivamente no dia-a-dia, seja na rua ou dentro de casa, na mídia, legitimando-a.

Nessa lógica, o artigo escrito por Daniel Brito (2005, p. 57), também nos adverte sobre a condição de risco na sociedade, já que segundo o mesmo, “a idéia de risco está ligada aos perigos futuros de uma determinada ação (social ou individual); por isso não deixa de ter relação com a idéia de medo”.

E para reforçar esse estado de mal-estar, as tecnologias da informação aceleraram ainda mais o processo da violência, tornando-a global, fazendo com que os seus agentes caminhem numa velocidade superior as das instituições e da legislação, colocando-as em defasagem se relacionadas às providencias necessárias.

Em Caldeira (2000), reconhecer a vulnerabilidade como um fato social, é um elemento perceptível em sua leitura, na qual faz uma retomada da noção da cultura como espaço de relações diferenciadas onde a possibilidade de resistência coloca-se frente a essa perturbação sobrevinda pela violência urbana, que solapa o valor “confiança” como lógica do viver urbano moderno-contemporâneo.

A cultura do medo inscreve-se, assim, como mais um valor na memória social que mapeia a condição do viver urbano hoje e que inflama atitudes pelas quais nos relacionamos ao passado e ao futuro, como estratégias do saber viver social, que promovem as ações estratégicas com conhecimento mais coletivo da sociedade que queremos, ultrapassando as reações defensivo-agressivas.

A nova violência é, também, globalizada, toda essa insegurança global é canalizada para o medo do crime ou da violência urbana, que se torna uma obsessão, já que raríssimas são as pessoas que hoje andam des preocupadas pelas

ruas das grandes e “pequenas” cidades, ou que dirigem com o vidro de seus veículos abaixados, ou que não estão permanentemente atentos aos riscos a que estão expostos. A sensação é de que não há mais nenhum lugar seguro. Nesse estado constante de medo, qualquer um pode se tornar à vítima ou o suspeito.

Também é o medo que não permite que atitudes de solidariedade se propaguem, pois são poucas as pessoas na atualidade que tem coragem de socorrer alguém caído no meio da rua, por temer as armadilhas do crime e da violência. Principalmente nos meios urbanos, o medo generalizado, obsessivo e a nova violência difusa, que pode ser encontrada em qualquer lugar, se auto-alimentam e fazem todos se sentirem reféns deste.

Caldeira (2000) relata que a vida cotidiana e a cidade mudaram por causa do crime e do medo e, isto tem refletido diariamente nas conversas diárias, tornando o crime o objeto central. Ela sustenta a idéia de que medo e violência, coisas difíceis de entender, fazem o discurso proliferar e circular. A “fala do crime” – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante (*Idem*, p.27).

Primeiramente, os meios de comunicação preenchem seus horários e espaços com larga divulgação de atos violentos, inclusive com transmissão direta, pela TV, de assaltos a ônibus, a carros fortes e outros nas grandes cidades, levando aos telespectadores o espetáculo da violência, da truculência e do descaso com a vida humana, comprovados nas pungentes cenas de horror³⁵.

Muitas dessas imagens contribuem para a formação de medos e condutas mentais depressivas e ansiosas, geradoras de inúmeros problemas sociais/urbanos. Fazendo com que, além da realidade brutal, se crie uma situação virtual, pela qual cada um pode se julgar a próxima vítima, aumentando desta forma, o desequilíbrio social.

³⁵Caso semelhante foi a morte do menino João Hélio, de seis anos no dia 08/02/2007, que teve seu corpo arrastado por horas preso a um de um carro roubado por assaltantes, no Rio de Janeiro. Um caso que comoveu toda a população brasileira. Fonte: Rede Globo, Jornal Nacional, edição de 08/02/2007.

1.1. Violência no Brasil - Afinal onde começou?

Violência é um fenômeno complexo, portanto, difícil de ser compreendido. Se perguntássemos a um grande número de pessoas sobre as raízes da violência, por certo, encontraríamos uma série de opiniões divergentes. Alguns, certamente, afirmariam que a mesma está intrínseca à natureza humana, outros se reportariam a períodos longínquos da espécie humana, buscando aquela velha imagem do homem da caverna arrastando sua fêmea pelo cabelo, e outros mais dogmáticos, provavelmente, responsabilizariam personagens bíblicos, como Caim e Abel, como os protagonistas genealógicos do fenômeno da violência.

Certamente não poderíamos desprezar tais premissas, pois de uma forma ou de outra fazem parte do pensamento humano, mesmo que seja empírico ou não. Porém para discutirmos mais profundamente essa questão é preciso lançar mão do recurso das Ciências da Humanidade contextualizando-a para que seja possível construir uma abordagem mais sociológica e/ou antropológica do fenômeno.

Embora seja um fenômeno complexo, um dado que nos parece elementar, por ser observável no cotidiano é que a violência está fomentada por fatores de ordem estrutural³⁶, (desemprego, concentração de renda, pobreza e principalmente, a incapacidade do ente estatal de fomentar políticas a fim de dirimir os problemas sociais), pessoal (desestruturação das famílias e vícios - álcool e drogas e vicissitudes inerentes).

Além de outras ordens, como de controle, que diz respeito ao porte ilegal de armas, e os externos relacionados à mídia, que de certa forma, tem além de denunciar, influenciado as práticas criminosas de uma forma geral.

Jovens expostos à violência de forma contínua, tanto em suas casas, como nas ruas ou televisão, acabam enxergando na violência uma forma apropriada de se resolver um conflito. O papel da mídia de massa na criação de uma tolerância com relação à violência tem sido demonstrado diariamente.

Alguns autores, Minayo (2002), Da Matta (1982), Porto (2000) apontam que os agentes da violência resultam da própria estrutura sócio-econômica, que por meio dos desprovidos de todo o gênero, estariam mais propensos ao comportamento desviante do que outros seguimentos.

³⁶ Esses fatores serão discutidos com maior profundidade no capítulo II.

Minayo (2002), por exemplo, fundamenta sobre a violência estrutural caracterizada pelo destaque na atuação das classes, grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes, que se utilizam de leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse um direito natural.

Ainda em sua opinião, tais condições se expressam pelo quadro de miséria, má distribuição de renda, exploração dos trabalhadores, crianças nas ruas, falta de condições mínimas para uma vida digna, falta de assistência em educação e saúde, tratando-se, portanto, de uma população de risco³⁷, que sofre no dia-a-dia os efeitos da violação dos direitos humanos.

Sobre as raízes da violência no Brasil, Da Matta (1982) afirma que ela se associa fundamentalmente à estrutura de poder vigente numa sociedade. E destaca:

Atitudes violentas são classificadas comumente como formas de ação resultantes do desequilíbrio entre fortes e fracos. Entretanto, elas deveriam ser analisadas como um processo que permeia o sistema. Nesse discurso, onde predomina a razão prática, a violência não é um mecanismo social e uma expressão da sociedade, mas uma resposta a um sistema (DA MATA 1982, p. 41).

Nessa lógica, a violência está tão reificada quanto o poder, o sistema, o capitalismo, entre outros, como um elemento que é visto de modo isolado, individualizado, da sociedade na qual ela faz sua aparição. Como se a violência e o violento fossem acidentes ou anomalias que um determinado tipo de sistema provoca e não uma possibilidade real e concreta de manifestação da sociedade brasileira.

A estrutura de poder, ainda de acordo com Da Matta (1982), desde o período colonial, é responsável pela negação dos direitos da maioria da população. O que é perfeitamente perceptível através da violência que resulta dos conflitos agrários ou das chacinas no Brasil.

Por conseguinte, a estrutura de poder que tem prevalecido no Brasil no século XX pressupõe a negação dos direitos da maioria da população. Uma visão abrangente da história nos leva à compreensão dos percursos do autoritarismo no Brasil e, neste caso, o circuito das práticas arbitrárias que merecem ser analisadas objetivamente.

Analisando a concepção desse autor, compreende-se que o funcionamento da estrutura de dominação envolve um processo complexo, que tem

³⁷ Sobre Sociedade de Risco ver (BECK, 1997). Maiores informações no quarto capítulo.

como centro o desequilíbrio social entre os fortes e os fracos. Um jogo político de forças que produz e reproduz a ordem das ruas.

Da mesma forma, os estudos de Mesquita Neto (2006) apontam uma história do Brasil marcada por atos extremamente violentos, em que muitas vezes ocorreu a coação de pessoas, encabeçadas pelo Estado ou com o seu consentimento. O mesmo enfatiza que muitos governos (a) privilegiaram a autoridade em detrimento do consenso (b) concentraram o poder político em torno de poucos, deixando de lado as instituições representativas, que passam a ter um caráter meramente cerimonial, (c) restringiram a liberdade suprimindo as oposições ou coagindo-as a simulação.

Na ideologia autoritária, a utilização da violência se torna necessária para a manutenção da desigualdade entre os homens. A ordem, nesse conjunto de idéias, ocupa lugar de destaque: crença cega na autoridade e, por outro lado, desprezo pelos inferiores, débeis e socialmente aceitáveis como vítimas.

A institucionalização de mecanismos repressivos sobre as camadas excluídas é de longa data no Brasil. Prisões arbitrárias, torturas, raptos, maus tratos, descasos, perseguições ou a opressão detectada na prisão, representam nitidamente o poder do Estado sobre a população marginalizada.

No Brasil, a mesma lógica levou governos estaduais e o governo federal a restringir direitos civis e tolerar execuções, torturas e prisões arbitrárias, a pretexto de combater o crime organizado e a prática do seqüestro de diversos estados do país. Instituições Policiais, judiciárias e penitenciárias e mesmo instituições de detenção de adolescentes, não ficaram imunes a essa tendência (MESQUITA NETO, 2006, p.54).

Mediante os fatos, devemos sublinhar que rupturas políticas em nossa história praticamente não têm ocorrido, no nível das relações sociais e pessoais. A avaliação que se faz é de que novos governos, ao assumirem o poder, praticam velhas políticas e se preocupam em edificar um imaginário popular calcado na “nova ordem” vigente.

A constatação dessa “longa duração” em nossa história é primordial para a compreensão da mentalidade sobre as práticas políticas e, principalmente, sobre as estratégias para a manutenção do poder, sustentadas pela concepção da violência legítima, um dos pilares da soberania do moderno Estado-nação.

De acordo com Hardt & Negri (2005), no interior do Estado-nação, o Estado não só dispõe de esmagadora vantagem material sobre todas as demais forças sociais em sua capacidade de violência, como é também o único ator social que pode exercer violência em caráter legal e legítimo. O que nos leva a comprovar que todas as demais formas de violência são *a priori* ilegítimas, ou pelo menos fortemente delimitadas e reprimidas.

1.2. A história como testemunha de um Estado-nação tacitamente violento.

1.2.1 – Brasil e o processo da ditadura militar (1964-85)

A leitura de Huggins, Haritos-Fatouros & Zimbardo (2006), Mesquita Neto (2006) e Misse (2007a), foi que nos possibilitou o aprofundamento sobre histórias de violência e autoritarismos da sociedade brasileira, no período da ditadura militar, entre os anos de 1964 a 1985, marcado por inúmeras tensões político-sociais e violências “legítimas” que marcaram para sempre o contexto histórico nacional.

O Brasil vivenciou de março de 1964 a março de 1985 o regime militar, grande parte do qual caracterizado por ser um "regime de exceção", instalado pela força das armas. O regime militar derrubou um presidente civil e interveio na sociedade civil. Usou de instrumentos jurídicos intitulados "atos institucionais", através dos quais procurou-se legalizar e legitimar o novo regime.

Segundo esses estudiosos, sombra mais negra veio com a prática disseminada da tortura, utilizada como instrumento político para arrancar informações e confissões de estudantes, jornalistas, políticos, advogados, cidadãos, enfim, todos que ousavam discordar do regime de força então vigente. A praga a ser vencida, na ótica dos militares, era o comunismo, e subversivos seriam todos os que ousassem discordar. Foi mais intensamente aplicada de 1968 a 1973 sem, contudo, deixar de estar presente em outros momentos.

A ditadura embora não tivesse criado a tortura, exacerbou-a. E adotou essa prática de modo intenso, "aprimorando" os mecanismos já utilizados nos períodos anteriores à sua instalação.

Promulgado apenas nove dias depois do golpe militar em (09/04/1964), o primeiro “Ato Institucional” repressivo do novo governo militar apresentou inúmeros aspectos autoritários, suprimiu os direitos civis de extensa lista de cidadãos e estabeleceu condições para suspender por dez anos os direitos políticos de indivíduos – a chamada “cassação”.

A repressão governamental ampliou-se entre meados de 1964 e fins de 1966 na medida em que o General Castelo Branco – presidente do Brasil nomeado pelos militares – desencadeou uma “Operação Limpeza” de âmbito nacional para eliminar os “subversivos” dos sistemas político, militar, administrativo, policial e judiciário em âmbito federal, estadual e municipal (HUGGINS, HARITOS-FATOUROS & ZIMBARDO, 2006, p. 138).

Esses autores afirmam que nas ruas, onde batidas policiais e militares executavam a “limpeza”, houve amplas buscas, detenções e prisões em massa. E que no final da primeira semana após o golpe militar, mais de sete mil pessoas haviam sido detidas no Brasil. Depois de três meses, aproximadamente 50 mil pessoas haviam sido presas.

Da mesma forma, Mesquita Neto (2006) esclarece que o regime autoritário foi marcado por graves violações dos direitos humanos, incluindo torturas, execuções, desaparecimentos, restrições à liberdade de associação e expressão de liberdade sindical.

Nesse período, as graves violações dos direitos humanos, que normalmente se restringiam aos criminosos e suspeitos de crimes, à população pobre atingiram também os dissidentes políticos e setores das elites brasileiras (p.56).

Dentre as práticas violentas uma particularmente ficou notada: as violentas Rondas Unificadas do Departamento de Investigações (Rudi) e Rondas Noturnas Especiais da Polícia Civil (Rone)³⁸, das quais surgiram vários esquadrões de morte.

Os autores ainda relatam que o chefe dessas rondas obtinha com facilidade os nomes de suas futuras vítimas, capturavam esses supostos criminosos e os colocavam na cadeia. Depois esperavam alguns dias, tiravam os prisioneiros da cadeia e os matavam.

³⁸ As patrulhas noturnas da Polícia Civil realizada pelas Rone – cujo emblema era uma coruja empoleirada em um galho de árvore com uma metralhadora sob a asa – praticavam impunemente a violência. [...] sob a proteção da escuridão e chefiada por um delegado – bacharel em Direito – qualquer violência das Rones que chegasse ao conhecimento público seria rapidamente legitimada como parte do cumprimento do dever da unidade. As Rones, definidas por uma autonomia operacional e pela violência que exercia, possuíam policiais que “jamais pensavam duas vezes para sacar a arma ou bater num suspeito” (HUGGINS, HARITOS-FATOUROS & ZIMBARDO, 2006, p. 143).

Ainda que parte do sistema policial do Brasil se militarizasse e se tornasse mais centralizadamente e controlado, mediante a criação de patrulhas policiais especializadas como as Rone, outra parte privatizava-se sob forma de esquadrões da morte autônomos que, não obstante, integravam-se estreitamente no sistema formal de repressão. Surgia uma simbiose perfeita da ação das Rone e o esquadrão da morte a ela afiliado.

Pelo que se percebe, práticas violentas que hoje ocorrem na sociedade, seja por parte de esquadrões da morte, grupos de extermínio, chacineiros, traficantes ou policiais torturadores, têm profundas raízes no tempo histórico brasileiro do período da ditadura militar. Hoje, não se fala mais em prática de tortura por delitos de opinião, ou crimes políticos. Mas a tortura vem sendo permanentemente denunciada como sendo prática ainda utilizada em larga escala pelas Polícias Militares e Civis, em situações corriqueiras de fatos do cotidiano.

Não é de se estranhar que muito embora o Brasil seja um país que pleiteia a construção de uma redemocratização, há ainda um extenso caminho a ser percorrido, para que tais práticas possam, em médio prazo, serem minimizadas e provavelmente em longo prazo banidas.

Com a redemocratização, consagrada na Constituição de 1988, como seu documento político, o povo brasileiro procura explicitar como deseja se ver organizado em um Estado Democrático de Direito.

Por isso têm uma Constituição onde os direitos e garantias fundamentais principiam o texto constitucional, e são detalhados e extensos, para serem conhecidos, garantidos e respeitados para que não haja torturas dentro de uma democracia, o que constitui numa profunda incoerência.

1.2.2 – Anos 1970 – Agentes de Segurança e práticas de violência no período da ditadura

Os autores citados anteriormente, em seus estudos sobre a violência no período da ditadura militar no Brasil, argumentam que na década de 1970, além de ter sido um período de intensa violência, com aumentos de tortura e assassinatos, a mesma, adquiriu certa característica de “violência institucionalizada”. Tanto que tortura e violência nesse estilo, passam a predominar no cotidiano. Centenas de brasileiros estiveram em contato direto ou indireto com vítimas de tortura, ou testemunho de uma operação violenta, especialmente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Embora os demais estados não tivessem ficado imunes ao evento.

No final da década de 1970, além de aterrorizar a todos até o ponto de submissão e eliminar “malfeitores” pelo assassinato, os agentes de segurança interna haviam substituído suas metas oficiais de controle social pela eliminação repressiva da “subversão”, pelo simples prazer de fazê-lo. Uma vez institucionalizada essa forma de violência, ela acabou por começar a voltar-se contra si mesma. (HUGGINS, HARITOS-FATOUROS & ZIMBARDO, 2006, p. 160).

As forças de segurança do Brasil haviam se tornado ferramentas especializadas de um sistema de segurança interna, que se mantinha vigoroso mediante o fluxo constante e rápido de suspeitos e informações. De acordo com esses autores, suas vítimas eram trituradas pelos moinhos da tortura do sistema de controle social (p.160).

O Brasil ficou marcado pelas profundas atrocidades e requintes de violência com que eram tratados aqueles considerados “subversivos”, e o mais terrível é a constatação histórica³⁹ de que muitos desses atos que violavam os direitos humanos eram aplicados a pessoas inocentes. A Lei de Segurança Nacional, ou sua ideologia legitimava na permissividade da truculência e dos assassinatos.

O cunho ideológico criava estratégias de preparação e adesão de agentes de segurança através dos treinamentos, levando-os ao condicionamento de que tudo o que era implantado no regime era para combater o terrorismo dentro da nação brasileira.

³⁹ Maiores informações em ARNS, Paulo Evaristo C. Brasil Nunca Mais, Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2001.

Os instrutores diziam aos seus recrutas que “*havia dois Brasis, o Brasil do governo revolucionário – que era honesto e puro - e um Brasil diferente, que pertencia a criminosos sonhadores que tentavam levar o Brasil para o caos (Idem, p. 156)*”.

Claro que a violência e a ilegalidade policiais não constituíam simplesmente uma exceção desviante de um sistema de controle interno que, sob outros aspectos, era legal e racional, na medida exata, a violência usurpa e ocupa o lugar do poder, como afirma Arendt (1994, p. 89) “do cano de uma arma, emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência”.

Faziam parte da lógica operacional do sistema autoritário. No Brasil a involução na direção da violência e do terror generalizados, competitivos, desordenados e mutuamente destrutivos, tinha evidentemente suas raízes na meta dos militares de difundir a doutrina de segurança nacional por todo o sistema de segurança interna.

Segundo a leitura arendtiana, só os governos paradoxalmente impotentes se tornam extremamente violentos. “Como não dispõe de uma base numérica efetiva a lhe dar respaldo o tirano vê-se obrigado a fiar-se principalmente nos meios de violência e agir a partir da repressão contra a maioria subjugada” (ARENDR, 1994, p.88).

Esse modelo de poder autoritário colocou o Brasil dentre um dos países mais violentos dos regimes ditatoriais, embora se saiba que outros do contexto latino, também se estabeleceram sob fortes pressões, através do abuso de poder estatal, onde a tentativa de muitos grupos de estabelecimento da democracia de direitos para todos foi de forma vil sufocada pelo poder e a violência que nessa disposição se fundem.

Além disso, estudos anteriormente citados comprovam que a violência e as atividades ilegais rendosas gerou outros sistemas de ilegalidades sistêmicas. O sistema de segurança interna dos militares, “envenenou o sistema social como um todo”. De acordo com Huggins, Haritos-Fatouros & Zimbardo (2006), havia um considerável acúmulo de dívidas periféricas contraídas em trabalhos clandestinos, que só poderiam ser recompensados ilegalmente, como é o caso, por exemplo, da privatização da segurança, reinstituída pelos esquadrões da morte. “Os torturadores passaram a fazer contrabando, mercado negro e extorsão, e ninguém ousava detê-los” (p.162).

Muitos que faziam parte do esquadrão da morte acabavam se viciando em drogas e sempre se drogavam quando iam matar alguém. Com o tempo ficavam amigos dos traficantes e, conseqüentemente, se tornavam também bandidos, porém muito mais velhacos e experientes.

Assim, além das violências já estabelecidas, o narcotráfico começou a tomar forma, associando sua violência intrínseca a já conhecida violência do poder estatal. O mercado ilegal de drogas aumenta dessa forma o volume de violência vigente no Brasil dos anos 1970.

Sobre isso, Michel Misse (2007a) afirma que a força de trabalho proveniente do submundo criminal cresceu durante o regime militar e sua relação com a Polícia, foi motivo de muitos escândalos. Pelo visto, os próprios Agentes do Estado operavam a economia da corrupção, principalmente policiais.

Por essas e outras razões é que existe uma histórica desconfiança em relação a Polícia, existente não só no Rio de Janeiro, onde o narcotráfico tem sido mais pungente, mas em outros estados do Brasil. A lógica da violência e da extorsão como imposição dos interesses contamina a atividade do agente corrupto, que por via de regra, muitas vezes, se vê tão envolvido com esses atos ilícitos, que acaba perdendo sua própria identidade.

Diante desse panorama de conflito, corrupção e violência, no final da década de 1970, de acordo com Mesquita Neto (2006) organizações da sociedade civil e defesa dos direitos humanos estiveram à frente do movimento pela redemocratização do país. Entidades como a Comissão Justiça e Paz, ligada a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) tiveram um papel decisivo na luta contra a repressão política e na defesa dos direitos humanos no país.

Na década de 1980, essas organizações se uniram ao movimento sindical e popular e apoiaram a fundação de novos partidos. Contribuíram para mobilizar a população no movimento por eleições diretas para Presidente em 1983-84, para a derrota do regime militar na eleição presidencial de 1984, a transição do governo civil de 1985 e a promulgação da Constituição de 1988.

1.2.3 – Décadas de 1980-1990: a busca pelos Direitos Humanos.

Hardt e Negri (2005) informam que, na segunda metade do século XX, os mecanismos de legitimação da violência de Estado começaram a ser seriamente desmobilizados. Os avanços do direito internacional e dos tratados internacionais, por um lado, impuseram limites ao uso legítimo da força por um Estado-nação contra outro, assim como à acumulação de armas e por outro lado, especialmente nas últimas décadas desse mesmo século, o uso legítimo da força também recuou dentro dos Estados-nação.

“O discurso dos direitos, juntamente com as intervenções militares e as ações legais nelas baseadas, fazia parte de um movimento gradual para deslegitimar a violência exercida pelos Estados-nação até no interior de seus territórios nacionais” (*Idem*, p.50).

Todavia vale ressaltar que embora a campanha pelos direitos humanos tenha se tratado de um intenso movimento no interior de várias nações, favorecendo a diminuição da violência exercida pelo Estados contra seus próprios cidadãos, a mesma não acabou, somente teve diminuído seus meios de legitimá-la.

Na mesma medida, o sistema político do Brasil começou uma lenta liberalização, à medida que os dois últimos presidentes militares tomaram decisões para reduzir a intensidade da repressão patrocinada pelo Estado. Simultaneamente, porém, proliferaram os esquadrões da morte informais, aparentemente sem vinculações estatais, que foi se acentuando mais à medida que avançava a redemocratização do Brasil. “Esses assassinos continuaram a torturar, com o apoio dos operários da violência e dos facilitadores a eles ligados” (*Idem*, 2006 p.166).

Somente na década de 1980 que diversas organizações se uniram ao movimento sindical e popular para apoiarem a fundação de novos partidos. Essa mobilização social contribuiu para mobilizar a população no movimento por eleições diretas para Presidente em 1983-84, para a derrota do regime militar na eleição presidencial de 1984, a transição para o governo civil em 1985 e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 incorporou no seu texto os direitos humanos como um dos princípios fundamentais da política externa brasileira (artigo 4º) e também, a maioria dos direitos civis, políticos econômicos, sociais e culturais estabelecidos nos tratados internacionais de direitos humanos (artigo 5º) (MESQUITA NETO, 2006, p.56-57).

O mesmo autor menciona que com o aprendizado e as práticas e técnicas de repressão política durante vinte anos de regime autoritário, as forças armadas e as Polícias continuaram a adotar essas práticas e técnicas em repressão ao crime e à delinqüência juvenil. Ele argumenta que com o crescimento do crime e da violência, particularmente do tráfico de drogas e armas e do crime organizado, a partir da década de 1980, houve intensificação e sofisticação no uso dessas práticas e técnicas pelas organizações policiais e no emprego das forças armadas na repressão ao crime organizado e na manutenção da lei e da ordem⁴⁰ (p.57).

Paulo Mesquita Neto ainda argumenta que em contraste com o que aconteceu em setores como economia, saúde, educação e promoção social, as leis regulando a estrutura e funcionamento das organizações atuando nos setores de segurança pública, justiça criminal e administração penitenciária pouco mudaram na seqüência da transição para a democracia.

E ainda afirma – “Na área de segurança pública, policiais federais e estaduais mantiveram as lideranças e preservaram as estruturas que tinham durante o regime militar” (*Idem*, p. 57).

Apenas no final da década de 1990 e início da década de 2000, policiais formados durante o período de transição para a democracia passaram a ocupar os cargos mais altos da hierarquia das Polícias.

Somente nessas duas últimas décadas as mudanças constitucionais ganharam força e passaram a influenciar as políticas governamentais na área de segurança pública.⁴¹

Apesar de ter assinado vários pactos e tratados internacionais em prol dos direitos humanos nessas últimas décadas, vale ressaltar que o Brasil ainda não incorporou em suas leis, políticas e instituições os princípios básicos e regras mínimas de direitos humanos para muitos setores da sociedade que ainda têm de diversas maneiras os seus direitos violados.

⁴⁰ Sobre o tema da Lei e da Ordem ver (DAHRENDORF, 1987).

⁴¹ Um marco nesse processo foi o assassinato de 111 presos durante uma operação da Polícia Militar para reprimir uma rebelião na Casa de Detenção do Complexo do Carandiru, em 02 de outubro de 1992, véspera da eleição para o governo do Estado, na região central da cidade de São Paulo (MESQUITA NETO, 2006, p. 58).

1.3 – Peculiaridades Urbanas: Um olhar sobre a violência em Belém do Pará

Nunca a violência tornou-se com tanta “especialidade⁴²” a principal protagonista dos veículos de comunicação como na atualidade, já que o fenômeno da violência é um dos assuntos recorrentes na mídia. A mesma, especialmente nos meios urbanos, transformou-se em algo comum para o cidadão brasileiro; tão comum que acabou sendo da mesma forma naturalizado por significativa parcela da população.

Com exceção dos crimes hediondos largamente divulgados, àqueles que ocorrem rotineiramente (como assalto nas ruas, dentro dos transportes urbanos, em casas comerciais, brigas em bares e entre vizinhos, violência nos campos de futebol) não nos causam mais tanto espanto. A criminalidade chegou a um nível tão acelerado que se tornou comum.

Em muitas situações a violência adota características mambembes, um palco armado em qualquer esquina, espetáculo gratuito, razão de distração e pilhéria cujos atores são ao mesmo tempo o vilão e a vítima que muitas vezes conta com a participação especial da própria população quando em várias situações tenta fazer justiça com as próprias mãos.

Essas são algumas das características do caos social, elemento natural de qualquer meio urbano, cuja metrópole de Belém não está isenta, muito pelo contrário, a cidade está inserida no contexto de uma região de muitos conflitos, por ocupação, ambientais, étnicos e territoriais entre outros.

Porém não seria pertinente discuti-los neste contexto, por não se tratar do foco do estudo em questão, já que tratamos de outras formas de violência.

Um breve olhar sobre a formação de Belém nos permitiria ilustrar historicamente o processo de formação urbana para compreendermos analogamente as peculiaridades desse meio, sobretudo no que diz respeito à violência.

Falta muito pouco para que Belém complete quatro séculos de Fundação. E de acordo com Nassar⁴³ (2003, p. 12), as construções e transformações das cidades têm muita relação com sua própria história, por isso, seria intrincado pensar que essas edificações tenham ocorrido de forma pacífica, (embora não seja regra

⁴² O termo especialidade aqui foi usado no sentido de especiaria, ou seja, algo bom de se saborear.

⁴³ Arquiteto e professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), da UFPA.

geral), visto que a partir do momento em que o homem buscou fincar propriedade, buscou igualmente formas conflitivas de se relacionar. Em Santa Maria do Grão Pará (Belém) não foi diferente, pois conflitos e violências ilustram suas páginas históricas de conquistas.

Esse processo desordenado constitui palco de conflitos permanentes com geração de criminalidade e violência. Em um deles, tivemos oportunidade de presenciar os efeitos negativos do processo de invasão, a especulação imobiliária e os estados permanentes de medo e violência dos quais fomos também protagonistas⁴⁴.

O espaço de nossa investigação também se configura como um local de ações criminosas que promovem riscos permanentes para a população, cuja comprovação pode ser vista diariamente nas manchetes dos jornais da capital como ilustra a manchete sobre a criminalidade no Bairro do Guamá (Figura 4).



Figura 4: Notícias da Violência no Guamá.
Fonte: Jornal Diário do Pará, Caderno Polícia, Abril de 1998.

Mas não somente na Invasão Riacho Doce, diariamente a mídia local nos trás informações, em tempo real dos atos violentos perpetrados em toda área urbana da Grande Belém, sem que, possamos determinar as causas específicas para a mesma. É comum ver circular, principalmente, nos meios midiáticos eventos

⁴⁴ Nas nossas atividades profissionais, em vários momentos foi possível observar a ira e a revolta dos ocupantes e a truculência dos Agentes de Segurança, que agiam com extrema violência e descaso pela problemática que envolvia todas àquelas pessoas.

relacionados a vários tipos de crimes que ocorrem na capital paraense que vão desde assaltos, conflitos familiares, invasões, confronto entre marginais, até encontros violentos entre torcidas rivais em jogos de futebol.

Em recente reportagem no caderno de atualidades de um jornal de grande circulação em Belém⁴⁵ um artigo intitulado “*Sentimento e Inteligência*” escrita por José Seráfico (2007, p. 02), o mesmo defende a idéia que escassas são as atenções dadas ao fenômeno da violência no meio urbano, “como se o mesmo existisse por si mesmo”.

Ele afirma que as explicações até então tentadas não bastam, pois sabe se não ser a pobreza a geradora exclusiva dos comportamentos, como muitos pensam, que tanto intranquilizam a sociedade brasileira.

Conforme pesquisas já discutidas neste trabalho, esse processo, faz parte do resultado do desequilíbrio social e da má distribuição de renda, em ambientes onde as dificuldades para se entrar no mercado formal de trabalho, junto com a monetarização do consumo, levam a vários tipos de atitudes criminosas tais como assalto, vendas ilícitas, comércio de armas e corrupção de agentes criminais entre outros.

Além desses modelos de violência outros crimes são comuns no meio urbano de Belém e tem aumentado proporcionalmente a cada ano. Nos últimos anos, Belém viu crescer a ocorrência de crimes bárbaros, que ganharam destaque nas páginas dos jornais e deixaram a população em estado de choque.

Casos exemplares como o da babá Marielma de Jesus Sampaio, uma criança de 11 anos que foi morta pelos próprios patrões dentro da casa em que morava, no bairro do Telégrafo⁴⁶, ou o caso da professora Núbia Haick⁴⁷ torturada e assassinada pelo ex-marido, além dos casos dos adolescentes encontrados mortos na mata da CEASA⁴⁸ dão rostos e nomes aos números de crimes que aumentam cada vez mais.

⁴⁵ Jornal O Liberal, 20 de fevereiro de 2007.

⁴⁶ Ver reportagem completa: Jornal O Liberal, edição de 14/11/2005.

⁴⁷ Ibidem: Jornal O Liberal, edição de 11/02/2005.

⁴⁸ Ibidem: Jornal O Liberal, edição de 24/03/2007.

Embora não se possa afirmar a certeza do evento, alguns estudos⁴⁹ apontam para a hipótese de que parte significativa das ocorrências de crimes violentos ocorre em sua maioria em bairros periféricos.

Na grande Belém, segundo as estatísticas, os bairros do Guamá e Terra Firme⁵⁰ estão entre os dez mais violentos e continuam tendo uma média de crimes registrados maiores do que a área nobre, conforme ilustra a Tabela nº 1 e seus respectivos gráficos.

**Áreas Censitárias com Maior Incidência de Registros de Delitos.
Ano de 2006 e Ano de 2007.**

CLAS.	BAIRROS	ANO/ 2006	POP	(IC) 10.000 hab	CLAS.	BAIRROS	ANO/ 2007	POP	(IC) 10.000 hab
1º	Guamá	6751	102.124	661	1º	Guamá	5558	102.124	544
2º	Pedreira	3999	69.067	579	2º	Jurunas	4255	62.740	678
3º	Marambaia	3885	62.370	623	3º	Marco	3896	64.016	609
4º	Terra Firme	3865	63.191	612	4º	Coqueiro	3875	36.963	1.048
5º	Marco	3831	64.016	598	5º	Pedreira	3792	69.067	549
6º	Jurunas	3789	62.740	604	6º	Sacramenta	3629	44.407	817
7º	Sacramenta	3467	44.407	781	7º	Marambaia	3440	62.370	552
8º	Campina	3.115	5.407	5.761	8º	Terra Firme	3328	63.191	527
9º	Coqueiro	3.112	36.963	842	9º	Campina	3282	5.407	6.070
10º	Cidade Nova 1, 2, 3, 4, 5, 8	2.861	70.000	409	10º	Cidade Nova 1, 2, 3, 4, 5, 8	3036	70.000	434

Tabela 1.1: Dados de Registros de incidência de delitos em Bairros de Belém.
Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP.

⁴⁹ Ver Caldeira (2000).

⁵⁰ Esses problemas e estratégias foram apontados durante uma reunião realizada no dia 08/08/2007 no auditório da Seccional Urbana do Guamá, a partir da iniciativa em conjunto do comandante da 11ª Zona de Policiamento (11ª ZPol), major Hedson Tomaso Pereira de Lima, do diretor da Seccional do Guamá, delegado Francisco Robério Pinheiro, e do representante da Delegacia da Terra Firme, delegado Paulo Viana, junto com representantes de 18 associações comunitárias dos bairros da Terra Firme e Guamá, áreas cobertas pela 11ª ZPol, o major Tomaso apontou os principais pontos críticos dos dois bairros, segundo ele, os mais perigosos da região metropolitana de Belém, onde já estão sendo realizadas rondas, saturações, incursões e barreiras. O atual delegado Francisco Robério Pinheiro mostrou os resultados obtidos pela ação conjunta com a PM. No total, realizou-se 489 operações com 113 flagrantes, sendo que em alguns casos houve número de prisões em massa. Os Boletins de Ocorrência (B.O.) alcançaram a média de 140 por mês, gerando 105 Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO) neste período. O número de armas de fogo apreendidas na ocasião foi 44, dado considerado preocupante segundo as autoridades Policiais, visto que ainda não se sabe a origem dos materiais, o que reflete a necessidade de ação ostensiva das Polícias no dois bairros mais populosos e perigosos de Belém, que somados possuem 230 mil moradores dos 1,2 milhões de habitantes de Belém (Fonte SEGUP/PA. Disponível em <http://www.segup.pa.gov.br>, acesso em 17/08/2007 às 19:18h)



Gráfico 1: Dados de incidência de delitos em bairros da RMB no ano de 2006.
Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP.

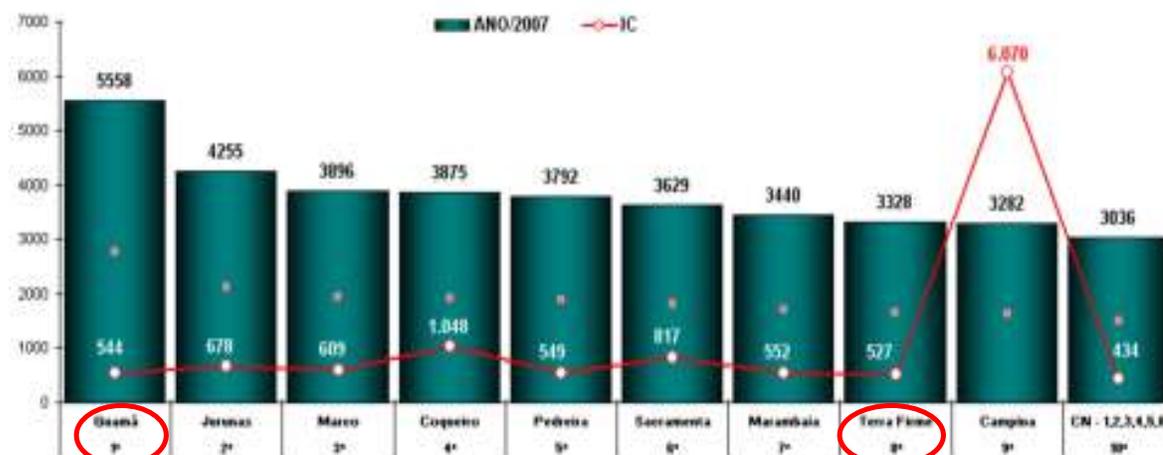


Gráfico 1: Dados de incidência de delitos em bairros da RMB no ano de 2007.
Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP.

A fim de esclarecer as matizes da violência urbana, neste sentido, tomamos de empréstimo os estudos de Caldeira (2000) quando declara que o novo padrão de urbanização é comumente chamado centro-periferia e tem dominado o desenvolvimento de muitas cidades.

A autora toma como exemplo a cidade de São Paulo, para classificar as classes sociais: “as classes sociais vivem longes umas das outras no espaço e na cidade: as classes média e alta nos bairros centrais, legalizados e bem equipados; os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal” (p.218). Ao que nos parece esta não se trata de uma peculiaridade apenas de São Paulo, já que essa falta de equidade urbana faz parte do cotidiano de maioria das grandes metrópoles brasileiras.

Da mesma forma ocorre em Belém, à falta de equidade é perceptível entre bairros, cujas moradias têm padrões arquitetônicos distintos entre si, se é que se pode perceber qualquer padrão nos barracos das favelas e espaços de invasões. Percebe-se a enorme distinção, nas cores, nos traços, no tamanho, na disposição das moradias.

Os autores de crimes violentos, segundo Pinheiro (1997), como os homicídios, são em geral, do mesmo estrato social de suas vítimas, e vizinhanças pobres são os lugares mais comuns para que esses crimes possam acontecer. “De fato em muitas metrópoles latino-americanas, há uma estreita correlação entre vizinhança pobre e mortes por causa da violência assim como entre condições de vida, violências e taxas de mortalidade” (*Idem*, p, 45).

Violência e criminalidade penetram nas vidas da população, especialmente na camada pobre nas áreas urbanas. Este fenômeno ocorre não somente nos grandes centros urbanos como também em outras localidades. A criminalidade e a violência dominam debates políticos e discursos de ordem privada, enquanto os níveis descritos de homicídios e crimes que vitimam a população colocam, Belém também em evidência.

O espaço de ocupação investigado é um modelo a ser examinado daquilo que pode ser considerado espaço violento, onde crimes acontecem muitas vezes a revelia, ignorados pela própria Polícia, que via de regra, faz vista grossa inclusive para as denúncias que ocorrem nos órgãos especializados, como por exemplo, a 11ª Zpol, próximo do referido espaço. Muitas das vítimas são os próprios moradores locais, que se rendem à marginalidade de jovens que cresceram na área e tornaram-se bandidos em potencial, por promoverem os mais diversos tipos de crime, com se percebe nos relatos:

Muitos de nossos jovens, que um dia vimos criancinha, cresceram no meio dessa miséria que a gente tenta sair e não consegue, aí então matá, roubá, se aconchavá com bandido é a melhor maneira de não morrer de fome. Já que não tem emprego, nem oportunidade pra esses meninos, o melhor caminho que eles acham é o crime, depois acabam na cadeia, ficam conhecidos, os moradores tem medo deles e nunca mais eles voltam a ser as mesmas pessoas (Líder comunitária do Riacho Doce, 53 anos).

A violência e o medo passam a fazer parte do cotidiano nas áreas concentradoras de pobreza. Está presente nas condições ambientais e urbanas de vida e também na relação de trabalho, soma-se a convivência com a execução sumária de parentes, amigos ou vizinhos, mais freqüentemente de jovens.

A violência é hoje reconhecida como um item relacionado aos direitos humanos e à justiça social, é como um problema que afeta não somente o crescimento econômico e a produtividade, mas também os níveis de pobreza.

O status atual na compreensão das causas da violência são imprecisos e fragmentados. Poucos estudos têm o rigor metodológico para estabelecer causas, por isso, muitos relatórios se espelham na conjuntura descritiva ou na análise incompleta no que se refere às associações entre as condições econômicas. Alguns especialistas argumentam que não é a pobreza por si só a causa da violência, mas o aumento da desigualdade na distribuição de renda e dos recursos disponíveis.

A pífia distribuição da renda no Brasil é um fator preponderante para manter uma grande parte na miséria e da fome, sem que se encontre um remédio, em curto prazo, para remediar esse fator decisivo.

A atual sociedade está marcada por contrastes, mas também se avoluma a massa que reivindica sua participação no bem-estar, provocando certa convulsão social, mas que, separados os excessos, é mecanismo decisivo para promover mudanças no cenário econômico e político.

Essa realidade do quadro social seria, em tese, segundo alguns teóricos já citados, responsável pelo surgimento da onda de violência urbana, elementos que iremos discutir de forma mais abrangente no capítulo a seguir que trata das formas de pobreza e a exclusão social enquanto elementos potencializadores para o crime.

CAPÍTULO II

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: ELEMENTOS POTENCIALIZADORES DO CRIME?

2.1 – O contexto da pobreza e da exclusão: matizes de muitos olhares.

Este capítulo tem por finalidade analisar a criminalidade a partir da exclusão social e os aspectos da pobreza no Brasil. Pretendemos analisar a violência a partir da dicotomia entre a exclusão e a inclusão, que nos levam a pensar que constituem categorias integrantes de uma mesma dinâmica, na qual estão inseridos os atores sociais de nossa pesquisa.

A nossa hipótese aponta para uma questão fundamental que não deve ser desprezada neste estudo, a qual diz respeito à pobreza e às diversas formas de exclusão social. Tais elementos buscam relacionar violência e direitos civis. Assim sendo, “ênfatiza-se o fato de que os excluídos dos direitos tornam-se alvos, ou atores mais imediatos da violência” (PORTO, 2000, p. 187).

Os aspectos acima descritos deverão igualmente estar relacionado ao recorte geográfico-urbano, onde se localiza o espaço de ocupação Riacho Doce, já que, segundo pesquisas (SOUZA & COSTA, 2006, TRINDADE Jr., 1997) os espaços de ocupação em Belém do Pará estão geralmente localizados em espaços periféricos e por esta razão são via de regra “legitimados” como espaços de exclusão social, portanto estigmatizados socialmente, em vista das condições econômico-sociais de seus moradores.

Por esta razão, neste capítulo, serão destacadas as teorias que examinam essas duas vertentes, correlacionando-as, de forma que se possa compreender o fenômeno da violência dentro dessas ambivalências.

Muito embora seja necessário não perder de vista durante esse estudo, a problemática de pesquisa por nós apontada, o fato de contextualizar e conceituar o fenômeno da pobreza e da exclusão no Brasil será imprescindível dentro deste contexto.

Para que tal premissa produza os efeitos previstos, estudos sobre as diversas teorias que tratam do assunto, e estão linkados ao fenômeno da violência e do crime, não poderão ser desprezadas.

Assegura-se historicamente, Maricato (1995), que se na década de 1940 as cidades brasileiras eram vistas como a possibilidade de avanço e modernidade

em relação ao campo que representava o Brasil arcaico, na década de 90 sua imagem passa a ser associada à violência, poluição, criança desamparada, tráfego caótico, entre outros inúmeros males.

O processo de industrialização / urbanização sob o lema positivista da ordem e do progresso parecia representar um caminho para a independência de séculos de dominação da produção agrária. No entanto, a evolução dos acontecimentos mostrou que ao lado de intenso crescimento econômico, o processo de urbanização com crescimento da desigualdade resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza.

Não foi só o governo. A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado.

Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos. Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos, pois a sociedade passou a conviver em meio ao intrincado aspecto da violência e do crime que se estabilizava dia a dia (MARICATO, 1986, p. 2).

Por estas razões, iremos considerar o conceito da violência urbana enquanto *fenômeno social* muito bem definido por Gullo (1998), quando afirma que a violência é um fenômeno social inerente a qualquer tipo de sociedade, e a forma sob a qual se manifesta é que remete o tipo de sociedade, mostrando o seu significado na mesma. A seu ver, a violência depende de estímulos provenientes da própria sociedade.

Concordamos com o autor, na medida que nos reportamos a nossa questão de pesquisa, e a relação entre pobreza, exclusão e crime, entendendo que tais estímulos podem estar relacionados à falta de equidade social em que estão inseridos os atores sociais envolvidos no contexto.

Nesta perspectiva, a abordagem deste problema deve ser feita através da análise do fenômeno em questão, a partir do arcabouço teórico que considera a intersecção entre violência/pobreza não como fator preponderante, mas como efeito de um mecanismo social que expressa sua inserção na sociedade.

Embora, de acordo com Roberto Da Matta (1982), a violência seja um ato universal, teremos que tomar como ponto de partida suas singularidades e seus modos específicos de manifestação em cada sistema com seus valores, ideologias e configurações em que se combinam concretamente situações históricas particulares.

Para Martins (1997), o problema da pobreza gerado pela exclusão nasce com a sociedade capitalista. Na Europa, tem pelo menos trezentos anos e grande parte dos imigrantes italianos, espanhóis e outras nacionalidades que vieram para o Brasil, por exemplo, entre as últimas décadas do século XIX, e as primeiras do século XX, vieram porque estavam sendo excluídos, eram camponeses expulsos da terra na Europa.

Essas características marcantes, dentre outras, respondem parcialmente sobre a gênese da desigualdade e as raízes da miséria e da exclusão da sociedade brasileira, que vem se consolidando enquanto um modelo excludente, desde o período colonial⁵¹.

A sociedade capitalista é uma sociedade que tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir, porque tudo deve ser lançado no mercado. A lógica do sistema capitalista é o mercado e a circulação de bens e serviços: tudo tem de ser sinônimo ou equivalente à riqueza que circula, de mercadoria (MARTINS, 1997, p.30-31).

Pelo que ele, na verdade, desenraiza, brutaliza e exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante. Em vários momentos da vida e de diferentes modos, todos correm o risco de serem desenraizados. Assim sendo entende-se que a pobreza não é algo simples, pois por si só é um fenômeno complexo e cheio de relatividade, embora carregado de elementos comuns em todo o globo.

Ziccardi (2004), em seus estudos instrui sobre a questão da pobreza e os reflexos da globalização, declarando que os questionamentos a cerca dessa problemática social, iniciaram no fim do século XIX, quando o capitalismo começou a impor o modelo de sociedade global capitalista, a qual foi e ainda é internacionalizada no imaginário das pessoas, que buscam atender “determinadas” necessidades mesmo não tendo consciência de seu precário estado de exclusão social.

⁵¹ Cf. Freyre, (1992 [1933]).

Por isso é também considerada a sociedade do contra-senso, visto que apesar do consumismo exacerbado por parte considerável da população do mundo, há bilhões de pessoas que continuam ameaçadas pela miséria, pela destruição ambiental, pela guerra e pela fome.

Na opinião de Sen (2000) pobreza é o maior problema que envolve um país e isto é decorrência direta da situação econômica vigente, ou acumulada ao longo da história de estagnação, de desemprego, de falta de investimentos na economia e, sobretudo, de descontrole das autoridades em fazer um país crescer de maneira harmoniosa e equilibrada. “A angústia da pobreza aparece nos momentos de mendicância; com a formação incessante de favelas, onde diuturnamente se vê filhos chorando por comida e não existe nada para comer” (p.46)

Todos esses problemas que circundam países pobres, ou terceiro mundistas, tais como a Bolívia, o Uruguai, o Paraguai, o México, o Brasil e muitos outros que convivem com a pobreza extrema, isto para o caso da América Latina. Mas, considerando também que muitos países europeus também passam por estas calamidades, que terminam por favorecer elementos propiciadores de atitudes de violência e crime, como os que ocorrem no mundo inteiro principalmente àqueles ligados as transações criminais, como o tráfico de drogas.

Esses aspectos podem ser percebidos nas expressões de Stotz (2005), quando afirma que o comércio de drogas ilícitas como a maconha, a cocaína, o *crack* e o *ecstasy* abriram portas para centenas de jovens miseráveis nas favelas dos bairros populares, ao mesmo tempo em que tornou sua existência mais curta, na medida em que se trata de um mercado disputado de armas na mão.

Esta é outra fonte altamente rendosa para os intermediários da indústria de armamentos, lembrando que o capitalismo converte tudo em mercadoria, pouco importa sua origem e natureza. Assim, enquanto a riqueza é acumulada num pólo, no outro, aumenta a miséria social. Segundo relatos, no Riacho Doce, muitos jovens ganham a vida através do comércio de drogas.

Os malandros daqui (Riacho Doce) usam a pobreza como desculpa para o crime, mas não é por causa da pobreza que eles se metem no crime, é por causa das drogas. Eles consomem, atravessam e vendem a droga, só pra ter grana pra zoar no final de semana (Cabo da Polícia Militar, 32 anos).

Não é de esperar, portanto, que a sociedade brasileira esteja imune a este movimento de tendências crescentes, sobretudo porque o país se encontra no circuito das rotas do tráfico internacional de drogas e de outras modalidades de crime organizado em bases transnacionais como o contrabando de armas, atividades que parecem constituir-se na bomba de combustão do crescimento da criminalidade violenta.

Mais surpreendente, contudo, é verificar que as taxas de criminalidade violenta no Brasil nas grandes metrópoles são superiores inclusive às taxas de algumas metrópoles norte-americanas.

Por isso, queremos chamar a atenção para a relação entre desenvolvimento do capitalismo, pobreza e crime em países como o Brasil, por exemplo. Pois é quase insuportável a situação em que vivem os assalariados no Brasil, onde um grande percentual sobrevive bem abaixo do mínimo delimitado pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁵².

No Brasil como um todo, observa-se um aumento no nível de pobreza nas regiões mais periféricas do país, como é o caso do Nordeste, Norte e outras regiões dessa mesma estrutura que não foram beneficiadas pelos investimentos diretos injetados na nação nesses últimos vinte anos.

Rocha (2003) elucida que a exclusão social foi condicionada pelo aprofundamento da pobreza nos anos 80, causando a explosão da violência urbana, que apresenta números e dimensão até então inéditos.

Estamos nos referindo à violência expressa através da criminalidade, mas é necessário lembrar que constitui expressão de violência a exclusão econômica, social, cultural, legal e ambiental, como é o caso dos moradores da área de ocupação Riacho Doce, que vivem às margens do Igarapé Tucunduba, em meio à sujeira, ao mau cheiro e a presença de vários elementos perniciosos à saúde.

Numa sociedade tão desigual o conceito de violência está frequentemente ligado à delinqüência proveniente dos marginais ou dos mais pobres. Trata-se de um conceito classista de uma sociedade que prioriza a defesa do patrimônio individual antes de priorizar, por exemplo, a integridade do ser humano.

⁵² Ver Hassenpflug (2004).

Neste contexto os setores populares terminam estabelecendo uma relação ambígua e permeada pelo temor, tanto com os agentes da lei quanto com seus transgressores.

Portanto, o que se verifica é que as fontes principais da pobreza nacional estão principalmente na má distribuição de renda, tendo em vista que o afunilamento na posse da renda nacional é visível e cada vez mais o governo procura meios para que esta situação se agrave profundamente, deixando o país, em um estado de pobreza e exclusão social em muitas parcelas da sociedade.

De acordo com Zaluar (1985), não há como definir um limite preciso entre o "incluído" e o "excluído". Como já apontaram alguns pesquisadores, as camadas populares urbanas desenvolvem uma ética do trabalho com a finalidade de fugir da discriminação do pobre como criminoso: trabalhador X marginal é a oposição que dá alguma sustentação em um universo crescentemente estreito.

A exclusão social e seus grupos específicos não são passíveis de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência da cidadania (*Idem*, p.20),

Demo (1990, p. 03) caracteriza a pobreza a partir de números mensuráveis relativos à carência material, o "cerne político da pobreza" ou o que o autor chama de "pobreza política". O que não deixa de ser uma realidade na área de invasão Riacho Doce, um espaço estigmatizado pela pobreza e pela violência, uma área de desvalorização social marcada por preconceitos.

Um espaço indicado como "única alternativa" de moradia da população pobre, idêntico a muitos outros no país caracterizados por uma geografia cuja fotografia é logo reconhecida sob os aspectos de beira de córregos e igarapés, encostas de morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou áreas de proteção ambiental, onde a vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização define a desvalorização.

De acordo com Gomes (2007), milhões de pessoas, principalmente aquelas que se concentram em centros urbanos vivem em situações críticas de poluição das águas, do ar, do solo, privados de qualquer perspectiva de satisfazer suas mais elementares necessidades de alimentação, moradia, abastecimento de água, esgotamento sanitário, serviços de coleta e destinação final adequada do lixo

urbano e transportes públicos. Esta situação leva a uma deterioração das condições de saúde, comprometendo a própria reprodução da vida.

A mesma enfatiza que o empobrecimento e a degradação ambiental tornam-se mais agudos em razão da política neoliberal praticada pelos organismos financeiros multilaterais e pelos governos que se desobrigam de investir em infraestrutura urbana e em políticas sociais, provocando uma agressão à cidadania sem precedentes na história moderna.

De acordo com Gomes (2007), a produção da cidade, de seus equipamentos e serviços, se faz privatizando o espaço público, submetendo-o aos interesses dos monopólios e do grande capital, sem a necessária atenção aos interesses dos cidadãos e à melhoria de sua qualidade de vida. Ao submeter à lógica do mercado a prestação de serviços, tais como saúde, educação e moradia, estas políticas promovem a exclusão dos empobrecidos, que não têm como pagar estes bens e serviços, tanto no Norte como no Sul.

O resultado é um crescente número de sem-casa, meninos de rua, favelas, cortiços e periferias desequipadas, destruindo identidades, valores culturais, estruturas familiares e levando muitas mulheres a assumirem o sustento de suas famílias, descaracterizando o antigo contexto do modelo patriarcal brasileiro⁵³.

Desta forma, a realidade não somente se expressa nos fenômenos descritos, mas se manifesta no mundo inteiro em um incremento da violência urbana, assassinato e repressão de incontáveis crianças, mulheres, sem-teto, assim como atingem também lideranças de movimentos sociais que lutam por democracia e melhores condições de vida nas cidades.

E desta forma, aqueles que são considerados “pobres” são na mesma medida considerados perigosos⁵⁴, seja moralmente, por serem concebidos como parasitas improdutivos, ladrões, prostitutas, viciados em drogas e semelhantes, ou

⁵³ Um exemplo semelhante é o de muitas mulheres, mães de alunos do PRD, as quais são provedoras do sustento doméstico, inclusive prestando serviço de merendeiras no PRD. Apesar disso, a grande maioria são vítimas de violência doméstica, como tivemos oportunidade de verificar em determinadas ocasiões, já que as mesmas relatam suas histórias de vida procurando desabafar seus sofrimentos com membros da equipe de coordenação.

⁵⁴ No espaço de ocupação Riacho Doce certos estereótipos adotados por alguns jovens os colocam na maioria das vezes na condição de suspeitos para a Polícia. Por exemplo, jovens usando cabelos com mechas loiras, trajando bermudas largas e estampadas, ou andando de bicicleta sem camisa, mostrando desenhos tatuados na pele, mesmo não sendo transgressores podem ser confundidos com estes.

politicamente, por serem desorganizados, imprevisíveis e tendentes ao reacionarismo.

Esses atores sociais podem ser facilmente identificados nas zonas de exclusão, sejam ao nível de região ou ao nível local. Geralmente nos bairros periféricos das grandes metrópoles o contingente populacional é formado por famílias de baixa renda, que em sua grande maioria são oriundas de processos migratórios, como as famílias que residem no espaço pesquisado.

Segundo os estudos de Souza & Costa (2006), a migração das zonas rurais para as zonas urbanas, com várias trajetórias na cidade de Belém, e com a permanência da relação entre vida urbana e rural, são características marcantes entre as famílias do Riacho Doce.

Em seus estudos concluíram que a maioria das famílias migrou da zona rural para a urbana em busca de melhores condições da qualidade de vida, sobretudo de trabalho, qualidade do serviço de educação e saúde.

Mas ao chegarem à cidade, a decepção ascendeu quando perceberam que a realidade urbana diferenciava-se do imaginário, onde as dificuldades continuaram existindo para a população mais pobre, acentuada quando o conhecimento que essas famílias detinham era muito diferente do conhecimento exigido no mercado de trabalho urbano. Sua afirmativa é de que:

De um modo geral, as famílias pesquisadas são trabalhadoras rurais, detém um conhecimento sobre a produção e beneficiamento agrícola, relacionado a uma lógica diferenciada da predominante na cidade, condição que tem dificultado o acesso a trabalho na cidade. Esses são os principais motivos que dificultam a absorção da massa de trabalhadores rurais migrantes nas atividades econômicas urbanas de melhor remuneração, limitando a capacidade de garantir um sustento mínimo à família (SOUZA & COSTA, 2006 p.09).

Estes fatores têm influenciado no crescimento da tendência à marginalização entre jovens, que, segundo algumas lideranças do Riacho Doce, é uma situação que se acentua com a inexistência de oportunidades de educação e lazer para jovens e crianças.

Ainda hoje, segundo Souza e Costa (2006), essas famílias que migraram da área rural para a urbana, sofrem vários processos de segregação. Primeiramente com mudança de ambiente rural para o urbano na ilusão de alcançar melhores

benefícios, num segundo momento quando já na cidade também é excluído dos benefícios do qual vieram atrás.

Tivemos oportunidade de perceber essas dificuldades em uma reunião com as lideranças locais⁵⁵ onde se discutia além das questões ambientais e de moradia, o processo de violência desencadeado cotidianamente por infratores da área, muitos deles membros de famílias vicinais, que encontraram no crime, segundo depoimento de membros da comunidade, uma maneira de sobrevivência.

É muito triste, minha senhora, a gente vê esses bandidos aqui do Riacho Doce fazer tanta coisa ruim. Um dia desses muitos deles eram só criancinha que a gente viu corrê e brinca aqui na rua. Eu já vi muita coisa feia por aqui. [...] Mais pra mim o pior crime que eu já vi, foi o filho matá o próprio pai só pra roubá. Um pai trabalhador, que suava pra dá o sustento dos filho, sê morto assim à facada é muito triste. Pior é que a Polícia não fez nada, o vagabundo tá solto por aí (Um dos líderes do PDL, 51 anos).

Nós que convivemos diariamente neste espaço urbano acabamos interiorizando o estado de perigo em que constantemente estamos expostos. No entanto, em raras ocasiões refletimos sobre as causas deste estado de coisas, a raiz do problema. É comum emitirmos opinião com os demais, que a maioria das pessoas principalmente os jovens do local, são “todos” infratores, ou vivem à margem da lei. O senso comum acaba interiorizando isso dentro tanto das pessoas que lá residem, quanto dos que precisam passar por lá por alguma necessidade urgente e quando o fazem é de forma temerosa.

Por isso, na expressão de Zaluar (1994, p. 59), “Nesse nó de problemas, muitos fios têm que ser desembaraçados e metodicamente percorridos para que se retome a costura”. Despir-nos desta postura estigmatizante e preconceituosa é o primeiro caminho. E um deles é o da relação entre criminalidade e pobreza, que para a grande maioria é o principal determinante, enquanto que há necessidade de averiguar também outros fatores que contribuem da mesma forma, como a qualidade da educação, o modelo de formação moral, a falta de políticas públicas que ratifiquem a cidadania e democracia enquanto elementos fundamentais para a formação integral do ser, além das oportunidades para o desenvolvimento dos potenciais inerentes a todo ser humano.

⁵⁵ Reunião com o grupo do PDL/RDP (Plano de Desenvolvimento Local do Riacho Doce e Pantanal), articulação entre as lideranças locais e a Prefeitura Municipal de Belém, realizada em 04/04/2007 no auditório da 11ª Zpol de Belém, recentemente inaugurada.

Zaluar (1994) é enfática ao afirmar que as explicações sobre crime e violência tornam-se quase sempre deterministas e reducionistas, pois em sua grande maioria vêm nos pobres sistematicamente os mais afeitos à criminalidade ou ao uso da violência. E assim argumenta:

Se é inegável que crises econômicas e sociais podem ser associadas ao aumento de certos tipos de crime, a equação não se explica pela relação direta e imediata entre a baixa renda e a criminalidade. Essa questão assim proposta, apesar de falsa, acaba por criar estereótipos fortes sobre quem são os criminosos potenciais ou os suspeitos número um, o que vem se tornar um dos mecanismos mais eficazes na ampliação da criminalidade e no surgimento de uma certa solidariedade entre os que desrespeitam a lei eventualmente e mesmo os que já optaram por uma carreira criminosa, de um lado, e os trabalhadores de outro (ZALUAR, 1994 p.59).

Segundo ela, do ponto de vista meramente estatístico, essa afirmação tem o efeito de uma profecia autocumprida, por serem objeto de suspeita sistemática, sendo presos para averiguação pelo simples fato de estarem perambulando pelas ruas. Desse modo, os trabalhadores pobres, mesmo quando fazem esforço de manter a identidade de trabalhador no emprego ou com baixos salários e ganhos, acabam sendo autuados em pequenos delitos. É esse o truque da super-representação dos pobres nas estatísticas legais ou criminosas.

De qualquer maneira, não se pode negar que a crise econômica e o empobrecimento da população contribuem para favorecer certo tipo de crime, vale dizer, roubos e furtos, mas não teriam tal efeito se não houvesse uma redefinição da pobreza e uma transformação dos meios de controle social que parecem ampliar a criminalidade em vez de contê-la.

Para muitos dos pobres então, não há uma identidade, e sim um número, de identificação e as impressões digitais marcadas na Polícia, não na condição de sujeito, mas de assujeitado ao controle e a vigilância do Estado, de uma forma extremamente estigmatizante.

2.2 – O culpado é aquele “negrinho” – A violência por trás do estigma

Tá vendo aquele negrinho que vai ali professora? Aquele negrinho é que tá acostumado a roubar as pessoas aqui do Projeto. Negrinho safado, ladrão, não sei como a Polícia ainda não deu cabo dele (Expressão de um morador do Riacho Doce, 44 anos).

É notório que no Brasil, a questão social é tratada como pretexto para a legitimação de atitudes repressivas e estigmatizante. Em muitas situações a aparência, o local, a indumentária, a cor da pele, dentre outras características tornam-se determinantes para a formulação de julgamentos preconceituosos tanto por parte de pessoas comuns quanto da própria Polícia.

O censo comum determina e a sociedade legitima conceitos e atitudes, e em meio a essas atitudes naturalizamos comportamentos “preventivos” quando nos deparamos, por exemplo, com “aqueles” que se podem ser “confundidos” com criminosos sem de fato serem, simplesmente por adotarem indumentárias de caráter estigmatizante, ou terem a cor da pele mais escura, ou morarem em determinada localidade⁵⁶ ou exprimirem qualquer atitude duvidosa.

De acordo com Boff (2007), em muitos lugares no Brasil se alguém é portador de algum dos seguintes P’s (pobre, preto e prostituta) é pela Polícia preso e, não raro, antes que qualquer pergunta, vítima de violência física.

A frequência sistemática de tais fatos tem exigido a interferência dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos os quais, segundo Mesquita Neto (2006), tornaram-se irrelevantes para controlar e prevenir crimes e violências praticadas especialmente contra pobres e oprimidos, praticados, por exemplo, por policiais. E mesmo havendo punição ou expulsão de muitos policiais das corporações, tais medidas, não têm diminuído significativamente a violência policial.

A cultura geral pressupõe que os pobres e as pessoas das classes populares não sejam cidadãos ou possuam uma cidadania menor. A luta dos Centros de Direitos Humanos não é somente pontual, denunciando os casos concretos de violação, mas cultural, no sentido de visar à gestação de uma consciência de cidadania, de direitos inegociáveis do cidadão e de estabelecimento

⁵⁶ Muitos motoristas de táxi, por exemplo, se recusam a adentrar em áreas consideradas perigosas na RMB, dentre elas estão bairros como da Terra Firme e Guamá. Neste bairro está localizada a invasão Riacho Doce.

de práticas policiais que se adequem a essa consciência, a defendam e a consolidem.

O paradoxo maior se insere no contexto urbano, onde os pobres figuram simultaneamente como protagonistas principais dos crimes violentos cometidos e como vítimas preferenciais dos policiais. “Da dupla inserção dos pobres nas manifestações de violência, principalmente urbana, decorreram, então, dilemas éticos e políticos lancinantes e algumas ambigüidades teóricas” (ZALUAR & ALVITO, 1998, p.154). Visto ainda haver algumas teorias que defendem epistemologicamente a marginalidade social.⁵⁷

De acordo com Caldeira (2000), “a fala do crime” constrói uma reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando percepções de certos grupos como perigosos, (como ocorre, por exemplo, com as pessoas de cor)⁵⁸. O mundo simplista, segundo essa autora, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais.

Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido, diz ela, que até as próprias vítimas dos estereótipos (pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigüamente. E segue: “Na verdade, o universo do crime (ou da transgressão ou das acusações de mau comportamento) oferece um contexto fértil no qual os estereótipos circulam e a discriminação social é moldada” (*Idem*, p. 69)

Em muitos casos, de acordo com esta concepção simplista adotada, inclusive por Agentes de Segurança Pública, casos de abusos de poder e má interpretação podem ocorrer:

Professora, eu sou um trabalhador honesto e só porque sou preto, o carro da Polícia parou do lado do carro da minha namorada me mandou descer, me revistou todinho, no meio de um monte de gente, [...] E eu ali morrendo de vergonha, minha namorada que era “branca” nem precisou descer do carro e mesmo chorando, dizendo que eu era seu namorado, eles não quiseram nem saber. Se eu reagisse ou falasse qualquer coisa eles com certeza iriam me dar porrada na frente dela. Então tive que ficar calado e engolir a vergonha, simplesmente porque estava sendo confundido com um “estrapador” que os Policiais diziam que era igual eu. [...] Será que só porque sou preto e pobre não posso arranjar uma namorada branca com carro?(Depoimento de um morador do Riacho Doce, 32 anos).

⁵⁷ Ver Berlinck, (1977).

⁵⁸ Grifo nosso.

Na opinião de Gullo (1998), nesse caso, é de se esperar uma distorção na forma de perceber o suspeito na perspectiva do aparato policial. Sem reconhecer as diferenças sociais, os policiais militares tendem a ter uma visão distorcida da população. O pobre, o negro, o desempregado, o mal vestido são vistos como suspeitos e, portanto, passíveis de um tratamento repressivo.

Acho que a Polícia não faz um trabalho bem feito, porque eu acho que quem é ladrão eles não prendem, eles às vezes confunde o trabalhador com o bandido, porque como todo mundo se conhece, às vezes o trabalhador fica conversando com o bandido e assim quando a Polícia chega, o ladrão mais esperto foge e o trabalhador honesto vai preso só porque tava conversando com o marginal (Vidal, moradora do Riacho Doce, 49 anos).

O estigma já faz parte da vida dos moradores dessa área. Afirmamos isso, porque em determinada ocasião, algumas alunas do Grupo de Dança do PRD, pelo excelente desempenho nesta arte, foram contempladas com uma bolsa de estudos em uma famosa academia de dança de Belém.

Foi um orgulho para todos, as alunas e suas famílias ficaram extremamente felizes. Porém como diz o velho adágio popular, “alegria de pobre dura pouco”, para essas meninas não foi diferente. Com exceção de uma ou duas, elas abandonaram no primeiro mês as atividades por se sentirem alvo de muitos preconceitos:

Professora, não queremos mais continuar a ir para a escola de dança (...), porque nós somos tratadas igual leprosas pelas professoras de lá. Quando as alunas de lá erram elas corrigem com o maior carinho, se é uma de nós elas berram e gritam com a gente. Além do mais as menininhas ricas não conversam e nem chegam perto da gente. Também nós não temos malhas bonitas, nem meias e nem sapatilhas adequadas, pois nossa mãe não pode comprar, porque roupa de bailarina é muito caro, nós nunca vamos ser bailarinas de verdade (Aluna do PRD, 14 anos).

Tivemos oportunidade de presenciar por diversas vezes depoimentos desta natureza, acompanhados de choro e conseqüentemente de revolta. É como se para o pobre não houvesse um outro horizonte senão aquele traçado pelo senso comum, de trabalhar incansavelmente sem obter nenhuma vantagem na vida, e ainda ter que se conformar com a situação colocando culpa no destino.

2.3 – Um Riacho que de doce não tem quase nada

Tia quando eu crescer minha profissão vai ser de chefe de gangue, pois lá na minha rua só é respeitado quem é chefe de gangue, e eu quero ser chefe, porque todo mundo vai ter medo de mim, e quem não tiver medo eu dou um tiro e mato (Aluno do PRD, 12 anos).

Poderia ser diferente, se não fosse um local onde a grande maioria dos moradores é de famílias de baixa renda. A violência está presente em qualquer localidade, mas se concentra com toda força onde a miséria, o desemprego, a falta de moradia e infra-estruturas compõem a realidade.

A paisagem que compõe as habitações no Riacho Doce na maioria das vezes é caracterizada por casas muito pequenas que abrigam um número grande de pessoas, mal cabendo todas dentro do pequeno espaço.

Em razão disso, como mostra o exemplo da reportagem (Figura 5), as crianças são obrigadas a ficar grande parte do dia na rua, a mercê de todos os perigos que ela oferece. Dessa forma, cedo aprendem as artimanhas da malandragem, conhecem outros menores que já cometeram algum tipo de infração e em várias situações já foram até recolhidos nos órgãos judiciais responsáveis por menores infratores como na Divisão de Atendimento ao Adolescente (DATA).

Como a criança tem facilidade de copiar as atitudes dos adultos, terminam por reproduzir comportamentos marginais e cedo enveredam pelo caminho da violência e do crime. Muitas dessas crianças e jovens têm problemas sérios de comportamento na escola e na comunidade.

Algumas delas fazem parte do nosso convívio diário no PRD e demonstram déficits de aprendizagem e comportamento. Em função disso, tornam-se crianças agressivas que em sua grande maioria só conseguem resolver seus conflitos criando transtornos para os professores ou espancando algum colega.



Figura 5 – Crianças expostas à marginalidade.
 Fonte: Jornal O Liberal, Atualidades, Fevereiro de 1998.

Houve algumas situações ao longo desses sete anos de convívio com muitas crianças e adolescentes do Riacho Doce, que sofremos ameaça de morte, na tentativa de corrigir ou chamar a atenção de alunos com comportamentos extremamente agressivos, buscando a parceria das famílias, muitas delas, inclusive, que já haviam perdido o controle da situação e deixavam a criança ou o adolescente, depois de tudo tentarem sem sucesso, a mercê do seu arbítrio, aguardando e temendo que o pior lhes aconteça. Situações como esta, contribuem para a criação de significados que obedecem a interpretações adversas, basta conferir:

Professora, esse menino é péssimo, não aprende a ler, briga na escola e na rua, eu já fiz de tudo, já levei prô DATA, já espanquei, quebrei cabo de vassoura nas costas dele e esse menino não melhora. To vendo a hora de fazerem uma maldade com ele, e chegar a notícia de que algum bandido matou ele. Esse menino vive na rua, tem dias que nem dorme em casa, mexe com todo mundo, só anda com marginal. [...] Tem muita gente que não gosta dele. [...] Eu só to esperando me entregarem o corpo dele qualquer dia desses, com a boca cheia de formiga (Mãe de aluno do PRD, 35 anos).

Tia, eu vi o bandido dar um monte de facada no meu pai, e tirar o coração dele na minha frente. Por isso eu também vou ser bandido pra matar todo mundo. [...] eu tenho ódio, ódio de todo mundo, se eu pudesse eu matava até a minha mãe. Ela pega o meu dinheiro do PETI⁵⁹ pra comprar maconha, jogar baralho e dá pró namorado dela.[...] A minha mãe vive bêbada e me dá porrada todo dia, por isso eu vou virar um bandido perigoso e vou matar muita gente (Aluno do PRD, 12 anos).

Para análise desses discursos, de um lado a mãe e do outro o filho, buscamos elucidações nos estudos de Rolim (2006) quando afirma que, em uma extensa revisão sobre fatores preditivos para o crime em jovens do sexo masculino, os mais importantes deles são pela ordem: falta de cuidado apropriado com as crianças; comportamento anti-social na infância; agressões sofridas pelos pais ou irmãos; baixos indicadores de conhecimento e inteligência; separação da criança do pai ou da mãe.

Ele argumenta que a falta de cuidado com as crianças, a ausência de habilidade para educar e o convívio com as situações de conflito ou maus-tratos conduzem tendencialmente ao crime. Seus estudos têm colhido evidências convincentes sobre a relação entre negligência, maus tratos e abuso sexual de crianças com condenações criminais futuras. Esses fatores são os mais fortes preditivos de comportamento infracional nos adolescentes. Mais forte do que a situação de pobreza ou do que as situações como famílias sem um dos pais ou família grandes habitando um mesmo cômodo como comumente ocorre no Riacho Doce.

A negligência aparece também como um fator mais forte do que o abuso sexual sobre crianças. A sugestão é de que fatores como a pobreza, famílias de mães solteiras ou famílias muito grandes afetam as taxas de infração juvenil mais porque aumentam os casos de negligência do que por conta da própria pobreza material (ROLIM, 2006, p. 122).

Rolim destaca que no caso de países como o Brasil, especialmente, têm-se dois extremos, ambos nocivos. De um lado, as visões tradicionais, autoritárias e repressivas, amparadas pelas práticas de punição física e pelo hábito e insultar as crianças. De um outro, as condutas permissivas, incapazes de oferecer qualquer limite às crianças. Nem sempre esses extremos se excluem. É comum que os pais sejam, ao mesmo tempo, permissivos e violentos.

⁵⁹ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. As crianças inscritas nesse programa são favorecidas com uma bolsa mensal no valor em torno de R\$ 40,00 (quarenta reais), mas, para isso, devem estar efetivamente matriculados em algum programa sócio-educativo.

O mesmo autor reafirma que apesar de os dados não coincidirem com muitas pesquisas sobre esse tema em particular, não resta dúvida de que conflitos entre os pais e a violência doméstica são fortes preditivos de infração para a criança. Aquelas que testemunham atos violentos entre os pais também têm mais chances de desenvolver comportamentos infracionais. Segundo ele, as pesquisas sugerem que quando as mulheres espancadas são mães, $\frac{3}{4}$ das crianças terão assistido, pelo menos, a um caso de incidente violento dentro de casa.

Toda essa teorização em torno desse tema se faz pertinente, em razão de nossa própria observação do contexto em que estão inseridos direta ou indiretamente muitos moradores do Riacho Doce. São várias experiências neste sentido; crianças que passam pelo nosso convívio e que mais tarde, por razões que fogem a nossa competência, desviam-se das propostas que tentamos disseminar.

Mães que são vítimas de violência doméstica, pais que estão ou já foram presos ou mesmo que morreram vítimas de assalto ou vingança, crianças que já não residem mais com suas famílias nucleares, são criados, por diversos parentes do pai ou da mãe e muitos deles vítimas de violência doméstica, passam também a adotar comportamentos agressivos.

Isso é visivelmente perceptível em adolescentes da área que convivemos diariamente. Em geral, quando investigamos a causa desse comportamento, encontramos sempre depoimentos de maus tratos, violência ou exploração do trabalho infantil pelas próprias famílias. No entanto, por não ser este o tema proposto nesta pesquisa, não pretendemos avançar com o assunto, o qual seria objeto de outra proposta investigativa. No entanto, seria impossível não relacionar os aspectos de violência no Riacho Doce, se não nos referirmos a forma como muitos jovens são tratados, potencializando comportamentos marginais que poderiam levá-los a outros caminhos perigosos.

Na verdade, este aspecto de exclusão largamente explorado neste capítulo, nos faz crer que a pobreza e a exclusão em que vivem grandes parcelas de nossa sociedade, embora não seja única responsável pela criminalidade, sem dúvida favorece sua potencialização.

No capítulo a seguir outros aspectos que envolvem situação de exclusão deverão ser elencados, porém sob uma outra ótica, ocasião em que será abordada a questão da Segurança Pública no Brasil e suas inerências.

CAPÍTULO III
PROFISSÃO POLÍCIA:
RETRATOS DA (IN)SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

São manifestações essenciais do valor policial-Militar: “O sentimento de servir à comunidade estadual, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial-Militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, mesmo com o risco da própria vida” (Estatuto da PM, art. 29).

Analisar os aspectos da Segurança Pública no Brasil é uma tarefa que requer reflexão, investigação teórica e acima de tudo elucidações sobre fatos sociais em contextos específicos. Afirmamos isso, em função da multiplicidade de fenômenos da qual este evento se posiciona na composição da sociedade brasileira.

Assim, o presente capítulo busca elementos que apontem aspectos da Segurança Pública no Brasil, evidenciando sua estrutura organizacional, a implementação das políticas voltadas para a concretização de suas finalidades, dando ênfase principalmente a Instituição da Polícia Militar do Estado do Pará e o trabalho desenvolvido pela mesma no combate a criminalidade.

Vale lembrar que o palco de nossas investigações está determinado no espaço de ocupação Riacho Doce, localizado na RMB, devendo, portanto, ser este o espaço cujas ocorrências criminais e ações policiais sejam evidenciadas com maior interesse.

No entanto, para que se fale sobre segurança pública com ênfase na Polícia Militar, serão investigadas uma gama de variáveis. Como por exemplo, a gênese da Instituição no Brasil, especialmente no Pará; o trabalho desenvolvido pelos agentes de segurança pública; seus sonhos e desafios; as prováveis falhas no sistema e as contradições a ela inerentes, além é claro, das possibilidades de incrementações e articulações em favor da mesma partir da parceria entre o público, o privado e o social.

3.1 – Policiamento e a estrutura militar da Polícia brasileira

A Polícia *ostensiva*, tal como é identificada nos dias de hoje pelo uniforme, viatura, equipamento⁶⁰ é uma criação da sociedade inglesa ocorrida nas primeiras décadas do século XIX (PINC apud MONET, 1986). O traço distintivo que abrange esse período histórico é uma sucessão de um grande número de eclosões internas e internacionais de violência, mesclada de maneira incongruente a uma aspiração forte, sem precedentes, de instaurar a paz como condição estável da vida social, o que provocou a consciência da necessidade moral, estimulando as pessoas a se comportarem de modo a banir a violência no domínio da vida privada (*Idem*, p.19).

No Brasil, as Polícias Militares atuam na esfera estadual e subordinam-se aos respectivos Chefes do Executivo - o Governador do Estado.

O processo de redemocratização não afetou a estrutura das Polícias Militares estaduais, que mantêm até hoje a forma como foram organizadas desde de 1969⁶¹ exceção feita ao vínculo com o Exército. Essa organização policial é híbrida, por apresentar característica militar e desempenhar atividade eminentemente civil - o policiamento. A primeira é reguladora das relações internas e a outra, responsável pelo aparato técnico, legal e procedimental que orienta as relações da Polícia com a sociedade.

Contextualmente, as mesmas têm sua origem nas Forças Policiais criadas durante o período em que o Brasil era um Império, no reinado. A Corporação mais antiga é a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com origens na Guarda Real de Polícia criada em 1809 por Dom João VI, Rei de Portugal. Na época, D. João havia transferido sua corte de Lisboa para a cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), em virtude das Guerras Napoleônicas que assolavam na Europa.⁶²

A força militar de patrulhamento, genuinamente brasileira e mais antiga, é a do Estado de Minas Gerais, organizada em 1775, de modo regular e, até hoje, ininterrupto, constituída originalmente como regimento regular de cavalaria, pago

⁶⁰ Como equipamentos mais utilizados destacamos, a arma de fogo, o cassetete e o rádio, lembrando que em alguns países, como a Inglaterra, os policiais não usam arma (PINC, 2006).

⁶¹ O Decreto n 667, de 1996, unificou todas as Polícias Estaduais uniformizadas e as subordinou ao Exército, (Op cit).

⁶² Origem: Wikipédia, enciclopédia eletrônica livre.<http://www.wikipédia.com.html>

pelos cofres públicos e responsável pela manutenção da ordem pública ameaçada pela descoberta das riquezas naquele Estado.⁶³

Desde a sua criação, as Polícias Militares encontram-se organizadas em postos (relativos aos oficiais) e graduações (relativas às praças), à semelhança do Exército Brasileiro.

Segundo a Constituição Federal de 1988, as Polícias Militares, por força legal, são forças auxiliares e reservas para a defesa interna do Exército Brasileiro. No entanto são as únicas corporações policiais responsáveis por exercer as funções de policiamento ostensivo, ressalvada a competência da *União*.⁶⁴

No Pará, essa Instituição Militar de Segurança Pública foi criada em 1818 no Governo do Conde Villa Flor, com a denominação de Corpo de Polícia, sob o comando de José Victorino de Amarante, do corpo de Artilharia da Capitania do Grão-Pará e Rio Negro. Recebeu outras denominações, como: Guarda Militar de Polícia (1820 - 1831); Corpo de Municipais Permanente (1831 - 1836); Corpo de Polícia do Pará (1836 - 1847); Corpo Principal de Caçadores de Polícia (1847 - 1865); Corpo Paraense de Voluntários da Pátria (1865 - 1870); Corpo Militar de Polícia do Pará (1885 - 1894); Regimento Militar do Estado (1894 - 1905); Brigada Militar do Estado (1905 - 1930); Força Pública do Estado Pará (1935) e, por força do Decreto 1.516, de 09 de Fevereiro de 1935, Polícia Militar do Pará.⁶⁵

Embora a Polícia Militar do Pará receba méritos por ter atuado na guerra do Paraguai e na Revolução de Canudos, nos últimos anos também está na lista das corporações mais violentas do país.

De acordo com Pinheiro (1997, p. 49), um fato atual que acentuou essa característica da PM paraense, foi, dentre outras, o massacre de abril de 1996, quando ocorreram 19 execuções sumárias de trabalhadores sem-terra em Eldorado de Carajás.

⁶³ Ibidem

⁶⁴ Ibidem

⁶⁵ Fonte disponível em <http://www.militar.com.br/modules.php.name=Historia&file>

Em motins de presidiários também tem sido freqüente o uso de violência fatal. Essas são dentre outras uma das características que marcam a Instituição policial nos Estados Brasileiros.⁶⁶

3.1.1 – Abordagem sobre a característica militar da Polícia

A característica militar da Polícia tem sustentação na hierarquia, que distribui as posições numa escala piramidal e atribui as competências de acordo com o lócus ocupado por cada um; e também na disciplina, que estabelece o sistema de normas e regras a serem obedecidas, bem como as sanções a serem aplicadas no caso de desobediência.

A atividade civil da Polícia Militar é representada pelo policiamento, que é a prestação dos serviços públicos essenciais que o Estado oferece à sociedade a fim de atender a necessidade de segurança de todos. Para o desempenho dessa atividade, a instituição policial mantém um arcabouço de procedimentos em fundamentação legal.

Embora militar, a Polícia desempenha atividades operacionais disparem em relação ao Exército, pois este é encarregado da defesa externa do território dos respectivos Estados. No entanto, ambos desempenham suas missões fora de seus quartéis, o que implica na pulverização do efetivo em toda a extensão do território de jurisdição operacional.

São os policiais que ocupam as posições na base da pirâmide, responsáveis por executar o policiamento, portanto o contato com a sociedade é realizado por Cabos e Soldados, que atuam, na maior parte do tempo, em duplas. (PINC, 1973, p.58).

A implantação do policiamento motorizado aumentou a capacidade de mobilização dos policiais e por conseqüência obrigou a instituição a estabelecer outros mecanismos de controle sobre a atuação desses agentes.

Para desempenhar a atividade de policiamento o policial tem autorização para escolher o procedimento, dentre aqueles que compõem o conjunto de normas ou regras, ou o grau de força da escala contínua, que irá adotar em cada circunstância, portanto tem elevado grau de autonomia.

⁶⁶“As forças policiais militarizadas do Brasil que surgiram sob os governos militares, estão entre as mais assassinas do mundo. Em 1992, a Polícia matou 1.470 civis em São Paulo, enquanto que em New York matou 27 naquele mesmo ano” (PINHEIRO, 1997, p. 45).

A descentralização do poder de decisão se justifica em razão da grande diversidade de conflitos que uma patrulha se depara cotidianamente e da necessidade de pronta resposta, que a maior parte das demandas requer. A consulta aos escalões superiores, no caso o sargento ou o tenente, posterga o tempo de resposta, causando prejuízos em determinadas situações.

Neste, sentido, é necessário que o policial esteja preparado para oferecer a melhor resposta diante da grande variedade de demanda, o que requer qualificação, atributo necessário para qualquer profissional. Caso contrário corre o risco de causar algum dano, físico ou moral, à pessoa ou pessoas com quem interage, ou até mesmo à sua própria segurança (PINC, 2006, p. 20).

A característica militar não é determinante para o bom desempenho profissional, se considerarmos o aparato técnico e legal da atividade, no entanto, a disciplina militar pode ser uma forma de garantia da obediência aos projetos legais e procedimentais que norteiam a instituição policial, quer seja por integrar sua conduta e ou pela ameaça e punição.

Em razão disso, alguns autores⁶⁷ buscam uma tentativa de explicar as “*mazelas*” e os “*descaminhos*” das Instituições de Segurança Pública no Brasil. A mais comum delas é atribuir esses “efeitos” ao regime militar sob o qual o Brasil viveu durante mais de vinte anos.

A subordinação direta das PMs ao Exército, a prevalência da doutrina de segurança nacional e a mobilização de ambas as Polícias para a repressão política, num contexto de suspensão dos direitos civis, teriam deixado marcas profundas, ainda não superadas, na lógica, na organização e nas práticas das instituições brasileiras de segurança.

Esses mesmos autores alegam que, além do legado fortemente negativo para a imagem social dessas instituições, o autoritarismo teria comprometido a profissionalização das atividades de policiamento, atrasando em décadas o processo de adequação dos serviços policiais às demandas contemporâneas de ordem pública, à crescente complexificação das atividades criminosas e a verdadeira revolução tecnológica e organizacional ocorrida na área da segurança em outros países do mundo.

⁶⁷ Ver Lemgruber, Musumeci & Cano (2003).

Assim, com o intuito de compreender este contexto, tomamos de empréstimo o conceito de “*modelo reativo de policiamento*” adotado por Marcos Rolim (2006), para esclarecer os aspectos da Segurança Pública e policiamento no Brasil por apresentar características análogas às definidas neste conceito.

Segundo o mesmo, o que ocorre na atualidade, principalmente em países em recente democratização, nos quais o comportamento policial de acordo com o modelo reativo de policiamento é aquele que pressupõe que a Polícia deva esperar para ser chamada, ou seja, isto significa que ela deve esperar até que o crime seja cometido e comunicado. O que, em geral, não é percebido é que essa estratégia torna intrincado à Polícia, lidar com crimes que não produzam vítimas ou testemunhas.

Assim sendo, em muitos dos delitos ocorridos, as vítimas também permanecem desconhecidas porque não registram ocorrência nem chamam a Polícia, ainda que diante de crimes considerados graves.

Um das razões que potencializam esse comportamento está relacionado ao descrédito que as pessoas tem da Polícia, e a ineficácia de suas ações. Como se percebe em alguns depoimentos da população:

A nossa Polícia é muito fraca não faz nada, o povo chama e quando ela chega o bandido já fugiu aí eles ficam tudo com cara de besta, aí quando a Polícia sai o povo fica é rindo da cara da Polícia (Morador do Riacho Doce, 51 anos).

A população aumentou e a segurança é pouca, eu acho que tem que investir na Polícia, aumentar o efetivo, a Polícia tem que tá na rua tem que ter Polícia na rua, andando. Quando acontece uma coisa grave, daí chama a Polícia, o carro passa, não faz nada, o bandido age mais rápido do que eles (Morador do Riacho Doce, 61 anos).

O descrédito pela Instituição policial pode estar relacionado a inúmeros fatores, e um deles diz respeito à própria estrutura de funcionamento, voltado para esse modelo reativo, e principalmente escassez de pesquisas estatísticas que possam ser capazes de promover levantamentos mais eficazes de ocorrências de crimes e vitimizações.

Na opinião de Marcos Rolim, a prática de realização de pesquisas de vitimização ainda não se firmou no Brasil, e a maior parte dos estados brasileiros jamais teve uma delas sequer.

Em 1988, o IBGE realizou uma Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios que concluiu algumas questões relacionadas a vitimização. Esta foi, até hoje, a única experiência nacional de coleta de dados na área. Na prática, isso significa prosseguir trabalhando com dados compilados a partir dos registros de ocorrência, o que, assinala, inequivocamente, uma maneira ultrapassada de lidar com indicadores de criminalidade e violência. [...] Os gestores de Segurança Pública, não podem elaborar uma política de segurança com base em um diagnóstico sério porque os dados disponíveis mais confundem do que ajudam (ROLIM, 2006, p. 40- 41).

Assim sendo, ocorrências de natureza diversas deixam de ser registradas, não permitindo a construção de um banco de dados que possibilite o planejamento de estratégias mais eficazes na área da Segurança Pública.

Levantamentos, por exemplo, de crimes de colarinho branco, crime contra moradores de rua, turistas, crianças, passam a ser desconsiderados, levando a população a um constante descrédito.

O levantamento dessas ocorrências, de acordo com Rolim (2006), tornariam evidente a chamada “Lista Obscura⁶⁸”, a qual mede a quantidade de crimes não relatados a Polícia, cujo número é extremamente alto.

Rolim (2006) ainda enfatiza que as razões para os números levantados pelas pesquisas serem muito maiores que os registrados pela Polícia, fenômeno que se repete em todo mundo, são as mais variadas. Em primeiro lugar, muitas vítimas têm medo de represálias.

Em segundo, muitas imaginam que a Polícia não irá produzir qualquer resultado; por alguma razão elas não confiam na instituição e imaginam que irão apenas perder o seu tempo. Em terceiro, muitas vítimas não desejam o envolvimento da Polícia em determinados casos. Elas podem se sentir mais seguras em tratar pessoalmente do problema, podem manter vínculos com os infratores ou ainda sentir vergonha de expor a situação que as vitimou. Por fim, o que ocorre é que muitas pessoas não sabem como proceder para registrar uma ocorrência, não tem recursos para se deslocar até uma Delegacia ou, mesmo, não tem noção de que foram lesadas em algum direito.

Além do que, outros crimes contra o erário, casos de corrupção ou tráfico de influências, fraudes ou desfalques praticados por pessoas influentes e crimes contra o meio ambiente, entre outros, costumam não ser reconhecidos pela Polícia, porque nesses casos ninguém liga para registrar ocorrência.

⁶⁸ Tradução feita por Rolim, 2006, p. 40, da expressão original em inglês (dark rate).

Percebe-se então que o modelo reativo de Polícia pressupõe uma seletividade natural construída de forma sistêmica e, dessa forma, sem levar em conta a intervenção ou à vontade do agente. Os Policiais também estão pouco preparados para enfrentar temas como a violência doméstica e o abuso sexual. Em sua grande maioria desconhecem as novas modalidades de crimes praticados por meios eletrônicos e, em geral, não sabem como atuar em casos que envolvam discriminação, especialmente se ela for de gênero ou orientação sexual.

Assim sendo, a presença da Polícia passa a ser interpretada com crescente desconfiança, quando não com aberta hostilidade, por setores da população. Na verdade, a Polícia e o público se colocam tão apartados um do outro que em muitas comunidades – especialmente aquelas mais periféricas e marginalizadas - a Polícia passou a ser identificada como ineficaz.

O modelo de policial a qual nos referimos, e que comumente identifica o estereotipo da Polícia brasileira, no qual a maioria dos Policiais habite um mundo definido por ocorrências dramáticas ou dolorosas com as quais estão em permanente contato, faz com que muitos deles, não guardem sequer relação com o seu trabalho.

O modelo reativo de policiamento nem sequer permite que a repetição de eventos dramáticos e a sensação de que nenhuma das providências postas em prática surta um efeito realmente saneador, faz com que a visão geral de mundo desses profissionais – assim como do próprio papel que desempenham nele – passe por um processo de desencantamento, de acordo com (ROLIM, 2006, p. 35).

Desta feita, aspira-se um modelo de Polícia que seja substancialmente distinto deste, cujos esforços dos policiais, mesmo quando desenvolvidos em sua intensidade máxima, costumam redundar em “lugar nenhum”, e o cotidiano de uma intervenção que se faz presente apenas e tão-somente quando o crime já ocorreu, promovendo uma sensação sempre renovada de imobilidade e impotência, que definem o policiamento contemporâneo.

Em uma perspectiva humanista, faz-se necessário, definir o trabalho policial como aquele vocacionado por uma missão civilizadora, algo que sua identificação com a idéia de “força” termina atrapalhando. [...] A Polícia deveria ter como missão exclusiva ou mesmo fundamental o combate ao crime. Prevenir a ocorrência de delitos e perseguir infratores, atuar na preservação da ordem, fiscalizar serviços públicos e privados, estruturando seu trabalho a partir de vínculos bastante próximos da comunidade (ROLIM, 2006, p.28-29).

Para que isso ocorra, especialmente no caso do Brasil, é preciso, em primeiro lugar, promover um exame mais cuidadoso sobre os resultados do trabalho policial, levantando suas debilidades. Ao contrário do que se pensa, as Polícias brasileiras não precisam apenas de mais recursos e novos investimentos.

Mantido o atual modelo e as formas tradicionais de atuação policial no Brasil, a tendência maior aponta para o desperdício dos recursos públicos que sejam nele eventualmente empregados.

Por outro lado, enfrentado o problema relacionado à falta de investimentos, termina-se por encobrir os problemas referentes a ausência de gestão e a inaptidão para a avaliação de programas e iniciativas.

Um dos fatores preponderantes que contribui para o descrédito do Sistema de Segurança Pública no Brasil, diz respeito à violência policial, compreendida como uso desnecessário e abusivo dos meios coercitivos ou como emprego de métodos abertamente criminosos – como a tortura e/ou a execução de suspeitos. A violência policial existe onde são escassos os meios de investigação; onde, portanto, identifica-se uma lacuna básica quanto aos recursos de inteligência.

Ela é, também, um dos mais seguros indicadores a respeito da ausência de uma postura profissional e, portanto, da má formação. Questão que discutiremos em um outro momento desta produção.

3.2 – Profissão Polícia: Obtusos Direitos Humanos

A afirmativa de Soares (2007) é de que a Instituição-Polícia é vista pela sociedade sob vários ângulos, destacando-se dois deles: o popular, que a exhibe de forma sombria, onde não se vislumbra claramente sua amplitude e sua profundidade, sendo conhecida pela atividade desenvolvida pelo seu ramo mais visível.

Assim, em um contexto mais amplo, prevalece o entendimento limitado de que Polícia corre atrás de ladrão e prende bandido; o técnico, encontrado em leis, regulamentos e em apontamentos doutrinários, não menos equivocados, vê a Instituição de forma restritiva, ao estabelecer que Polícia se encarrega da preservação da ordem pública e da investigação de delitos.

Ou, ainda, que Polícia é a atividade ou o órgão encarregado de prevenir e reprimir crimes. A instituição pelo seu caráter e grau de importância, deve ser

observada pela multiplicidade de seus eventos e ter desta forma garantido também os direitos que lhe conferem.

Cogita-se o tempo todo sobre direitos humanos, porém somente em raras ocasiões fala-se dos direitos dos Policiais “*Os direitos humanos ainda não chegaram para os Policiais militares*⁶⁹” como se percebe nas manifestações dos próprios PMs. Da mesma forma como em outros setores da sociedade, as queixas dentro das corporações da PM não são diferentes, pois muitos deles se sentem prejudicados em sua função, e este sentimento tem sido motivo de inúmeras queixas:

A gente pra sobreviver, tem que rebolar. E quem é que garante a nossa segurança? Se algum policial se fere durante uma batida, ou captura de bandido, ele fica jogado, se não serve pra mais nada, ele fica abandonado, porque ele não serve mais pró Estado, não serve pra mais nada é um inútil, aí o cara sofre a humilhação diante da família, dos companheiros e todo mundo (Cabo da PM 38 anos).

Quem teve ou a tem a oportunidade de conviver mais de perto com Policiais militares em qualquer lugar do Brasil, já acostumou a ouvir inúmeras e legítimas queixas como esta, principalmente quanto a fragilidade ou mesmo a inexistência de instrumentos que sustentem e protejam seus direitos.

A impropriedade, a inadequação ou a inconsistência dos expedientes disciplinares que regulam a conduta policial é expressa freqüentemente pela tropa por meio de sentimentos que anunciam uma preocupante desproporção em favor dos deveres no exercício da profissão do policial militar.

A lei só serve para proteger bandido, a cúpula lá de cima, (Referindo-se aos órgãos de Segurança Pública no Pará)⁷⁰, sabe de tudo que acontece no meio policial, sabe das deficiências do sistema, sabe de toda bandidagem que acontece aqui nesses bairros (Terra-Firme, Guamá, Riacho Doce, Pantanal), sabe dos riscos que nós corremos usando equipamentos velhos e ultrapassados, sabem que nossa remuneração é incompatível com os riscos que corremos, mas eles não fazem nada (Cabo da PM, 30 anos).

Com algumas exceções, pode se dizer que a consolidação do famoso “bico⁷¹” como uma política informal de complementação salarial tende a contribuir

⁶⁹ Máximas extraídas dos praças da PM do Rio de Janeiro em Muniz (2006 p. 65).

⁷⁰ Grifo nosso.

⁷¹ De acordo com Lima (2007), entre os grandes problemas vividos pelos policiais militares, um dos que mais chama atenção é o trabalho paralelo conhecido como “bico”. O “bico” é um tipo de trabalho exercido pelos policiais em seu horário de folga e consiste em atividades como: segurança de

para a constituição de uma cadeia de comando e controle paralela que atravessa e perverte aquela formalmente instituída.

Nessa lógica, insere-se na oportunidade de obtenção de ganhos extras no mundo privado por conta dos atrativos da profissão policial, o mais comum é o “bico” como segurança particular em horários opostos ao do trabalho profissional.

As condições geralmente inadequadas de trabalho, seus riscos inerentes, os baixos salários e as crescentes cobranças públicas por maior resolutividade agregam-se a essas experiências. Obviamente, isso tudo produz efeitos devastadores na auto-estima dos policiais e pavimenta o terreno para o desenvolvimento de condutas “desviantes” como a corrupção e/ou a violência, tanto quanto para a manifestação de uma sub-ética corporativa.

Quando o trabalho em si mesmo já não pode justificar-se, nem constitui fonte de satisfação ou orgulho, ele só pode ser suportado mediante a promessa de “recompensas”. Ou seja, a partir de um sentido que lhe seja oferecido desde o exterior. O fato é que essas recompensas possam ser o resultado de comportamentos ilegais e que introduzam uma prática corsária diluí-se completamente em uma escala de valores para o qual “a teoria, na prática, é outra” e o compromisso estrito com a lei e os regulamentos é apenas o discurso dos advogados” (ROLIM, 2006, p.38).

Estudos comprovam Porto (2000) que esse pensamento advém da fragilidade expressa na precariedade das condições materiais do agente policial, com desdobramentos em termos de uma igualmente precária inserção social, que o situa nos limites entre a integração formal do sujeito e os direitos e a exclusão de fato em termos da participação na sociedade de consumo, em termos da relação entre expectativa e possibilidades concretas de satisfação de suas demandas, sejam elas de natureza material (econômico-social) ou ideal (cultural-política).

São indivíduos marginalmente situados na escala do prestígio social, razão que pode refletir nas conseqüências em termos do processo de constituição social de suas identidades, individuais e coletivas.

Porém, de acordo com Muniz (2006), no Brasil, não existem estudos conclusivos que demonstrem correlação direta entre corrupção e baixos salários. Segundo ela, nas pesquisas e estudos que se tem notícia no campo da Segurança Pública, esta relação não é de causa e efeito, e sim uma maneira simplificada que às

eventos, transportes de valores e segurança particulares. São diversas tarefas que exigem, sobretudo, o treinamento especializado e o conhecimento profissional que somente os policiais possuem, adquirido por meio de treinamentos especializados. Cf: Lima (2007).

vezes aparece na fala dos formadores de opinião e mesmo dos profissionais de Polícia.

Essas questões estão muito mais associadas ao universo da cultura organizacional das instituições e a ética profissional.

É evidente que os salários têm um peso importante, até porque antes de tudo o policial é um cidadão e trabalhador, discutir direitos humanos significa discuti-los dentro e fora da Polícia. Mas pensar que aumentar salários na Polícia reduz as oportunidades de comportamento violento e corrupto na Polícia é uma verdade parcial. Este é apenas um discurso retórico importante do ponto de vista da militância, das atividades classistas dos policiais (MUNIZ, 2006, p. 04).

É possível ter profissionais bem pagos, mas péssimos no exercício de sua profissão, em qualquer profissão. No caso brasileiro, o problema da corrupção é agravado pela falta de mecanismos de controle interno. Confunde-se mecanismos profissionais de controle da ação da Polícia com instrumentos disciplinares

Ainda na opinião de Jacqueline Muniz, é importante desenvolver instrumentos de gestão que sejam capazes de iluminar o que a Polícia faz no cotidiano. No Brasil, por exemplo, existe um grande desafio, pois inexistem indicadores satisfatórios da eficiência e performance da Polícia, e sim, os indicadores de criminalidade por ela cometida.

Segundo seus estudos, existe uma espécie de grande iceberg, em que o trabalho cotidiano tanto da Polícia Militar quanto Civil, padece de um alto grau de invisibilidade institucional e pública. Quanto maior é o grau de invisibilidade, maior é a desconfiança, menor é a credibilidade e menor é o controle. Importante que aja um rompimento com duas tradições que vem formando a concepção de Segurança Pública, em particular das Polícias no Brasil: uma percepção militarizada da segurança e da ordem pública e uma percepção penalista/punitiva da Segurança Pública.

Essas duas formas de entendimento se misturam na prática, gerando a ocultação, colocando na clandestinidade e na ilegalidade a atividade de Polícia. Hoje, se a Polícia quiser trabalhar bem, com eficiência, vai ter que romper com a lei e com seus procedimentos internos, que não mais refletem nem os desafios internos que elas enfrentam, nem as demandas externas da sociedade.

Para fazer um trabalho tecnicamente qualificado vai ter que rasgar os seus regulamentos disciplinares que não refletem o cotidiano e a realidade do trabalho policial.

Na opinião de Muniz (2006) opinião, não se pode dissociar o aumento salarial de um plano de carreira para o policial. O salário não dá retorno para a carreira policial, apenas melhora qualidade de vida individual, mas não dá um salto qualitativo do ponto de vista das organizações. É preciso associar isso a critérios de meritocracia, formas de ascensão e a um processo educativo continuado.

Em uma outra controvérsia, Muniz (2006) relata que os suboficiais e praças descrevem sua realidade profissional, quase em uníssono, como um mundo de obrigações refratário às conquistas cidadãs.

A atmosfera constituída por este mundo disciplinar é carregada por um apetite suspeito e punitivo que se estende para além do universo profissional, invadindo as outras esferas de sociabilidade da vida dos policiais, inclusive a dos inativos.

Atraso nas prestações do crediário, dívidas pendentes, indução a embriaguez, freqüência em eventos sociais, casas noturnas ou bares considerados impróprios por algum superior hierárquico fazem parte do repertório e situações que podem ser enquadradas como faltas que atentam contra o “decoro” da classe e o “pundonor policial militar” (*Idem*, p. 16).

Como se esses profissionais precisassem temer o tempo todo às represálias advindas de dentro de sua corporação por parte de seus superiores, configurando assim uma prática ofensiva e antidemocrática que não reconhece no policial militar um ser humano como outro qualquer que tem planos, perspectivas, objetivos e sonhos a serem alcançados, restando-lhes apenas o cumprimento de deveres.

Segundo Muniz (2006, p.17) os eventos que ocorrem com os policiais militares, podem ser compatíveis com a honra pessoal, dos integrantes da “família policial Militar”.

Tais eventos desde desavenças conjugais, desentendimentos com a vizinhança, podem ser acolhidos pelos Regulamentos Disciplinares das Polícias Militares⁷² (RDPM).

⁷² Para a PM do Rio de Janeiro, o projeto de um novo regulamento disciplinar foi apresentado à governadora Benedita da Silva, por uma comissão que reuniram Policiais e bombeiros militares, representantes da sociedade civil e do movimento nacional de direitos humanos. O novo documento propunha entre outras coisas, a

A vasta extensão do repertório de transgressões previstas pelos regulamentos, a indefinição normativa quanto a sua gravidade e a imensa liberdade decisória no estabelecimento das sanções combinam-se de modo a conceder aos atores em posição de chefia um amplo e substantivo poder de manobra dos dispositivos disciplinares e seus recursos punitivos (*Idem*, p.66).

O emprego desse poder pode chegar a manifestações perversas como o “mandonismo” ou a instrumentação do personalismo no exercício do comando. Isso possibilita procedimentos de avaliação questionáveis que vão desde ações arbitrárias, desproporcionais e injustificadas até a concessão de privilégios e imunidades em troca do atendimento a interesses corporativos ou pessoais (MUNIZ, 2006, p. 27).

Não obstante esses impasses na Polícia, Muniz (2006, p.73), faz os seguintes questionamentos – Como garantir a institucionalização dos mecanismos de sustentação dos direitos policiais, no interior das Polícias, quando, a despeito de alguns setores resistentes previsíveis, os policiais não se mobilizam para a defesa e sustentação dos mesmos mecanismos?

Além do que, como se pode avançar na institucionalização dos instrumentos que garantam, de fato, os direitos humanos dos policiais, quando os próprios policiais reagem de maneira passiva às iniciativas de retrocesso ou de desmontagem dos instrumentos de defesa conquistados e implantados?

Em suas palavras, é quase impossível, conduzir um processo de mudanças democrático e participativo nas Polícias sem a legitimação dos policiais, e sem adesão no aprimoramento dos mecanismos de controle interno da Polícia.

Sob essas condições, a profissionalização e o fortalecimento dos mecanismos e expedientes formais de controle interno e externo podem se revelar como uma proposta pertinente para a corporação policial, mas na contramão dos interesses individuais mais imediatos, pode ser mais “lucrativo” em curto prazo optar por ceder os direitos deixando as coisas como estão e apostar na permanência de normas e regulamentos frágeis, inconsistentes e passíveis de manipulação.

modernização dos estatutos e regulamentos disciplinares policiais, capazes de permitir uma reforma que tornasse mais democrática essas práticas disciplinares dentro da Polícia. Assim sendo, no dia 28 de agosto de 2002, do documento que propunha esse novo modelo de regulamento disciplinar, foi aprovado pelo Decreto número 31.739 integralmente, sendo o mesmo publicado no Diário Oficial do Governo do Rio de Janeiro, e em seguida editado pela imprensa oficial do Estado e distribuído aos oficiais militares. No entanto, sua existência foi prematura e não ultrapassou três meses. Com o ingresso do novo governo eleito em 2003, o decreto de criação do novo regulamento foi revogado nos primeiros dias da gestão da governadora Rosinha Garotinho, o que fez com que o velho regulamento voltasse a vigorar. Fonte: (MUNIZ, 2006)

Esforços de modernização dos estatutos e regulamentos disciplinares policiais foram empreendidos em muitos estados brasileiros, alguns com sucesso. Nesse caso, deve ser enfatizado o protagonismo policial na defesa e sustentação de seus direitos. O ponto em comum das iniciativas dessa natureza que tiveram êxito foi o engajamento e a adesão policiais em todas as etapas (MUNIZ, 2006, p.73).

Na falta dessa diligência, os policiais militares experimentam um tipo de insegurança revestida de baixa estima profissional que tende a oportunizar práticas ressentidas, ora abusivas, ora negligentes, sobretudo entre policiais que se percebem inferiores ou que se sentem menos sujeitos de direitos do que os cidadãos comuns. “É isso de tal maneira que muitos PMs têm comungado a perversa convicção de que os direitos humanos servem somente para proteger bandidos” (p.66).

A partir dessa mentalidade, na opinião de Porto (2000, p. 198) desponta a justificativa de uma ação lógica ambígua, através da qual a “violência legítima e ilegítima se interpenetram num movimento onde a violência enquanto instrumento, mecanismo, estratégia, recurso exprime igualmente revoltas e raivas que a discriminação e a desvalorização social dessa categoria fazem vir à tona”.

Produzem-se dessa forma, contextos nos quais a violência tem a marca de uma subjetividade *negada, arrebatada, frustrada*.

Deste ponto de vista, a violência é suscetível de emergir na interação ou no choque de subjetividades negadas ou destruídas – “como se observa em determinados motins, onde os sentimentos, por parte dos amotinados, de não serem reconhecidos remete os Policiais à convicção simétrica de serem desvalorizados ou insultados por aqueles que ele deve reprimir” (WIEVIORKA, *apud*, PORTO, 1997, p, 37).

O afastamento da Instituição com a comunidade pode produzir um efeito devastador para a consistência do aparato institucional, como tem normalmente ocorrido. Um estratagema legítimo e eficaz seria o retorno à comunidade, até como mecanismo de sobrevivência das organizações policiais na contemporaneidade.

Viver em sociedade, onde o conflito é peça estruturante da vida comum, administrar conflitos no interior da vida social, pressupõe a presença da Polícia como ator executivo, capaz de articular demandas diferenciadas entre as comunidades.

Retornar à comunidade é retornar à base, porque a comunidade é a infraestrutura pela qual a Polícia atua. Desprezar a comunidade ou o cidadão como seu principal cliente, e o cotidiano e a realidade destas comunidades, é inviabilizar a própria ação conseqüente de Polícia, seja em ações dissuasivas, repressivas ou preventivas.

Não existe nenhuma ação de Polícia que prescindia da participação da comunidade, isso é condição de eficiência, o que dá o salto de qualidade em termos de profissão e de segurança e redução do agravamento do temor.

Sem a solidez dos fatores anteriores, só se pode, chegar ao lastimável argumento de que conseqüências como a crise dos poderes públicos, a produção de Segurança Pública e precariedade de vida material e simbólica dos agentes dessa segurança, entre outros fatores, são ingredientes férteis para a manifestação de uma simbiose entre (in) segurança e violência, que tende a se constituir em fator de constrangimento para a consolidação de uma sociedade efetivamente democrática.

CAPÍTULO IV
TRANSGRESSÃO E SOCIABILIDADE:
AS RELAÇÕES ENTRE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA E A
COMUNIDADE DE UM ESPAÇO SOCIAL MARCADO PELA CRIMINALIDADE

A invasão Riacho Doce faz divisa com os dois bairros considerados pela Polícia⁷³ e pela população em geral, os mais violentos da capital. Embora seja um espaço de dimensões geograficamente pequeno, lá se concentra, segundo depoimentos, um índice significativo de transgressões especialmente àquelas relacionadas ao tráfico e consumo de drogas.

Na fase inicial desta pesquisa, foram construídas algumas pré-concepções, fato que pode ocorrer com muitos pesquisadores, e em nosso caso não foi diferente. A primeira de que o fenômeno da violência e criminalidade estariam ligados diretamente a fatores econômico-sociais, ou seja, atribuíamos “exclusivamente” a pobreza o fator preponderante às incursões criminosas.

No entanto, a partir das observações, das informações obtidas através de reportagens dos jornais locais e da análise dos dados obtidos através das observações e entrevistas, foi possível perceber que existe um número significativo de variáveis, muito além desta questão, contribuindo para a ordenação de vários fatores ligados à criminalidade, especialmente no espaço de nossa investigação.

Neste capítulo, algumas dessas variáveis serão apontadas, pois entendemos que a sua co-relação contribui para justificar a ocorrência da problemática por nós levantada, a qual exprime os aspectos da sociabilidade e transgressões “percebidas⁷⁴” no espaço por nós referido.

Estas efetivamente se relacionam aos crimes voltados à *corrupção e violência policial ao tráfico e consumo de drogas, e as delinqüências infanto-juvenis*, contingentes ao espaço geográfico em questão, cuja urbanização é típica de ocupação desordenada que propõem contrastes sociologicamente relevantes.

⁷³ Dados obtidos através da SEGUP/PA. Disponível em <http://www.segup.pa.gov.com>.

⁷⁴ Em várias ocasiões tivemos oportunidade de ouvir de maneira informal, depoimentos de alunos do PRD acerca de transações que eles mesmos e alguns comparsas efetivavam de forma “amigável” com a Polícia local.

É um conjunto humano diversificado e em permanente conflito por território, por sobrevivência em atividades econômicas e buscas mútuas, conformando um estilo de vida que pode ser traduzido, de modo geral, por resistência da pobreza à exclusão, e isso inclui a transgressão e o crime.

Este capítulo busca analisar principalmente os três referidos fatores, avaliando a possibilidade de co-relação entre os mesmos, de forma a examinar os aspectos da transgressão e do crime no espaço de ocupação Riacho Doce, as possíveis sociabilidades e conseqüentemente suas inferências.

Ainda neste, finalizamos com alguns apontamos sobre aspectos da *sociedade global* e seus *riscos* inerentes, por entender que conceitos como “*globalização*” e “*sociedade de risco*” não se excluem da polêmica discussão a cerca da violência e do crime aqui propostos.

4.1. Natureza elementar das sociabilidades

Antes de iniciarmos as argumentações sobre a existência de uma possível sociabilidade, integradora, que facultam nas mais diversas transgressões criminosas entre pares na comunidade Riacho Doce, é preciso antes de tudo fazer o leitor compreender o conceito de sociabilidade interpretada por alguns trabalhos que discutem esta proposição, os quais foram preferidos nesta pesquisa, dentre eles: Caldeira (2000); Machado da Silva (2004); Simmel (1983); Paixão & Beato (1997), entre outros.

Um debate crucial na atualidade está direcionado ao que Simmel (1983) chama de conflitualidade e sua natureza sociológica. A pertinência desta discussão se insere no fato de que “o conflito produza ou modifique grupos de interesses, uniões e organizações” (p.122).

O mesmo autor afirma que: “toda interação entre os homens é uma sociação e que o conflito é uma das mais vívidas interações” (*Idem*, p.124). E muito embora pareça contraditório, é o conflito ainda que se destina a resolver dualismos divergentes e consegue algum tipo de unidade, integrando ao mesmo tempo, aspectos positivos e negativos. Tal unidade pode advir tanto do ódio, quanto do desejo ou da necessidade, como quer Simmel:

Designamos por “unidade”, o consenso e a concordância dos indivíduos que interagem, em contraposição a suas discordâncias, separações e desarmonias. Mas também chamamos de “unidade” a síntese total do grupo de pessoas, de energias e de formas, isto é, a totalidade suprema daquele grupo, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias quanto as relações duais (SIMMEL, 1983, p. 125).

É comum, por exemplo, perceber nas entrevistas obtidas a unanimidade de opinião sobre uma “amistosa” relação que ocorre entre determinados Agentes Policiais da área em questão e alguns criminosos a partir de interesses comuns.

Não houve sequer um dos nossos entrevistados que não fosse enfático ao afirmar que existe um comportamento “comparsa” entre “Polícia” e “bandido”, salvaguardando algumas exceções.

Ora, não são essas unidades as quais Simmel se refere que praticamente resultam e se assemelham às parciais experimentadas entre os sujeitos de nossa investigação? Das relações conflituosas existentes no lócus desta pesquisa, emergem estratégias consentidas à produção do crime. A exemplo disso, dois grupos distintos, o cidadão comum e o policial militar, hierarquias completamente opostas e quiçá “divergentes”, na composição social dos grupos, se coadunam na produção de forças unificadoras potencializando o crime, cujo resultado, ocorre a partir da convergência de vantagens análogas, as quais evoluem para determinada comunhão de interesses. Como se pode perceber em certos relatos:

A maioria dos Policiais que atuam nessa área, principalmente os que fazem parte da 11ª Zpol, são corruptos⁷⁵ e vivem querendo se dar bem. Eles fazem “casinha⁷⁶” com os bandidos, ficam com parte de muitas coisas roubadas, inclusive armas e também dividem o lucro de venda de droga. Eles conhecem bem os bandidos, até se sentam pra beberem juntos por isso, ficam sem moral. Tem de ficar de bico calado, fazer de conta que não ta vendo nada, quando o bandido faz alguma coisa errada, porque eles também fazem, eles protegem o bandido. E nós pessoas de bem, não podemos falar nada, senão podemos até ser morto por bandido ou por policial (Moradora do Riacho Doce, 48 anos).

De acordo com Dahrendorf (1987), esses fatos correspondem a exemplos de impunidades ou desistências sistemáticas de punições ao mesmo tempo em que liga o crime ao exercício da autoridade. “A incidência crescente da impunidade leva-

⁷⁵ Esta é uma afirmativa do morador da comunidade Riacho Doce, que efetivamente não pode ser comprovada, necessitando, de intensa ponderação, pois para cada regra existe sempre uma exceção.

⁷⁶ Espécie de pacto.

nos ao cerne do problema social moderno” principalmente, “quando a Polícia fecha os olhos a delinqüentes conhecidos” (p. 25).

Todo mundo já viu, e é um costume aqui. A Polícia vem, faz uma mediazinha com os moradores, prendem os ladrões. Quando o marginal tá armado ele joga a arma no Tucunduba, mais tarde, outro marginal que “trabalha” pra Polícia pega a arma de dentro do rio, pois eles mergulham muito bem, o policial vem buscar na surdina e amoita a arma e fica com ela, nem o comandante deles sabe disso, mas aqui todo mundo sabe, só que ninguém tem coragem de denunciar (Mãe de aluno do PRD, 39 anos).

Neste caso, todas as sanções ainda de acordo com Dahrendorf, parece haver desaparecido. Isto, por sua vez, refere-se em sua opinião ao desaparecimento do poder ou, mais tecnicamente, a retransformação da autoridade legítima em poder arbitrário e cruel. Os responsáveis deixam de aplicar as sanções; indivíduos e grupos são isentos delas.

A impunidade torna-se cotidiana. O autor afirma que dissipação da lei e da ordem pela impunidade, com os conseqüentes distúrbios e incertezas, é o problema social da época, a qual poderá continuar a ser por muito tempo (*Idem*, p. 41).

É nojento o que acontece aqui. A Polícia acoberta bandido. Eles vêm de manhã prendem três ou quatro deles por venda de droga, só pra dizer que estão combatendo esse crime. Só que como eles tem medo de ser delatado, por que os carinhas que vendem droga sabem que a maioria dos policiais divide o lucro da venda da droga com eles, logo eles dão um jeito de soltar eles. Daí quando é de tarde, como eu já vi, os mesmos bandidos vão assistir TV achando graça, pois eles tão aparecendo no “Barra”⁷⁷ pensam que é artista de televisão (Moradora do Riacho Doce, 44 anos).

A análise sociológica da questão é de que a própria sociedade em geral se refere à interação entre indivíduos. Essa interação sempre surge com base em certos impulsos ou em função de certos propósitos que fazem com que o homem viva com outros homens, aja por eles, com eles, contra eles, organizando desse modo, reciprocamente, as suas condições, ou seja, para influenciar os outros e para ser influenciado por eles.

⁷⁷ Barra Pesada: Programa da TV RBA de Belém do Pará, cujas características correspondem àquelas de reportagem denúncia, tratam de vários temas da sociedade, mas priorizam as questões criminais que ocorrem principalmente na capital. É exibido a partir das 12:00h

A importância dessas interações está no fato de obrigar os indivíduos, que possuem determinados instintos e interesses a formarem uma unidade, precisamente uma sociabilidade. Desse modo, a sociação é a forma realizada de incontáveis maneiras, diferentes pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Tais interesses, quaisquer que sejam eles, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou não, compõem aspectos da sociedade humana (SIMMEL, 1983: *passim*).

Interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas, em quadrilhas de bandidos. Além dos seus conteúdos específicos, todas estas sociações também se caracterizam, precisamente pela satisfação derivada disso (*Idem*, p. 168).

Tal realidade sugere que as sociedades contemporâneas não comportam um processo de socialização, mas produzem e são produzidas por distintas formas de sociabilidades, que se circunscrevem a grupos, camadas, etnias, raças - os quais abrangem - não tendo vigência no conjunto da sociedade. Isso implica em poder falar em novas sociabilidades decorrentes dos processos de transformação em curso. Sociabilidades que se estruturam em razão, portanto, da existência de solidariedades, mas também a partir e em função de sua ausência.

É o caso daquelas estruturadas na e pela violência, quase como resposta a carências, ausências, falhas, rupturas, aspectos que são fruto da explosão de múltiplas lógicas de ação.

4.2 – Sociabilidade Integradora: base essencial entre o conflito e o consenso nas ações criminosas.

Domingues (1999) diz que a característica de uniformidade sócio-econômica e de condições de vida e a segregação, relativas, impostas à periferia, apesar da exclusão, da carência, do abandono por parte do Estado, favorecem o desenvolvimento de uma sociabilidade local que distingue a população da periferia daquelas das camadas mais abastadas.

Para essas últimas, a comodidade do automóvel, do telefone, da Internet, limita seu espaço social não compartilhado com a vizinhança. Na periferia, ao contrário, a vizinhança e o bairro constituem locais privilegiados para a formação de redes de sociabilidade.

De acordo com Domingues (1999, p.21), tal sociabilidade é construída pela rede de relações entre as pessoas, onde normalmente o público prevalece sobre o privado. É tanto assim que qualquer fato ocorrido no local é transformado em algo público, em algo compartilhado; conseqüentemente, tal disposição reverbera no comportamento e atitude dos seus moradores.

Em sua opinião, nesses locais, pode se perceber uma sociabilidade particular, de caráter menos intimista, em razão da permanência de antigas práticas e ritos sociais; de atitudes mais comunitárias e tradicionais no cotidiano⁷⁸.

A sociabilidade moderna que tem a cidade como local onde tipicamente se realiza e consiste em ações recíprocas dos sujeitos no curso das interações sociais ou o conjunto das relações sociais e pessoais que rege o indivíduo em sociedade⁷⁹.

Entretanto, outro exame sobre sociabilidade, aquela voltada à expressão da violência e crime no espaço de ocupação Riacho Doce, é mais alusiva ao nosso foco de interesse, e quanto a isto nos lembra Machado da Silva (2004) que determinadas formas de organização social das relações de forças são definidas como crime comum violento e como tal se configuram contemporaneamente nas cidades brasileiras. O mesmo afirma que: “o crime comum violento é um problema central da agenda pública e, em conseqüência, uma questão sociológica”, (*Idem*, 2004, p.55), o que muitas vezes conduz a uma “sociabilidade violenta”.

O mesmo autor argumenta que esse modelo de “associação”, no contexto da violência urbana, tem contribuído para a transformação da qualidade das relações sociais na vida cotidiana das grandes cidades brasileiras a partir das práticas criminosas comuns, o que o mesmo denomina de “violência urbana”.

A noção de violência urbana, não se refere a comportamentos isolados, mas à sua articulação como uma ordem social⁸⁰, ou seja, a violência urbana representa um complexo de práticas hierarquicamente articuladas, e não apenas um

⁷⁸ Geralmente é na periferia que se percebe certa sociabilidade em prol da organização de festas religiosas ou folclóricas. Os que geralmente não ocorre nos locais onde os extratos sociais são mais abastados.

⁷⁹ E isso se confirma quando morre alguém da comunidade, ou quando um transgressor do local é preso pela Polícia, o acontecimento torna-se público e social e a comunidade participa intensamente, inclusive com atos de solidariedade com a família da “vítima”.

⁸⁰ De acordo com Durkheim (2004, p. 31-32), “Não haveria por assim dizer, acontecimentos humanos que não possam ser apelidados de sociais. [...] São as maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam a notável propriedade de existir fora das consciências individuais”.

conjunto inorgânico de comportamentos individuais, cujo sentido está fora deles, nos padrões de conduta que constituem a ordem social da qual tais comportamentos se desviam (*Idem*, 2004, p. 62).

Quanto à dimensão subjetiva da formação das condutas, os agentes responsáveis pela gênese e consolidação desse ordenamento não se pautam por referências coletivas moderadoras da busca dos interesses individuais de curtíssimo prazo, deixando o caminho aberto para a manifestação mais imediata das emoções.

Para eles, o mundo constitui-se de uma coleção de objetos – nela incluídos todos os demais seres humanos, sem distinguir seus “pares”, os demais criminosos que devem ser organizados de modo a servir a seus desejos.

Assim, o que caracteriza a sociabilidade violenta é que as práticas se desenvolvem como tentativas de controle de um ambiente que só oferece resistência física à manipulação do agente. Portanto, no topo, como estrato dominante portador dessa ordem social, estão os próprios criminosos, indicando que, na sociabilidade violenta, os grupos não se organizam segundo referências à honra, à amizade, ao familismo, de modo que as metáforas usualmente empregadas para descrever a formação da ação coletiva nesse âmbito, gangue, máfia, exército entre outros, são claramente impróprias (*Idem*, p.39-40).

Em consequência, as condutas em questão passam a ser compreendida em termos das próprias regras violadas, e não em termos do sentido construído pelos criminosos para as suas práticas.

Assim sendo, a ineficiência e a desmoralização interna do aparelho policial são vistas como parte de uma crise política que afeta o conjunto da relação entre Estado e sociedade.

Além do mais, a exemplo de como ocorre no espaço investigado, implica dizer que as atribuições de sentido da violência influenciam direta ou indiretamente, o reconhecimento pelas populações urbanas da fragmentação de suas rotinas diárias.

Assim, como profere Machado da Silva, os modelos de conduta a que se refere esta representação procuram lidar com o medo e a percepção de risco pessoal e expressam, implicitamente, uma participação subordinada no complexo das práticas que constitui a violência urbana. O medo de revelar o que está explícito configura tal realidade, como se pode perceber nestas expressões da comunidade:

Aqui no Riacho, a gente nem sabe de quem tem mais medo, se do bandido ou da Polícia. Todo mundo sabe o que acontece, a gente vê o bandido roubar as pessoas ali na ponte, mas fica de mãos amarradas, pois não pode se fazer nada. Agora me diga, minha senhora, a Polícia está a poucos metros daqui, e o ladrão continua assaltando as pessoas ali (referindo se a ponte sobre o Igarapé Tucunduba, que fica a poucos metros da 11ª Zpol); será que não tem alguma coisa errada nisso? Ou eles são valente demais e não tem medo da Polícia, ou a Polícia protege eles. A senhora não acha?[...] (Comerciante do Riacho Doce, (mulher) 55 anos).

Machado da Silva (2004: *passim*), focaliza a questão da violência urbana como um problema de ordem pública, evidenciando inclusive que a intensificação dessa experiência tem sido gerado pelas dificuldades das agências de controle e repressão ao crime que envolve todo um processo de institucionalização de administração da Justiça. Pelo que afirma:

Parece estar cada vez mais distante o tratamento da questão como simples “caso de Polícia”, estritamente ligado aos desvios de comportamento dos policiais, ou como um mero problema de eficiência dos aparelhos repressivos” (*Idem*, p.63).

Implica neste processo, o que Machado da Silva (2004), conceitua por produção simbólica de certas práticas sociais, ou seja, a visão do crime comum violento tomado como objeto construído, se torna um argumento totalizador. Neste caso, tanto as atitudes do “mocinho” quanto às do “bandido” perpassam pela fragilidade ou desmantelamento da ordem estatal ocasionada por questões de natureza econômico-financeira, as quais atribuem determinadas propriedades às relações sociais.

Segundo o mesmo, existe uma sociabilidade violenta, que ocorre a partir das relações de força que levam a um complexo de práticas associadas a partir de práticas de criminosos comuns, configurando a violência urbana, bem mais aceita e definida coletivamente, que ora parecem estar enraizadas no censo comum, como uma representação coletiva e que acaba se estabelecendo como forma de vida. Ou seja, ocorre uma implantação quase que normativa a sociabilidade violenta como ordem instituída consensual.

Ela constrói um componente de obrigação normativa, subjetivamente aceita, caracterizando a banalização do crime, o que corrobora para o aumento quantitativo do crime violento, e ainda mais à adesão e a adequação ao mesmo.

Machado da Silva ainda em sua abordagem sobre violência urbana desloca o uso da força como princípio organizador das relações sociais fazendo uma leitura do caráter antagônico do uso da força, que se legitima pelo poder do Estado, tal como a monopolização da violência, o que se configura ao seu ver, numa incoerência:

Sua riqueza está nesta ambigüidade: ela expõe a vivência coletiva do caráter fragmentado da forma de vida urbana no Brasil de hoje e introduz a possibilidade de apreender um padrão de sociabilidade construído (pelos dominados)⁸¹ como violência urbana, a partir da incorporação crítica desta representação (MACHADO DA SILVA, 2004, p.59).

Quanto à sociabilidade violenta, ensina que existe um modelo de ordem social cujo princípio de organização é o recurso universal da força institucionalizada, embora esse processo tenha dificuldades na manutenção da ordem pública, visto que há desvios de conduta dentro mesmo da ordem policial, configurando desta maneira a legitimação do poder dominante.

No universo das contradições, o Agente de Segurança Pública torna-se também um desviante, o que nos leva a perceber então a incoerência entre estabelecer a dicotomia entre àqueles que estabelecem a ordem pública sob uma perspectiva dominante e aqueles antiordem como criminosos, visto que os agentes anteriores, por si, violam a própria regra, por fatores como: ineficácia dos aparelhos de manutenção da ordem, problemas econômicos e financeiros, formação de pessoal e finalmente impunidade e corrupção (*Idem*, 2004).

Segundo o mesmo, a primeira dificuldade diz respeito à compreensão do ator e da ação. A perspectiva dominante define os agentes, que ameaçam a ordem pública pelas características jurídico-formais de suas atividades, como criminosos, ou seja, praticante de certas categorias de ilícitos penais que constituem o crime comum violento favorecendo, via de regra, certas sociabilidades violentas, estabelecendo ao final um consenso entre os pares.

A fim de analisar este comportamento, tomamos ainda de empréstimo o conceito de “fricção” adotado por Oliveira (1972), por acreditar que este conceito se emprega analogamente a nossa proposição. O autor em sua obra⁸² adota o conceito

⁸¹ Grifo do autor.

⁸² OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A Sociologia do Brasil Indígena (ensaios), Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1972.

de fricção a fim de esclarecer a formação/relação do processo de contato entre índios e brancos no Brasil e suas conseqüências interétnicas.

Tal leitura nos permitiu uma interpretação das intrincadas feições de sociabilidade, de forma que se pudesse estabelecer uma condição verossimilhante àquelas de nosso interesse, a qual relaciona as diversas sociabilidades entre sujeitos de um mesmo espaço social urbano.

Segundo Oliveira, é possível identificar um veemente sistema estabelecido nas relações entre os homens, mesmo que estes obedeçam a *etnias*⁸³ diferenciadas. Assim como ocorre no espaço de ocupação Riacho Doce, mesmo em se tratando de grupos diferenciados da camada social, ainda assim é estabelecido um sistema de relações primadas por interesses comuns.

A característica desse modelo de sociação, da qual atende pelo conceito de fricção na asserção de Roberto Oliveira, é a formação de dois grupos “dialeticamente unificados, através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes, por paradoxal que pareça” (OLIVEIRA, 1972). Ele ainda insiste na proposição de que as relações entre esse tipo de grupos significam mais que uma mera cooperação, competição e conflito entre os sistemas societários em interação que, “entretanto passam a constituir sub-sistemas de um mais inclusivo”, como quer Oliveira:

São a estrutura desse sistema e sua dinâmica que cabem ao analista deslindar para um diagnóstico e tentar um prognóstico da situação de contato. [...] A rigor, o processo é o conjunto desses elementos dinâmicos que substancia a integração social, como integração dos elementos que o compõe (OLIVEIRA, 1972. p. 88).

São essas dinâmicas que capacitam ao que o autor chama de *potencial de integração*. Por um lado, temos o Agente de Segurança, que depende dos produtos adquiridos e repassados pelos criminosos, que por sua vez dependem da proteção e convivência desses para terem garantidos seus “negócios” e por outro lado as parcelas da comunidade que se dividem no consenso das ações de um ou de outro o que permite uma correspondência lógica que têm em si os grupos que são interdependentes quer seja no aspecto econômico, social ou nas relações de dominação e poder.

⁸³ Em nosso caso utilizaremos a expressão “grupos” por se tratar de extratos diferenciados daqueles pesquisados por Roberto Oliveira.

Nesse último, entendemos que a análise deva recair sobre os meios escolhidos pelos diferentes grupos em contato a fim de colimarem seus fins. Destarte, analisar a natureza do poder e autoridade de um grupo sobre o(s) outro(s) vem sinalizar os aspectos de manipulação da autoridade e do poder adquirido pela liderança de cada grupo. Assim, uma vez que o princípio que estrutura as relações sociais se manifesta no poder, não há espaço para a distinção entre as esferas institucionais da política, da economia e da moral entre outras.

4.3 – Violência, Crime e Relações de Poder: uma via de mão dupla no Riacho Doce.

Na sociedade em que vivemos são inúmeras as relações de poder que se estabelecem. Tal força pode ser percebida em diversas instâncias sociais e por certo não são privilégio apenas daqueles que podem se impor através de influências sócio-econômicas.

O poder se manifesta em diversas situações onde está presente a figura humana: no poder público, nas instituições privadas, na superioridade bélica, na ascensão econômica, nas relações familiares, nas ideologias, através da força, do saber, dos grupos rivais entre outros.

Porém as relações de poder que nos estimulam a continuar são aquelas relacionadas ao nosso objeto de estudo, ou seja, aquelas com as quais o crime e a violência se estabelecem numa dinâmica de sociabilidade entre pares distintos que aspiram objetivos comuns, ligados à criminalidade.

Neste estudo, vale analisar diferentes relações de poder, pois de um lado estão os grupos marginais que residem na área de ocupação Riacho Doce impondo um poder “simbólico”, determinado pelas ações do crime e do medo, e de outro os Agentes de Segurança que se beneficiam do status social e também impõe seu poder de dominação sobre os outros grupos de caráter diferenciado; e no meio desses, os moradores da comunidade que ficam expostos tanto a um quanto ao outro.

Sobre isto (ELIAS & SCOTSON, 2000), destacam que é comum determinados grupos, “mais poderosos que os outros grupos se auto representarem como humanamente superiores” (p. 19). Muitos grupos segundo os autores, criam uma auto-imagem, em termos do seu diferencial de poder, mesmo em se tratando de:

Quadros sociais, como os “brancos” em relação aos “negros”, os gentios em relação aos judeus, os protestantes em relação aos católicos e vice-versa. [...] os Estados nacionais grandes e poderosos em relação aos seus homólogos pequenos e relativamente impotentes. [...] os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, vêem-se como pessoas “melhores”, dotadas de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros (ELIAS & SCOTSON, 2000 p. 20).

Ao que parece, Elias & Scotson apresentam situações em que as relações de poder são construídas simbolicamente através de dotes e virtudes que de certa forma se legitimam através de certo “consentimento” consensual. Mas se tratando de crime, desvios de condutas e marginalização? Que alicerces sustentam o poder desses sujeitos? Em suas palavras: “Que recursos de poder lhes permitem afirmar aquela (certa) superioridade e lançar um estigma sobre os outros?” (p.21).

Manifestam que é comum, por exemplo, um grupo ter um índice de coesão mais alto que o outro e essa integração diferencial contribui substancialmente para o excedente de poder; uma maior coesão permite, como afirmam os autores citados, que esse grupo reserve para os seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado e de outro tipo, do que reforçar sua coesão, e excluir dessas posições os membros dos outros grupos.

São essas reflexões que contribuem para o entendimento das relações de poder que ocorrem na área de ocupação Riacho Doce.

Assim, em se tratando de integração e coesão, embora ocupando posições sociais diferenciadas, os grupos de “poder” da área se sociabilizam, harmonizando ações criminosas com objetivos afins, colimando um permanente estado de medo, o que nos remete a expressão utilizada pelos autores de “a sociodinâmica da estigmatização”, que resulta no estigma do Agente de Segurança em relação aos marginais ou vice-versa, da comunidade em relação aos dois anteriores – relações de poder a qual denominamos de *via de mão dupla* - e destes em relação à própria comunidade que via de regra lhes outorga o poder simbólico.

Por ser assim, apostamos na credibilidade teórica do poder simbólico desenvolvido por Bourdieu (2003) para fazer uma analogia a este, que acaba legitimando a posição das pessoas na sociedade como é o caso do Rato Branco⁸⁴, cujo poder “simbolizado” na criminalidade ratifica sua posição no contexto no qual está inserido. Para esse autor, a questão do poder é definido em sua estrutura, pelo estado de relação de forças entre formas de poder diferentes.

É um campo de lutas pelo poder, entre detentores de poderes diferentes; um espaço de jogo, de quem pode mais, ou é detentor de força maior, suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, afrontam-se em estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de forças (BORDIEU, 2003, p.19).

Na concepção do autor, este poder é quase mágico, na medida em que permite obter o equivalente ao que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização. Todo poder simbólico é um poder capaz de se impor como legítimo, dissimulando a força que há em seu fundamento e só se exerce se for reconhecido. Ao contrário da força nua, que age por uma eficácia mecânica, todo poder verdadeiro age enquanto poder simbólico.

A ordem torna-se eficiente porque aqueles que a executam, com a colaboração objetiva de sua consciência ou de suas disposições previamente organizadas e preparadas para tal, a reconhecem e crêem nela, prestando-lhe obediência. O poder simbólico é, para Bourdieu, uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder (*Idem*, 2003: *passim*).

O Rato pode até ser um bandido, mas ele é bom pra gente. Quando a gente aqui no Riacho precisa de alguma coisa ele sempre dá um jeitinho de ajudar. Outro dia precisei de remédio pra minha filha que tava doente e ele mais que depressa me deu dinheiro pra comprar. Se eu fosse pedir pro dono da taberna eu duvido que ele ia me arranjar. Aqui o povo respeita ele, ninguém tira graça, e se precisar a gente até esconde ele da Polícia (Moradora do Riacho Doce, 41 anos).

A análise da situação nos leva a perceber que muito embora o sujeito se comporte de forma anômica, já que se trata de um transgressor que está

⁸⁴ O sujeito conhecido como Rato Branco, (Cf, manchete de jornal na página 111 e apêndice neste estudo) na área de ocupação Riacho Doce é um dos mais temidos. Segundo informações ele controla os “negócios” da droga, promove transações ilícitas com agentes da Polícia e tem um certo prestígio Robenwoodiano no local por “proteger” de certa forma os moradores do Riacho Doce dos marginais dos Bairros do Guamá e Terra Firme e da Invasão do Pantanal

permanentemente sob a “mira” da Polícia, conforme exhibe o fragmento de reportagem, (Figura 6), o mesmo, ainda é estimado e protegido pela população. Esse “simbólico” poder a ele conferido, está ligado a sua auto-representação, ou seja, a imagem autoconstruída perante os moradores do Riacho Doce.

De acordo com Elias & Scotson, a peça central neste caso é o equilíbrio instável de poder adquirido, mesmo com as tensões que lhes são inerentes. A “eficácia” de certas ações corresponde a uma condição decisiva para a o estabelecimento de posições de poder.

Michael Foucault ratifica as noções anteriormente expressas, ao ponderar “que a organização piramidal do poder lhe dá um chefe” (Foucault, 1987: 148). Dessa forma, parecem ser coerentes também as suas afirmações de que determinadas “circunstâncias” (aparelhos institucionais, por exemplo)⁸⁵ produzem “poder e distribuem os indivíduos nesse campo permanente e contínuo” (*Idem*, p. 149).

⁸⁵ Grifo nosso.



Figura 6 – Crimes no Guamá, “Rato Branco”, em evidência.
 Fonte: Jornal O Liberal, Caderno Polícia, Agosto de 1998.

Nesse quadro, esmaece-se o “afã analítico” de, a todo custo, vislumbrar ideais conspiratórios, superestruturas econômicas, deturpações do imaginário coletivo, manipulações ideológicas, enfim toda a série de posicionamentos conscientes protagonizados, quase sempre, por indivíduos e/ou grupos dominantes de modo a fazer valer suas vontades sobre os setores dominados.

Isto porque, para Foucault, “as relações de força, as condições econômicas, as relações sociais não são dadas previamente aos indivíduos” (FOUCAULT, 1987: 26).

Trata-se, portanto, de se aproximar do poder concebendo-o como uma verdadeira engenharia da participação. O que significa que os interessados em perscrutá-lo devem, necessariamente, atentar para a visibilidade de suas relações

que provoca, induz e estimula disciplinamentos, constrangimentos, comportamentos e, até mesmo, emoções.

Tais considerações reafirmam a questão de que o poder não é imputável ou localizável, mas sim se configura como uma instância transitória. Mas não só isto. Aludir ao mesmo como uma engenharia da participação acarreta, também, pensá-lo como fruto de uma lógica circunstancial que se faz presente cotidianamente.

Afinal, são as diversas circunstâncias cotidianas (com suas surpresas e eventualidades) que contribuem para o desencadeamento de práticas, não menos variáveis, de relações de poder.

Tanto é assim que, não por acaso, a expansão da sociedade disciplinar trouxe consigo não só preocupações que remetem à ordem repressiva (vigilância, disciplinamentos, condicionamento, controle) como também à ordem reflexiva (autopenitência, vergonha, remorso, autopolicimento) (*Idem*, p. 27).

Esse enfoque analítico, primeiramente, questiona o próprio estatuto do indivíduo. Posto que as necessidades e exigências sociais o fariam cumprir diferentes “funções de sujeito” (Foucault, 1987: 83)⁸⁶. Depois, aponta a dificuldade de se enxergar a disposição dos indivíduos em estratificações sociais.

As diversas “funções de sujeito”, com muita freqüência, são desencadeadas em razão de uma multiplicidade de circunstâncias e relações cotidianas. À vista desses pontos, pode-se afirmar que os “indivíduos” se tornaram sujeitos sociais com a expansão da sociedade disciplinar. Isto é, longe de possuírem uma total consciência de seus atos, os “indivíduos” encontram-se sujeitados por uma lógica de poder e de saber que tanto os obriga a obedecer quanto, em concomitância, estimula que participem sob a forma de vigilantes.

Por esta via, deve-se percebê-los tendo em consideração um particular “modo de sujeição” da sociedade disciplinar que se articula a partir “da idéia que o indivíduo fará de si próprio, diante da obrigação de agir de tal ou tal forma, em função de tal ou tal preceito” (*Idem* p. 84).

O que, expande as condições de possibilidade de analisarmos demoradamente o poder que remete a violência ou vice e versa. Destarte,

⁸⁶ Ao pensar o poder como uma *relação* e não como uma “propriedade”, Michel Foucault enfatiza que não são por suas vontades conscientes ou por suas liberdades de atuação que os “indivíduos” seriam caracterizados, mas sim por um “conjunto de condições que [os] possibilitam cumprir uma função de sujeito”. Nesse sentido, por conta das características da sociedade disciplinar, os “indivíduos” tornam-se sujeitos sociais (Foucault, 1987: 83).

focalizamos as teorias de Hannah Arendt (1994) nas quais, encontramos o conceito de violência distinto do conceito de poder.

A argumentação é a de que ao contrário do que muitos imaginam, inclusive teóricos da questão, poder e violência podem ser vistos como conceitos opostos, inversamente proporcionais, ou seja, onde há violência há menos poder e vice-versa. Para ela, "a forma extrema do poder é o de Todos contra Um e a forma extrema da violência é Um contra Todos". Assim, uma das distinções entre poder e violência é a de que "o poder sempre depende de números, enquanto que a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos" (ARENDR, 1994, p. 35).

Para a estudiosa, "o poder é de fato a essência de todo governo, mas não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja" E ela acrescenta que "aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada" (*Idem*, p. 40).

Desse modo, o poder, e não a violência, é um fim em si mesmo. "A violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder". E "substituir o poder pela violência pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto, pois ele é pago não apenas pelo vencido como também pelo vencedor, em termos do seu próprio poder". E ela completa que "com a perda do poder torna-se uma tentação substituí-lo pela violência" (*Idem*, p. 42-43).

Para Hannah Arendt, o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto, em grupo, conforme estamos analisando. Dessa forma, o poder nunca é propriedade de um indivíduo, mas de um grupo e só permanece em existência na medida em que esse grupo se conserva unido⁸⁷. Assim, vale dizer que, o poder nasce do grupo, enquanto a violência é um atributo individual, baseando-se em instrumentos. Poder, então, é sinônimo de capacidade de articulação. Por isso, consideramos válida a ressalva da autora quando insiste em dizer que a violência distingue-se por seu caráter instrumental (ARENDR, 1994, p. 36-37).

⁸⁷ Vale lembrar que no caso dos grupos investigados a união não ocorre por fins justos e sim por fins ilícitos voltados para a sociabilidade criminosa.

Com esse raciocínio ela facilita o entendimento, por exemplo, da fonte de poder do narcotráfico. Ao que tudo indica, trata-se de um importante promotor de violência em todo Brasil. Ele não é poderoso por ser violento, mas, ao contrário, por ser capaz de se articular, ou seja, de criar solidariedades tanto orgânicas, por exemplo, junto a alguns policiais da região, aos moradores de uma favela, quanto organizacionais, junto a grandes empresários, políticos, autoridades policiais, banqueiros, interligados em redes pelo mundo.

A maior articulação desse tipo de crime se dá no âmbito organizacional. Na escala do lugar, o narcotráfico muitas vezes se mostra menos organizado do que se imagina. E temos, por isso, que recorrer a violência para fazer a sua vontade. Ele é, mais violento localmente, na escala do varejo, e mais poderoso organizacionalmente, nas atividades de importação e exportação de drogas no atacado e na lavagem de dinheiro.⁸⁸

Nessa mesma linha, podemos entender o poder das organizações criminosas dentro dos presídios. A exploração midiática da violência ilustra diariamente a atuação de presos que continuam praticando ações criminosas mesmo estando encarcerados, fazendo uso, por exemplo, de aparelhos celulares⁸⁹, configurando desta forma modernas “técnicas” na promoção da sociabilidade criminosa a partir de um modelo de organização social da violência no Brasil.

Pelo que Misse (2007b, p.07) argumenta quanto ao modelo de organização social da violência nas cidades brasileiras que parece ser a expressão local da profunda crise interna de um padrão longamente maturado de relações entre sociedade e Estado. Segundo o mesmo a “violência vem transformando, então, de meio socialmente regulado e minimizado de obtenção de interesses, no centro de um padrão de sociabilidade em formação” (*Idem*).

⁸⁸ De acordo com Michel Misse (2007b), não existe dúvida de que o aumento da violência no Rio de Janeiro, por exemplo, foi acompanhando o crescimento do tráfico varejista de drogas, principalmente após a entrada da cocaína na pauta de consumo de todas as classes sociais, inclusive das mais pobres. O preço relativamente baixo proporcionado pela enorme oferta de cocaína colombiana a partir do final dos anos setenta e o modismo que acompanhou seu consumo, eventual ou regular, em festas e reuniões de todos os tipos – a tal síndrome “sexo, droga e rock in roll” - explica grande parte desse crescimento do mercado varejista de drogas. Geralmente localizado em favelas, o varejo oferece oportunidades de ganho fácil e rápido, atraindo jovens que de outro modo poderiam derivar para o furto, o roubo, a contravenção e a prostituição.

⁸⁹ Uma matéria exibida dia 23/09/2007 no programa “Fantástico” da Rede Globo, mostrou que além dos celulares uma outra modalidade de articulação criminosa está sendo implementada nos presídios do Rio de Janeiro: o uso da telecomunicação por rádio amador, os quais possuem capacidade de longo alcance e tem favorecido a comunicação entre presidiários e criminosos que estão fora da cadeia.

Em função deste contexto, Caldeira (2000) argumenta sobre essa crise e a fragilidade institucional também a partir da larga tradição de abusos decorrentes por parte das Instituições da ordem favorecendo a descrença no sistema judiciário brasileiro, mesmo sob regimes democráticos, os quais atingiram níveis sem precedentes (*Idem* p. 204).

A mesma alega que enquanto em alguns campos consolidaram-se procedimentos democráticos – com eleições livres, um Congresso legítimo, livre organização de partidos, movimentos sindicais, movimentos sociais e imprensa livre – outros, como os do crime, das forças policiais e do sistema judiciário, têm resistido à democratização e os abusos continuam, cometidos de forma impune e, freqüentemente, com o apoio popular. “Autoridades públicas, empresas privadas e cidadãos contribuem todos para o problema da violência” (*Idem* p.204). À medida que o crime violento aumenta, os abusos persistem e as pessoas procuram meios privados e ilegais de proteção, que só favorece um círculo vicioso da violência.

Por isso, controlar os abusos da Polícia e criar novas políticas de Segurança Pública são dimensões cruciais tanto da consolidação da democracia, quanto da interrupção do ciclo da violência (CALDEIRA 2000, p. 205).

4.4 – Quem tem medo de bandido? Composição da violência policial no espaço de ocupação Riacho Doce.

*Acorda Amor. Eu tive um pesadelo agora.
Sonhei que tinha gente lá fora batendo no portão, que aflição.
Era a dura, numa muito escura viatura minha nossa santa criatura.
Chame, chame, chame, chame o ladrão (Chico Buarque).*

O propósito de iniciar essa subdivisão temática exibindo um pequeno trecho de uma composição de Chico Buarque⁹⁰ tem por finalidade alertar de que o contexto da violência policial no Brasil tem raízes profundas. Como foi evidenciado em capítulo anterior, e comprovado por vários autores também já citados, a longa história do Regime Militar no Brasil, com sua história de violência e abuso de poder, refletem ainda hoje em um cenário abominado pela maioria da população brasileira, mas que ainda é obrigada a conviver, pois faz parte dos cenários das grandes metrópoles brasileiras.

⁹⁰Música “Acorda Amor” de Chico Buarque de Holanda cantor e compositor de Música Popular Brasileira. Por ocasião da Ditadura Militar no Brasil, usou da arte da música para denunciar as inúmeras irregularidades, ocorrências de violências e abusos de poder, pelos quais a sociedade brasileira passou na ocasião.

A iniciativa midiática tem demonstrado o fenômeno “comum” da violência, sendo inclusive transportado para as telas do cinema como o polêmico filme que exibido em todo cinema nacional.⁹¹ Cotidianamente a imprensa relata casos onde policiais estão envolvidos em práticas abusivas. As altas taxas de letalidade da ação da Polícia é um problema substantivo. Algumas Polícias, como as de São Paulo e Rio de Janeiro, revelam um padrão singular de letalidade: a Polícia carioca mata em um ano aproximadamente, a mesma quantidade de pessoas que a soma de todas as forças policiais americanas⁹².

Porém longe das telas, perto da realidade, em muitas comunidades da Grande Belém também ocorrem relatos de abuso do poder policial, muitos deles, estampados inclusive nas páginas dos jornais de grande circulação da capital.

Da mesma forma, queixas sobre o mesmo comportamento de agentes de Segurança Pública que atuam em dois dos bairros mais violentos de Belém, - Terra Firme e Guamá - onde se localiza o espaço de ocupação Riacho Doce, são comuns, principalmente por tratar-se de uma área de exclusão social onde violências e crimes disfarçados pela legalidade do poder institucional e legitimados pelo “sistema”, ocorrem cotidianamente pelas mãos daqueles que deveriam ocupar-se da segurança da população.

Eu vi um dia três Polícia ir na casa de um marginal que morava do lado da minha casa, ele estava dormindo, eles arrebentaram a casa, entraram lá, jogaram água nele, e os três bateram muito, muito, muito, nele. Aí eles prenderam ele, depois disseram que foi “linchado” por causa de assalto pela população e levaram ele para o Pronto Socorro, ele não agüentou e morreu. A mãe dele sofreu que só. Ela tem ódio de Polícia, quando eles passam, ela cospe no chão, mas ela é pobre né, não pode fazer nada contra eles que são mais fortes, tem que ficá calada (Moradora do Riacho Doce 49 anos).

Essa nos parece uma intrincada relação: de um lado o criminoso que representa a ameaça para a comunidade, de outro a Polícia que não tem preparo para lidar com a situação sem impor seu “poder” legitimado pelo distintivo. E assim

⁹¹ Referência ao polêmico filme de Tropa de Elite, um filme brasileiro de 2007, dirigido por José Padilha, que tem por enredo as várias ações praticadas pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), no Rio de Janeiro.

⁹² Cf (PINC, 2006)

vão se configurando o famoso “*pé na porta*” quando primeiro “*a Polícia quebra tudo ameaça, bate, atira e depois é que pergunta*”.

Esse agir policial, estabelece uma relação de poder simbolizada pelo papel que a Polícia exerce na sociedade, mas ao mesmo tempo em que a presença da mesma pode significar “certa” segurança para a população.

Em outras ocasiões pode significar também ameaça, o que Arendt (1994) observa com muita propriedade quando afirma que esse conceito de autoridade é interessante para destacar, que a Polícia não conseguirá mais respeito da população sendo mais violenta, como podem pensar muitos entusiastas do “endurecimento” policial.

É assim, que o poder institucionalizado em comunidades organizadas, freqüentemente aparece sob a forma de autoridade, exigindo reconhecimento instantâneo e inquestionável (ARENDR, 1994, p. 38).

E segue afirmando que em geral, “a violência aparece como o último recurso para conservar intacta a estrutura de poder” (p.38). Tal estrutura age contra “contestadores individuais – o inimigo externo, o criminoso nativo – de fato é como se a violência fosse o pré-requisito do poder” (*Idem*, p. 38). O que é perceptível nos relatos que se seguem:

A gente sabe que tem muito bandido aqui no Riacho Doce, aqui é um lugar perigoso, tem muito assaltante, gente que cresceu aí e virou bandido. Foram muitos que eu vi, os mais velhos a maioria já morreu, na maioria das vezes morto pela Polícia ou então por outro bandido e um pouco está na cadeia, apanhando e virando “mocinha” pra policial safado e tarado como o filho da dona [...] que tá preso e sofre na cadeia toda humilhação que a senhora pode imaginar (Moradora do Riacho Doce, 52 anos).

A minha sobrinha de oito anos foi “estrapada” por um bandido daqui por apelido de Nuna, ele estragou a menina e os panos que nós limpou ela que tava sujo de sangue, a Polícia levo. Eles (os Policiais) conseguiu pegá o Nuna, e ele mesmo contou no interior quando fugiu da cadeia que a Polícia fez ele comer pedacinho por pedacinho dos pano sujo de sangue quando tava na cadeia, ele jurava que ia matá os Policiais que tinha feito isso com ele, mas a Polícia matou ele antes (Moradora do Riacho Doce, 49 anos).

Estudos feitos por Jacqueline Muniz (2006) nos garantem que ao longo de quase 160 anos da história das organizações policiais no Brasil, estas estão voltadas muito mais para a proteção do Estado do que para a sociedade.

Desde que foram criadas, até aproximadamente a década de 1970, elas foram, por força de lei, forçadas a abandonar o seu lugar de Polícia em favor de um outro lugar, que é de instrumento de imposição da ordem vinda do Estado.

Em seu parecer, o fazer Polícia significando defender o Estado contra o cidadão é algo evidente na documentação histórica legal e formal do país. Dessa forma, o processo de afastamento da Polícia com relação a sociedade se dá desde a fundação das organizações policiais.

A mesma afirma que a idéia que se tinha, e que vigorou por um bom tempo, é que as organizações policiais deveriam se proteger de uma sociedade insurreta, rebelde, já que isso poderia contaminá-la ou poluí-la.

Não foi apenas o processo de militarização recente da Segurança Pública que afastou a Polícia da comunidade, como se costuma dizer, mas a disciplinarização da sociedade, o esforço de uma lógica liberal autoritária, tanto em relação a ela, como em relação às organizações policiais.

Isso se refletiu na crise identitária das organizações policiais hoje, no Brasil contemporâneo da redemocratização. As organizações policiais, basicamente as ofensivas, foram por força da lei abandonando o lugar de Polícia e dedicarem-se à atividade de força combatente.

Ao invés da ordem pública e ordem social ser algo constituído pela sociedade, algo legítimo e legal, ela foi constituída de forma impositiva, de cima para baixo. A história das Polícias modernas e contemporâneas é muito clara, trata-se de um momento decisivo, que surge de um desafio: como produzir paz com paz, como construir alternativas pacíficas de obediência à lei num Estado liberal, como administrar conflitos de natureza civil, e não bélica, no interior da vida em sociedade.

Para Muniz (2006) neste modelo, as Polícias eram muito mais instrumentos militares do que propriamente organismos policiais guardadas as devidas proporções e diferenças.

Ao longo da tradição brasileira se confundiu Segurança Pública com segurança interna e defesa nacional. Numa sociedade em que estas noções e conceitos estão confundidos, a segurança é assunto exclusivo e reservado do Estado, e não cabe e nem compete perceber o cidadão como um cliente desta Polícia. O cliente dos mecanismos de regulação social se torna o próprio Estado. É evidente que isto criou este hiato histórico entre a Polícia e a comunidade (MUNIZ, 2006, p.12).

Isso reforça histórias de conflito e animosidade, ao encorajar comportamentos estigmatizantes, principalmente quando os suspeitos pertencem a uma camada da população que está permanentemente marcada pelo preconceito, como é o caso dos negros, das prostitutas, dos desempregados, dos ativistas políticos dentre outros.

Muniz (2006) é enfática quando afirma que esse modelo estimula o preconceito, seja das organizações policiais em relação às suas comunidades, ou das comunidades em relação as suas Polícias. Se, de um lado, os policiais em suas organizações foram condicionados a se afastarem de suas comunidades de origem e experimentarem uma espécie de isolamento social, de outro lado, a sociedade foi socializada entendendo que a Polícia "está do outro lado", contra nós, algo do Estado ou do governo, contra a sociedade.

Além do que, segue argumentando, a violência policial é um dos pontos mais críticos das nossas Polícias e parte dos problemas está relacionado ao abuso da autoridade policial, e sua expressão última que é a brutalidade e a violência resultado da ausência de uma reflexão substantiva sobre o emprego qualificado e comedido da força.

A Polícia é justamente um meio de força comedido, que atua na legalidade e na legitimidade dadas pela conciliação na prática dos requisitos do consentimento público. Não se pode pensar Polícia que não seja neste intervalo, senão não é Polícia, é outra coisa qualquer que vigia, que bate, que oprime (MUNIZ, 2006, p. 03).

De acordo com Muniz, o ato violento é universal no sentido perverso, porque todos nós podemos usar. "Ele é amador, ilegal, ilegítimo, improdutivo". A tradição de usar a violência para conter violência é comum nas Polícias do Brasil, e tal atitude acaba por desqualificá-la.

O problema do Brasil é que, infelizmente, segundo a autora, a tradição de uso da força está presente na maioria das atividades da Polícia.

A mesma diagnostica que é necessário um olhar sobre toda experiência contida, buscando alternativas conseqüentes e responsáveis de administração da Segurança Pública, onde a Polícia tem um papel executivo e direto, mas não tem o papel principal, que é da comunidade. Imprescindível que, a exemplo de outros países como Alemanha, EUA e Canadá, se faça investimentos substantivos em capacitação profissional, alta tecnologia, melhorias salariais e condições de trabalho.

Como quer Muniz, o retorno à comunidade é uma estratégia de sobrevivência das organizações policiais na contemporaneidade. Viver em sociedade, onde o conflito é peça estruturante da vida comum, administrar conflitos no interior da vida social, pressupõe a presença da Polícia como ator executivo, capaz de articular demandas diferenciadas entre as comunidades.

Desprezar a comunidade ou o cidadão como seu principal cliente, e o cotidiano e a realidade destas comunidades, é inviabilizar a própria ação conseqüente de Polícia, seja em ações dissuasivas, repressivas ou preventivas. Não existe nenhuma ação de Polícia que prescindia da participação da comunidade. Isso é condição de eficiência, o que dá o salto de qualidade em termos de profissão e de segurança e redução do agravamento do temor.

Dados coletados por Lemgruber, Musumeci e Cano (2003) demonstram que mais da metade das denúncias contra policiais militares e civis, recebidas pelas ouvidorias de cinco estados brasileiros, concentram-se nas categorias de abuso de autoridade⁹³ e violência policial⁹⁴.

Minas Gerais (71%), *Pará* (66,2%) e Rio Grande do Sul (50,1%). Em São Paulo (25,6%) e no Rio de Janeiro (24,3%) aproximadamente um quarto das denúncias são de violência policial, a maior concentração em uma única categoria em São Paulo. A análise ainda mostra que, proporcionalmente, a Polícia Civil é alvo de mais denúncias do que a Polícia Militar, em todos os estados (*Idem*, p. 68).

Isso remete a necessidade de se evidenciar melhor treinamento do efetivo, buscando um processo de atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos referentes às práticas policiais, na definição de novos padrões de resposta por parte dos policiais nas atividades de policiamento.

A Polícia precisa de melhor salário, maior efetivo, precisa de educação, saúde segurança tem que ser prioridade, qualificação reciclagem, cursos, expandir o mundo dos Policiais e não ficar só naquela visão do cavalo que tapa os olhos do lado e só vê na frente. O policial às vezes é mal informado, não sabe nada de direitos penais, por isso é preciso expandir o mundo do policial (Soldado da PM, 32 anos).

⁹³ Aqui inclui se denúncias de abuso de autoridade e invasão de domicílio

⁹⁴ Aqui inclui se denúncias de agressão, tortura, homicídio, tentativa de homicídio e ameaça.

Considerando que existe um arcabouço de procedimentos operacionais criados pela Instituição Policial e, periodicamente, revisados com a finalidade de orientar a conduta de seus agentes de campo, de forma a garantir ações em conformidade com a norma jurídica, a instituição, ainda, deve estabelecer estratégias para difundir esses procedimentos de maneira que o policial que interage com o público passe a ter acesso a elas, o que ocorrerá através do treinamento constante e da supervisão.

A Polícia é mal educada, a Polícia não resolve o problema da gente. Eu tenho uma filha adotiva que se desviou e se meteu com mulheres jogadas na vida. Quando chegava em casa e se eu reclamasse de alguma coisa ela queria me bater, eu tinha que chamar a Polícia e levar ela pra Delegacia, aí ela ficava o dia inteiro lá, se engraçava com as caras lá de dentro depois voltava pra casa, ninguém corrigia. Ela nunca melhorou, agora ela não mora mais comigo (Moradora do Riacho Doce, 62 anos).

Ainda no que tange ao uso da força e do poder policiais, e para melhor compreensão do papel da Polícia e o uso da força, é pertinente investigar os estudos de Bretas (1997); Cardia (1997); Porto (2000); Paixão & Beato (1997); Tavares dos Santos (1997), os quais oferecem argumentos e conceitos que nos remetem a uma melhor compreensão do fenômeno.

Bretas (1997), faz uma análise sobre o problema da falência das Polícias brasileiras, e na imensa dificuldade de se pensar alternativas para resolver a crise da mesma, frente à resistência às inovações. Seus estudos apontam que não só no Brasil, mas em outras nações, os mesmos problemas são enfrentados.

Ao citar Skolnick (1966), alerta para uma questão preponderante comum ao meio e relacionada ao uso da força e da autoridade que muito se assemelham aos casos brasileiros. E segue ilustrando, “A força é aceitável como um último recurso de investigações quando outros métodos falham e uma boa surra é o único meio de desviar um criminoso de sua vida de crimes” (BRETAS *apud* SKOLNICK, (1966, p. 68)).

Parece claro que embora a territorialidade policial seja distinta, seu conceito de autoridade é análogo ao nosso, como se verifica nesse depoimento de um policial em Belém.

*O Policial fardado, ou não, não vai apanhar, se há uma reação, a gente ataca, antes morto o meliante do que eu.*⁹⁵ “A Polícia prende e a justiça solta”. Segundo Bretas, esse é um argumento comum e permanente dos policiais para justificar certos desvios de conduta, é como fazer justiça com as próprias mãos antes mesmo de chegar até o sistema.

Assim, pode-se dizer que o desvio “é uma norma” (*Idem*, p. 82) e tais desvios se caracterizam em vários lugares como: o emprego de meios injustos para obter confissões o roubo de objetos prendidos nas batidas policiais, a extorsão, as prisões ilegais, a tortura, o estupro, as situações vexatórias, entre outras. Segundo o mesmo, é na atividade cotidiana dos policiais que podemos encontrar as origens de seus saberes que ainda ocorre de maneira informal.

Se existe hoje uma preocupação acentuada em oferecer a novos policiais um treinamento mais adequado e melhor direcionado para temas como o respeito aos limites legalmente estabelecidos de sua atuação, um dos pontos mais difíceis de quebrar será certamente o outro aprendizado, que é oferecido quando o novo policial passa para a escola da rua, onde as verdades da profissão são apresentadas de forma muito diversa (BRETAS, p. 83).

Na opinião de Tavares do Santos (1997), as dificuldades de se compreender os fenômenos da violência, cada vez mais presentes na sociedade brasileira, e que afetam diretamente o trabalho policial, derivam da ausência de uma noção capaz de inserir a violência nas relações sociais de produção do social e, portanto, nas instituições.

Ele é enfático na questão histórica da produção do trabalho policial nas sociedades periféricas. Em sua opinião, no que diz respeito ao caso brasileiro, a violência policial é concebida como um dispositivo de excesso de poder que produz uma outra particularidade.

Ou seja, além do exercício da violência física, há uma certa legitimação sedimentada dentro de um consenso social, onde estão contidas as virtualidades da violência praticada, o que implica a possibilidade do excesso de poder (p. 161-162).

Acho que bandido tem que morrer, a Polícia tinha que tê toda liberdade pra chegá e matá, sem perguntá nem o nome do vagabundo. Se bateu apanha, se roubou mata, se estrupou tem que ser estrupado, é assim que deveriam de ser e ninguém tem que condená a Polícia pelo trabalho que eles tem que fazê, senão os malandros é que vão tomá conta do mundo (Morador do Riacho Doce, 58 anos).

⁹⁵ Depoimento de um soldado da PM (11ª Zpol), 29 anos.

Quando eu crescer eu quero ser policial, quero usar arma só pra matar bandido e colocar ladrão na cadeia (Expressão de um aluno do PRD 12 anos).

Numa sociedade marcada pelo medo e pela violência, o que se percebe é que as opiniões se divergem, uns clamam pelos direitos humanos, outros promovem a justiça pelas próprias mãos. Por isso Machado da Silva (2004) faz uma indagação recorrente: “quem tem medo de quem na cidade?” E informa, a parcela mais rica do município tem medo dos pobres, e até por isso constroem uma série de objetos para evitá-los, além de terem o corpo policial voltado para defender os seus interesses. Já os pobres têm medo da Polícia.

Esse medo é fruto basicamente da violência policial e das arbitragens cometidas por eles. Por este motivo, é de fundamental importância destacar que a Segurança Pública não é necessariamente o oposto da violência.

Além disso, ricos e pobres temem crimes diferentes. Enquanto os ricos se assustam com o grande número de seqüestros relâmpago da cidade, os pobres têm medo de constantes homicídios que acontecem as suas voltas. É preciso então, considerar o medo nesta discussão geográfica, visto que mesmo estando marcado pela criminalidade, é justamente o medo, um atributo altamente subjetivo e do âmbito da emoção e não da razão, que aparece como a justificativa para a implantação de novos objetos técnicos, do incentivo ao endurecimento da Polícia ou, em outras palavras, o aumento da violência policial.

A Polícia se situa como elemento fundante da manutenção de poder e da ação do Estado totalitário e da legitimação que ele pretende dar à violência e aos seus vários instrumentos de violência (...) A violência mesmo aparece como essência de um certo tipo de exercício do poder (TAVARES DOS SANTOS 1997, p.162).

Tavares dos Santos (1997), assinala a violência como uma relação social, caracterizada pelo uso real ou virtual da coerção, que, segundo ele impede o reconhecimento do outro como diferente pessoa, classe, gênero ou raça – mediante o uso da força ou da coerção, provocando sempre um tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea.

Nessa perspectiva, ainda de acordo com esse autor, a organização policial na sociedade brasileira vai se caracterizar por um campo de forças sociais que se estrutura a partir das seguintes posições: *o exercício da violência legítima, a*

construção do consenso e as práticas de excesso de poder, a violência legítima. São essas relações dinâmicas e combinatórias desses três vetores que definirão a função social da organização policial no Brasil, na época contemporânea. E segundo pesquisas vêm formatando a imagem da Polícia em um conceito extremamente negativo.⁹⁶ (*Idem*, p.164).

Pensada nesses termos, e de acordo com Machado & Noronha (2002, p. 189), a violência legítima está ligada à violência estrutural, as quais se manifestam principalmente nas desigualdades socioraciais. Ou seja, o aparelho policial participa ativamente na manutenção e reprodução da ordem social, mas a forma como ele opera e trata populações de baixa renda e não-brancas depende de controles institucionais externos e internos do aparelho policial.

A falta desses controles ainda segundo o mesmo, contribui para que a violência estrutural se transforme em agressão direta ou interpessoal, gerando formas de vitimização e insegurança que favorecem a intolerância e servem como álibis para abusos policiais. Nestes casos, a percepção de perda de controle sobre a criminalidade faz com que setores da sociedade desenvolvam comportamentos autoritários, apoiando excessos da Polícia contra responsáveis por delitos grandes ou pequenos de forma consensual.

Tais considerações são perfeitamente aplicáveis à Região Metropolitana de Belém, especialmente em bairros periféricos, cujas populações exprimem baixa renda, como é o caso da maioria dos moradores do Riacho Doce, no bairro do Guamá, por exemplo. Aí há uma constatação de acordo com depoimentos dos tipos de violência que ocorrem, protagonizadas por moradores, delinqüentes e policiais mostrando as relações contraditórias da população com forças policiais que, sob bandeira do combate ao crime, cometem toda sorte de abusos, inclusive contra àqueles que de uma forma ou de outra, mantiveram uma relação de sociabilidade criminosa⁹⁷.

⁹⁶ A má imagem da Polícia como um todo, parece derivar de três fatores: (a) do que se percebe como falta de eficiência – a atuação da Polícia não preenche a expectativa que dela faz a população, não identifica os responsáveis pelos delitos, não recupera (ou se apropria) dos bens perdidos e não impede novos delitos: não realizando o que dela se espera, não estaria conseguindo dar à população a sensação de segurança; (b) da continuidade da violência policial e da arbitrariedade e (c) da continuidade da falta de controle da sociedade sobre a Polícia (Cf. CARDIA 1997, p. 253).

⁹⁷ De acordo com o depoimento obtido por um aluno do PRD, existe uma grande inconstância nas ações dos policiais da área, enquanto o desviante (especialmente aqueles ligados ao tráfico de drogas) for útil (fornecendo algum tipo de vantagem econômica ao policial) ele é mantido em segurança. Posteriormente se o mesmo sujeito não lhes servir para mais nada, ou representar uma ameaça à identidade infratora do policial, o mesmo pode

Assim o diagnóstico que se obtém é o de que em muitas situações, a violência policial está pautada na omissão, cumplicidade com infratores, preconceito e violência, o que nos levou ao questionamento anterior de que nesse modelo de Polícia, será que o bandido pode ser de fato mais temido?

4.5 – Aviõezinhos do Riacho Doce: crianças e adolescentes em uma arriscada viagem rumo ao “mundo” das drogas

Meu nome é [...], tive três filho, nenhum deles prestou pra nada. Se eu soubesse que meus filhos iam tudo virá bandido eu nunca que tinha vindo morar nesse lugar (referindo-se ao Riacho Doce)⁹⁸. Os meus filhos se meteram com um bandido perigoso ai do Riacho que mexia com negócio de droga, dois deles a Polícia matou e o outro tá na cadeia faz um ano e meio. Hoje eu tô doente e sozinha e sofrendo por causa de tudo isso (Moradora do Riacho Doce, 62 anos).

Informações preciosas foram colhidas graças aos muitos depoimentos obtidos de alguns pais e de alunos do PRD, outros moradores e Agentes de Segurança lotados na área do espaço de ocupação Riacho Doce, sem as quais seria impossível chegar a um diagnóstico satisfatório sobre a nossa problemática.

A unanimidade das informações tanto de moradores quanto dos Agentes de Segurança nos levou a uma interessante descoberta: a maioria das ações criminosas que ocorrem no Riacho Doce, parte de pessoas muito jovens, principalmente adolescentes.

Segundo informações de alguns moradores, os antigos “marginais” da área que tinham hábitos, considerados obsoletos, pela “nova marginalidade”, àqueles que praticavam pichações e promoviam enfrentamento entre gangues rivais só pelo simples prazer da briga de rua, ou deixaram a vida para constituir famílias, foram mortos pela Polícia ou por outro marginal.

Uma das justificativas decorre das dificuldades quase insuperáveis que a maioria desses jovens encontram para se inserir no mercado de trabalho formal, principalmente em função da baixa escolaridade e falta de qualificação.

A falta de perspectivas profissionais, o sentimento de privação dos jovens e a influência de outros jovens iniciados na marginalidade desembocam em um “individualismo absoluto ou explosivo” (CASTELLS, 1999, p. 69).

inclusive ser preso ou até mesmo eliminado como queima de arquivo (Aluno do PRD, aviõezinho de droga, 15 anos).

⁹⁸ Grifo nosso.

Tal influência é proporcional ao fascínio exercido por marginais que alcançaram uma certa notoriedade sobre crianças e jovens.

A gente é como qualquer play boy filho de barão professora, que tem vontade de ter uma roupa manera, (roupa bonita) um tênis legal pra ir pras baladas. Não tem emprego pra gente, quando tem é na feira, os feirantes explorando a gente o dia todo pagando uma mixaria que não dá pra nada, aí os “grande” (traficante)* vem pede uma ajuda pra gente, a gente leva uma “mercança” (droga)*⁹⁹ aqui, outra ali, ganha uma graninha fácil e vai gostando dessa vida e quando dá fé não consegue mais sair dela, aí a gente só espera o nosso fim: cadeia ou cemitério (Aluno do PRD, 15 anos).*

Segundo Machado & Noronha (2002, p. 200), com esses motivos de identificação, muitos jovens de determinados bairros, como o investigado, e de áreas adjacentes demonstram disposição para ingressar em “bandos” ou quadrilhas de malfeitores. Tais bandos se ampliam com o ingresso de membros atraídos por suas atividades.

A camaradagem entre os jovens – rapazes e moças - o consumo de drogas, maconha inalantes químicos e o uso de gíria contribuem para criar um estilo de comportamento transgressivo e estigmatizado pelos vizinhos.

“A iniciação na delinquência acontece através de extorsões, furtos e roubos no bairro ou fora deste. Estas ações [...] servem para obter algum dinheiro para as necessidades imediatas, aumentando o prestígio dos indivíduos junto ao grupo de pares e meninas do lugar” (*Idem*, p. 200).

Os marginais começam primeiro com o aliciamento dos jovens, depois entregam o primeiro cigarro de maconha, em seguida a primeira peteca. O local que os aviões pousam mais é no forró da UFPA toda sexta feira. De lá os estudantes são levados pra algumas bocas de fumo no Riacho lá mesmo eles ficam fumando maconha e usando cocaína à vontade, tem policial que sabe de toda essa arrumação mais não se mete. Tem até filho de juiz no meio deles, aliás, são esses mais ricos que garantem o negócio da droga (Mãe de ex-aluno do PRD, moradora do Riacho Doce, 48 anos)¹⁰⁰.

⁹⁹ Grifos nossos.

¹⁰⁰ Esse depoimento foi obtido de uma mãe de um ex-aluno de dança do PRD, que atualmente tem 21 anos e foi contemplado com uma bolsa de estudos para estudar balé na companhia de dança do Balé Bolshoi da Rússia com filial em Curitiba. Segundo depoimentos dessa mãe, sua tristeza é de que somente esse filho, através da oportunidade da arte da dança, conseguiu se livrar da marginalidade do local onde moram. Ela inclusive reforça o seu arrependimento por ter vindo morar no Riacho Doce, (local onde ainda reside), pois o seu outro filho se envolveu com marginais da área, entregou se ao vício do álcool e da maconha. Para tirá-lo desse meio marginal, mandou o filho na ocasião com 16 anos para morar em Goiânia na companhia de um parente seu. Segundo a mesma, embora ele tivesse se livrado do vício da maconha ainda é um consumidor de álcool, razão que o levou várias vezes a perder bons empregos.

Os contatos entre lideranças (ou cabeças) e agenciadores que lucram com o crime – bandidos experientes, receptores de mercadorias roubadas e policiais infratores – proporcionam armas de fogo e informações sobre locais favoráveis para realizar ações ousadas ou “pesadas”, os assaltos à mão armada configuram essa triste realidade.

Essas características violentas do aparelho policial geram reações ambivalentes, que expressam a dificuldade da população em se posicionar diante de uma força que também é percebida como garantia de proteção. “Mas nesse mundo cão, o limite entre o protetor e o agressor é mínimo” (MACHADO & NORONHA, 2002, p. 206).

A maioria dos policiais da área tem esquema com o traficante. Os próprios policiais vendem armas pra eles, é muito fácil comprar uma arma aqui. Muita gente sabe e já viu. Se qualquer um denunciar depois vem à represália. A Polícia negocia arma e assalto, nós aqui vivemos na lei do silêncio. Ninguém tem coragem de denunciar, eu queria ter uma filmadora pra filmar todo essa imundice que tem aqui entre Polícia e bandido, aí todo mundo ia ficar sabendo que o comércio de drogas é o maior lucro do policial e não o salário que ele ganha (Mãe de aluno do PRD, moradora do Riacho Doce, 48 anos).

Os estudos de Misse (2007a), indicam que a realidade do tráfico de drogas na cidade mostra-se abrangente e duradoura, atravessando governos e resistindo às sucessivas invasões, pela Polícia, de áreas controladas por traficantes e superando mesmo a prisão continuada de suas principais lideranças nos últimos vinte anos. De acordo com ele, são muitas as razões que contribuem para o fato: o consumo de drogas não responde apenas a uma demanda inercial, mas é também produzida pela oferta; a oferta beneficia uma estrutura não verticalizada, com várias redes de atacado sobrepostas e inúmeras redes de varejo; a alta e rápida lucratividade desse mercado informal ilegal continua a atrair jovens pobres (ou mesmo de classe média) para o ganho fácil, apesar dos altos riscos de prisão ou morte reconhecidos por todos os que entram para esse tipo de atividade.

Uma parcela significativa de policiais, e outros Agentes de Segurança, vendem proteção e outras mercadorias políticas, a traficantes, permitindo assim a impunidade e, mesmo quando presos, a continuar bem posicionados nesse mercado econômico (*Idem*, p. 02).

Ele ainda insiste que o tráfico de drogas é hoje, um fenômeno mundial, globalizado, que movimenta bilhões de dólares em quase todos os países, além de promover todo tipo de crime e violência que estão estampadas no contexto social da atualidade, embora não atribua apenas ao tráfico de drogas as pungentes questões de desequilíbrio social. “Essa violência alimenta-se tanto do afrouxamento das regras sociais quanto do enrijecimento de outras regras” que podem ser observadas através da família, do mercado de trabalho e no próprio indivíduo. (*Idem*).

Imputa tudo isso ao complexo processo social vigente, cujas conseqüências advêm da enorme desigualdade social, da privação relativa das populações jovens de baixa renda, da falta de perspectivas de ações coletivas, da inexistência de uma política e de uma Polícia respeitável, capaz de esclarecer grande parte dos crimes e de uma Justiça capaz de punir todo tipo de injustiças.

Todos os elementos acima referendados se assemelham, de uma forma ou de outra ao contexto do Riacho Doce. E no mesmo sentido as características do crime, “a juvenilização” desse mercado a partir do envolvimento de jovens adolescentes inseridos muito cedo no universo da contravenção, o perfil dos clientes e do traficante e outros elementos mais.

Nas leituras de Misse (2007b)¹⁰¹ foi possível identificar analogias muito evidentes entre o “movimento” em torno da droga que ocorre nas duas maiores metrópoles brasileiras, e o “movimento” que ocorre na área do Riacho Doce e bairros adjacente. A forma de abordagem e aliciamento, a linguagem característica do tráfico são entre outras coisas semelhantes as que ocorrem em outras regiões.

É perfeitamente perceptível, por exemplo, no depoimento de um adolescente já dono do “negócio” da droga que reside no bairro.

[...] o meu pai era o “dono” do negócio e aí eu virei avião. Aí a “cana” (Polícia) ficou no rastro dele, ele teve que fugir, porque ele não queria dividir o “boró” (dinheiro)* com eles e eu tive que ficar tomando conta de tudo. Eu viajo sempre pra onde ele tá pra poder fazer o acerto da compra e venda da “mercança” (drogas)*. Eu tenho uns “navios” (vendedores diretos)* que trabalham pra mim, são de confiança, até hoje eles nunca me deram “banho”, (furto, roubo)*, mas se der o “bicho pega” (vingança)*. O pior nesse negócio é “olho grande” (cobiça)* da Polícia que pra deixá a gente limpo, tem que receber parte do “ouro” (mercadoria ou dinheiro)*¹⁰² (Aluno do PRD, 16 anos).*

¹⁰¹ Cf. Misse, (2007c).
Cf. Misse, (2007b).

¹⁰² * Grifos nossos.

Como se percebe e de acordo com Michel Misse, a estrutura dos grupos locais, quando esses não resultam de invasão externa, quase sempre é baseada em relações de parentesco, compadrio ou amizade antiga.

As sucessivas prisões dos traficantes mais velhos e experientes abriram caminho para a transição entre os tipos de dominação e para a juvenilização dos “movimentos” a partir da década de 1980/90. A generalização da extorsão policial e da compra de mercadorias contribuiu para a reprodução ampliada das redes e a generalização do emprego da violência.

Argumentamos da mesma forma que sobre a generalização da extorsão existem suspeitas do fenômeno na área investigada¹⁰³. Além da extorsão há fortes indícios de colaboração da Polícia com o crime, como pode ser observado em relatos de moradores em várias partes deste texto.

Sobre isso, Machado & Noronha (2002) explicam que existem Polícias que, visando extrair vantagens pessoais do crime e extorquir os infratores, demonstram tolerância, mantêm cumplicidade e incentivam infrações destes, até o momento em que, sentindo-se ameaçados por marginais que reclamam do montante de extorsões ou sabem demais, resolvem eliminá-los através de ações conhecidas¹⁰⁴.

A gente tem que andar “pianinho” (obediente) com a Polícia, eu mesmo já fui seis vezes preso. Não fui pro DATA só porque eles sabem quem eu sou e eu sei quem “eles” (a Polícia)* são. Mas eu já peguei muita porrada, já levei até um tiro no braço e na virilha (mostrou as lesões)¹⁰⁵*. Eles são igual bicho, aproveitam do uniforme... e se for um menor então, dão porrada, coronhada de revolver, dão bicuda na barriga, só falta matá. Eles são Polícia, ninguém vai reagir né?E ainda eles só andam de bando pra fazer essas covardias com a gente e com outros, até criança (Aluno do PRD, 15 anos).*

Além dos jovens entrevistados¹⁰⁶ e conhecidos como aviões, existe a opinião de pessoas adultas sobre muitas outras atitudes pouco nobres que evidenciam a falta de preparo e a negligência de Agentes de Segurança da área:

¹⁰³ Cf. comprovação do fato nos modelos de processos adquiridos na SEGUP, à mostra no apêndice.

¹⁰⁴ Ver indícios na epígrafe deste trabalho página 186.

¹⁰⁵*Grifos nossos.

¹⁰⁶ Os adolescentes entrevistados sem exceção estiveram ou ainda estão envolvidos nos negócios de droga e tiveram passagem pela Polícia.

*É porque esses que fazem casinha (pacto)*¹⁰⁷ são aconchavados com a Polícia, dividem o lucro do roubo, de celular, carro, e tudo que eles roubam. Aí a Polícia protege eles e eles ajudam a Polícia a achar os outros. Mas isso eu acho que é traição de bandido pra bandido. Porque no final a Polícia prende todo mundo mesmo? (Moradora do Riacho Doce, 49 anos)*

Esse processo tão bem estudado por Zaluar (1994, p. 11), refere que a corrupção policial encontrou o seu álibi no mesmo dogma da pobreza ou da exclusão que tudo explica. Isso garante, segundo ela, que aja impunidade em relação aos responsáveis por atividades ilegais e discriminatórias contra jovens, especialmente os mais pobres, que o Poder Público deveria defender, tratando-os em centros de saúde e educando-os preventivamente na escola.

Muitos desses jovens são extorquidos e criminalizados pelo uso e transação de droga, ficando seguramente subjugados a traficantes e assaltantes, ou são vítimas da própria Polícia.

Semelhante ao que Zaluar (p.13) expressa “No plano local, essa tendência tem tido conseqüências trágicas nas famílias pobres e em suas organizações vicinais” e segue [...] o que tem “facilitado à usurpação do poder local por grupos de traficantes” e acrescentamos por grupos de policiais corruptos.

4.5.1 – Circunstâncias que favorecem a juvenilização do crime

Recorremos aos argumentos de Espinheira (2007) quando destaca que a violência surge como necessidade para determinados indivíduos e grupos que não tem outras possibilidades de realização de projetos, senão através da execução de ações transgressoras e criminosas. O perfil destes, são daqueles que praticamente percorrem caminhos sem volta - os marginais, os que têm passagem pela Polícia, os que não dispõem de possibilidades - ou seja, habilidades para o trabalho, nem para o primeiro emprego, mas também são os que internalizam a disposição para a violência como meio de sobrevivência, agressividade necessária para superar maus tratos, medo e frustrações no cotidiano de vida.

Outro componente passível de análise relaciona-se ao grande número de jovens que vivem um cotidiano dramático de privações, humilhações e agressões, e por sentirem que não têm quase nada a perder, se predispõem a ações de risco como única alternativa possível para realizar seus objetivos, mesmo que estes não sejam racionalizados, mas resultantes da simples existência cotidiana: prover

¹⁰⁷ Grifo nosso.

alimentação, diversão, voluptuosidade e outras satisfações corriqueiras ou extraordinárias, em que o dinheiro tem um significado especial, na verdade torna-se imperativo¹⁰⁸.

Ainda de acordo com Espinheira (2007), os jovens se rebelam e transgridem todas as formas impositivas que tentam se firmar como modo de controle social. Desse modo, impedidos de trabalhar, pois o sistema produtivo não oferece a chance do primeiro emprego – e isso se agrava com a precariedade da formação educacional, que não predispõe o indivíduo como um trabalhador conhecedor de modos de fazer coisas, mas como um ser destituído de aptidões formalizadas - desencantados da possibilidade de inserção formal, os jovens encontram nas práticas transgressoras a única saída para a obtenção de recursos ou, quando não, são impelidos a participar de um mercado informal.

Para Cardia (2007), não é de surpreender que os homicídios estejam concentrados nas áreas onde haja um maior número de jovens, com baixa escolaridade, com baixa renda, com baixos índices de emprego. Segundo ela, as mudanças no perfil do mercado de trabalho, ao longo da década passada, e que continuam a ocorrer nos dias de hoje, figuram o pano de fundo de muitas tensões sociais.

As mudanças no mercado de trabalho, as alterações nos contratos de trabalho, o aumento da imprevisibilidade, a falta de compromisso mútuo, todos estes fatores têm peso sobre a violência e sobre a desigualdade, representando forte obstáculo para a prevenção da violência e para a redução das desigualdades.

Os estudos de Cardia apontam que as taxas de homicídio são piores onde há poucos empregos, muitos chefes de família com baixa escolaridade (menos de 4 anos de escolaridade), muitas casas precárias (congestionamento domiciliar, pouco acesso à rede de esgotos), maiores taxas de mortalidade infantil e pouco acesso a leitos hospitalares.

¹⁰⁸ Três em cada quatro jovens brasileiros estão trabalhando ou tentando conseguir uma ocupação. Dois terços dos que trabalham, porém, encontram-se no mercado informal. Além disso, enfrentam jornadas não raro superiores há oito horas diárias, e cada vez mais cedo: boa parte começa a pegar no batente antes mesmo dos 13 anos. Isso significa que, para muitos, sobra pouco ou nenhum tempo para os estudos. Há ainda o problema do desemprego, que atinge os jovens em cheio. Nesse universo, o número de desempregados é três vezes maior que o da média da população. A entrada no mercado de trabalho é um momento crítico. Muitos jovens que não conseguem se inserir seja de maneira formal ou informal e acabam encontrando no mundo da marginalidade alternativa de sobrevivência.

Fonte: Revista Veja, edição especial de junho de 2004.

Altas taxas de homicídio também estão associadas a altas taxas de crescimento de jovens e crianças e a pequena presença de pessoas mais idosas e com uma reduzida presença de moradores com alta renda e alta escolaridade.

Em sua opinião o crescimento dos chefes de família sem renda é resultado não só do desemprego, mas também do crescimento do trabalho informal, irregular e não previsível.

O crescimento deste mercado de trabalho é consequência da reestruturação industrial, que eliminou várias ocupações, inclusive aquelas menos especializadas e que, por requererem pouca ou nenhuma qualificação, serviram de porta de entrada para os jovens não habilitados, através da venda de várias mercadorias comercializáveis como produtos contrabandeados, CDs e DVDs piratas, produzidos de forma clandestina, que também não deixam de significar ações ilícitas, que conduzem a situações ultrajantes.

Refletir sobre esse processo, nos faz lembrar Hannah Arendt (1994) quando argumenta que a falta de recursos necessários cria nas pessoas os mais diversos tipos de sentimentos, que vão desde a revolta até o ódio conduzindo a comportamentos anômicos, embora isso na realidade não comporte argumentos para tal. Mas mesmo Arendt (1994) se posiciona quanto às emoções humanas afirmando que:

Recorrer à violência em face de eventos ou condições ultrajantes é sempre extremamente tentador em função da sua inerente imediatidade e prontidão, assim a ausência de emoções nem causa e nem promove a racionalidade. [...] e infelizmente, é o que corresponde a certas disposições de espírito e atitudes irrefletidas na sociedade de larga escala (p. 48).

Ora, pensar então a juventude transgressora do Riacho Doce ou de qualquer lugar do país nos aproxima da dedução de algo semelhante ao que Hannah Arendt argumenta em relação aos comportamentos resultantes dos eventos que conduzem aos diversos sentimentos e emoções humanas que levam à violência e ao crime.

Porém, em outro sentido, Dahrendorf (1987) observa que a cada dia há uma tendência geral para o enfraquecimento, redução ou isenção de sanções aplicáveis aos jovens ao mesmo tempo em que constata de forma lamentável que, grande maioria dos crimes, inclusive os crimes mais violentos são cometidos por jovens e adolescentes.

O teórico sustenta que essa tendência seja em grande parte responsável pelo aumento da delinqüência juvenil.

Muitos desses jovens Gullo (1998), têm em comum a vida infra-humana, a pobreza latente, a falta de esperança de dias melhores, a miséria como companheira constante, a falta de ideal e perspectiva de futuro, a cor da pele e ainda sofrem as conseqüências da perversidade¹⁰⁹.

Grande parte da população do mundo inteiro enxerga os símbolos sociais de maior importância na sociedade contemporânea (imóveis, roupas, tênis de marca, eletro-eletrônicos, veículos entre outras coisas), como as maiores aspirações do imaginário coletivo. Não podemos deixar de conceber que seria diferente no imaginário de qualquer jovem, independente da classe a qual pertençam.

No entanto, esse bombardeio de motivação para o consumo, pertinente a sociedade atual pode produzir conseqüências drásticas, visto que esse desejo “incontido” pelo consumo e pela fruição de determinados valores¹¹⁰, evidenciam, segundo Porto (2000, p. 193), o surgimento de um “social atomizado, fragmentado, carente de pontos fixos de referência”.

Dessa forma, articula-se o surgimento de novos atores. Contexto no qual a referência ao social como algo fragmentado, diferenciado e plural parece adquirir pertinência com as significações da violência, que tem incitado parcela significativa da juventude em todo o país, especialmente àqueles que não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho e encontram na marginalidade um fim.

É por estas e outras razões que Zaluar (1994, p. 17) afirma que alternativas de emprego não devem faltar para os jovens. Mas para que isso aconteça, é preciso restaurar as redes locais de reciprocidade positiva, e reforçar as solidariedades enfraquecidas entre as gerações.

A mesma não se abstém de pronunciar que nas políticas públicas, é preciso abrir espaço político para reconhecer e estabelecer parcerias com as formas

¹⁰⁹ É de extrema importância que se diga que a criminalidade juvenil não se restringe especialmente à juventude pobre desse país. Dizer isto significa afirmar genericamente que todo jovem pobre seria um delinqüente em potencial e que não existem jovens pobres de conduta honesta. Muito pelo contrário, recentes notícias veiculadas pelos grandes telejornais da rede de comunicação no Brasil, tem confirmado operações da Polícia Federal entre outras que vem desbaratando quadrilhas de criminosos (com envolvimento com tráfico de drogas) cujos integrantes compõem a classe média alta da escala social brasileira (Cf. www.redeglobo/jornalnacional.com.br edições de 05 a 09 de novembro de 2007).

¹¹⁰ O conceito de valor neste sentido está relacionado ao valor dos “objetos” e não aos valores morais.

de associações que promovam solidariedades e reciprocidades. Talvez como melhor alternativa de promoção e inclusão social para muitos jovens.

4.6 – Sociedade de risco global: turbulências na modernidade

Seria imperdoável não considerar neste capítulo, a análise do conceito de sociedade de risco tão discutida por alguns teóricos Giddens, Beck, Lash (1997) e amplamente debatida dentro das teorias sociais da atualidade, já que em nosso objeto de estudo, as sociabilidades criminosas, constitui por si só uma questão de risco social.

Para Beck, assim como para Giddens e Lash (1997) o conceito de risco está diretamente relacionado ao conceito de modernidade reflexiva. Riscos, segundo os mesmos são caracterizados pelas formas sistemáticas de lidar com os perigos e as inseguranças induzidas e introduzidas pelo próprio processo de modernização.

Esses novos riscos são riscos fabricados - *manufactured risks*, na terminologia de Giddens. Em suas teorias não descartam as verdades sobre os riscos que haviam anteriormente, no entanto estes significavam riscos mais pessoais. Entretanto, os riscos na sociedade reflexiva extrapolam as realidades individuais e até mesmo as fronteiras territoriais e temporais, como por exemplo, aqueles causados por acidentes radioativos, cujos riscos podem extrapolar os limites de sua territorialidade.

Quando nos remetemos a nossa questão de pesquisa, e como foi anteriormente destacado, o fenômeno da globalização da mesma forma permite que as conseqüências do crime e da violência também extrapolem limites territoriais, tanto que o próprio narcotráfico hoje sobrevive e se consolida cada vez mais através de redes nacionais e internacionais, configurando um fenômeno no mundo inteiro.

A globalização, na perspectiva de Giddens, refere-se à interseção da presença e da ausência. Refere-se, sobretudo, como a “intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam sociedades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância” (GIDDENS, 1991:69).

Essa articulação de relações sociais, atravessando vastas fronteiras de tempo e espaço, torna-se possível porque o movimento - de pessoas, produtos e informação - passam a ser facilitado pelos avanços nos meios de transporte. Sem

dizer que o marco da globalização, são os desenvolvimentos produzidos através da mídia eletrônica (*Idem*, p. 28).

Por esta razão, as organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de forma que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim sendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas (*Idem*, p. 28).

Giddens enfatiza as concepções tanto de Durkheim quanto de Marx sobre as turbulências da modernidade (p. 16), quando predizem os conflitos militares, as guerras, as catástrofes entre outras coisas que configuram “o lado sombrio” da modernidade do século atual (p.19).

Mas o que intentamos é avaliar de forma mais específica à questão do trabalho na sociedade de risco, por entender que essa variável reporta a angustiada questão do desemprego que assola especialmente a sociedade brasileira, a falta de qualificação do trabalho e a sua informalidade, tentando estabelecer um paralelo entre as teorias descritas pelos autores citados e as conseqüências geradoras da violência.

Em relação à questão trabalho, Giddens e Beck procuram tratá-la como uma questão periférica em sua teoria social dos riscos, mesmo porque, a questão ambiental é um dos fundamentos explicativos da sua abordagem analítica, mas ainda assim é preciso considerar a relevância da questão do (des)emprego em razão dos seus impactos negativos para a humanidade.

E é talvez esse aspecto que melhor defina e traduza os limites da teoria proposta pelos referidos autores e nos faz crer que o desemprego em escala mundial pode ser compreendido como um risco social de graves conseqüências, muito embora o mesmo seja tratado como questão secundária na análise de riscos.

Por ser o desemprego estrutural um fenômeno global, não apenas afeta o sujeito coletivo, como também coloca em risco a própria existência ontológica dos indivíduos, pois muitas das tragédias individuais - suicídio, depressão, desestruturação familiar, alcoolismo entre outros - e coletivas - pobreza, fome, prostituição, violência urbana, tráfico de drogas - estão relacionadas à questão central do significado do trabalho na vida cotidiana e coletiva dos indivíduos condizem com nossas preocupações à cerca das práticas de violência e do crime contidas na sociedade atual.

Quando nos referimos, por exemplo, a inserção dos jovens do Riacho Doce no mundo da marginalidade, estamos tentando descobrir e avaliar se há uma

inter-relação entre esta e os fatos que dizem respeito ao trabalho e/ou não para poder estabelecer análises argumentativas a cerca da problemática, na tentativa de justificar atitudes e comportamentos desses jovens frente à sociedade de risco, dentro da modernidade reflexiva, de acordo com Beck.

Segundo Beck, a modernização reflexiva significa uma mudança da sociedade industrial, ocorrida sub-repticiamente e sem planejamento no início da uma modernização normal, autônoma, e com uma ordem política e econômica inalterada e intacta, o que implica a radicalização da modernidade, que vai invadir as premissas e os contornos da sociedade industrial (p. 12)

Neste sentido Ulrich Beck entende a sociedade de risco como uma sucessora da sociedade industrial e que caracteriza o tipo de sociedade do nosso século. É um processo que inaugura uma outra fase histórica da humanidade, quando se reconhece que a mesma tecnologia que se cria para fornecer benefícios ao ser humano é também responsável por provocar inesperada e indesejáveis reações.

Em certo aspecto, implica inseguranças de toda uma sociedade difíceis de delimitar. Ao mesmo tempo, a modernização reflexiva, diz Beck, “envolve apenas uma dinamização de desenvolvimento, que em si, embora em contraposição a uma base diferente, pode ter conseqüências exatamente opostas” (p.17)

Não apenas a pobreza crescente, mas também a riqueza crescente [...] produzem uma mudança axial nos tipos de problemas, no escopo da relevância e na qualidade da política. [...] o intenso crescimento econômico, a tecnificação rápida e a maior segurança no emprego podem desencadear a tempestade que vai impulsionar ou impelir a sociedade industrial rumo a uma nova era (BECK, 1997, p. 14).

Com o advento da sociedade de risco, os conflitos da distribuição em relação aos “bens” – renda, empregos, seguro social – que constituíram o conflito básico da sociedade industrial clássica conduziram às soluções tentadas nas instituições relevantes, sendo encobertos pelos conflitos de distribuição dos “malefícios”.

Assim se revela um dos mais agudos paradoxos da contemporaneidade: no ápice do processo civilizatório, os avanços colocam em evidência a fragilidade da vida, os inúmeros perigos e riscos que a cercam.

Sob essa ótica, “talvez o crime organizado constitua de fato o cerne do problema contemporâneo, menos pelos seus efeitos sobre a ordem e a ilegalidade e muito mais pelas incertezas que ele institui” (ADORNO, 1998, P. 38).

Neste sentido, os riscos sejam eles sociais ou ambientais, geradores de atitudes ou não, tornam-se cada vez mais evidentes em todos os setores da sociedade e são “infinidamente reprodutíveis, pois se reproduzem juntamente com as decisões e os pontos de vista com que cada um pode e deve avaliar as decisões da sociedade pluralista” (BECK, 1997, p. 15).

Quanto a isto, Martucceli (1999) sublinha que o tema da insegurança, bem como as muitas teorizações dos riscos na sociedade moderna, assinala a dimensão da condição moderna como uma das manifestações mais importantes da mesma. O indivíduo se sente “exposto” a “novos” perigos que não são concebidos como simples fruto de uma distorção da modernidade, mas ao contrário, são o próprio resultado de sua realização (p.160).

Neste caso, pode se dizer que a violência constitui um desses resultados. Ela aparece, como sendo “puramente negativa e sob a forma de riscos que a sociedade se mostra incapaz de controlar” (*Idem*). Por estas razões, constata-se os indivíduos vivendo cada vez mais com a consciência maior dos riscos ou das violências que os ameaçam na atualidade.

A pertinência das teorizações sobre a violência nos leva a crer que tanto Giddens quanto Beck souberam assinalar toda a importância que ela tem na dinâmica da sociedade moderna.

4.7 - Violência tráfico e globalização

Com relação às novas questões sociais globais, Tavares dos Santos (1997) parte do reconhecimento de que houve uma profunda mutação na sociedade contemporânea, nos últimos vinte anos. As relações de sociabilidade passam por processos simultâneos de integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização, de seleção e de exclusão social. Deste modo, novos dilemas e problemas sociais emergem no horizonte planetário, configurando novas questões sociais globais.

Assim, é importante verificar os aspectos globalizantes da sociedade atual e o crescimento da violência, pois, o tema violência urbana torna-se, cada vez mais, objeto de preocupação. Um dos pontos aprofundados é que seu crescimento deve ser analisado levando-se em conta o fato de vivermos em um sistema globalizado. Nas palavras de Gomes (2003) a escalada da violência no país está relacionada ao processo de globalização que se verifica, inclusive, ao nível das redes de criminalidade, dentre elas o crime organizado e as redes de narcotráfico, que parecem estar cada vez mais distantes de qualquer regime de sanção.

Essa categoria é analisada com muita propriedade, por Porto (2000). Sua análise indica que as transformações sofridas nas últimas décadas pela sociedade brasileira contemporânea têm como palco o contexto mundial, nos quais combinam fatores de “globalização e fragmentação” (p. 188). E isso por sua vez permite a ampliação do quadro conceitual e o espaço empírico da análise da violência, visto que “percebe-se a insuficiência dos contornos do Estado-Nação” brasileiro para tal análise (*Idem*).

Para Porto, a globalização, assume o estatuto de uma categoria articuladora do pensamento e da análise a indicar a abrangência e a radicalidade das mudanças, mas não implica a identificação entre globalização e homogeneização. A partir desses elementos, se pretende compreender a inserção da sociedade brasileira na contemporaneidade de um mundo globalizado, para poder refletir sobre o fenômeno da violência.

Ainda na opinião da autora, no Brasil estaria ocorrendo uma resignificação da violência. “Ou seja, a violência contemporânea possui contornos que a distinguem de suas formas tradicional de manifestação” (*Idem*, p. 195).

Muitas dessas manifestações na análise conjunta se explicam pelo fato da sociedade brasileira não estar alheia às transformações científicas e tecnológicas

que se processam em nível mundial, o que opera por exemplo, as transformações em determinadas dimensões da vida social, como os que tem ocorrido a partir dos processos de informação. Por um lado, o Brasil tanto quanto outros países mergulhou na era das novas tecnologias e por esta razão os avanços da ciência permitiram uma profunda alteração da relação física e cultural do espaço.

Por outro lado, os novos processos de produção do conhecimento têm permitido uma tensão/integração com o mundo em escala global. Tal fenômeno possibilita a quase simultaneidade entre acontecimentos e informação. É o que ocorre inclusive com o fenômeno da violência, transformado em produto, com amplo poder de venda no mercado de informação, como objeto de consumo, fazendo com que a realidade passe a fazer parte do dia-a-dia, mesmo daqueles que nunca confrontaram diretamente com tal experiência. Os meios de comunicação passam a ter também sua parcela de responsabilidade na propagação da violência.

A violência é consumida num movimento dinâmico em que o consumo participa também do processo de sua produção, o que Machado & Noronha (2002) chama de “marginalidade econômica”, um outro gênero de exclusão social provocada pela globalização, cujos maiores atingidos de acordo com Pinheiro (1997), são os jovens, porque, no contexto de desigualdade, são submetidos ao múltiplo impacto do aumento do desemprego, da ruptura das estruturas familiares e da desintegração de valores.

O mesmo aponta o impacto da globalização na separação da parcela mais rica da população dos mais pobres como nunca visto antes. No caso do Brasil, o maior número de vítimas da violência se encontra abaixo da linha da pobreza. E os grupos mais atingidos pelo desemprego e mais marginalizados pelo sistema de educação concentram o maior número de vítimas da repressão arbitrária da Polícia e do crime comum.

Nos bairros mais periféricos, onde estão localizadas as comunidades pobres, faltam trabalho regular, serviços públicos básicos e a população é submetida ao controle do crime organizado veiculado ao tráfico de drogas e do poder arbitrário da Polícia.

Também sobre este aspecto, Misse (2007a) aponta que, na sociedade contemporânea, o tráfico de drogas, tornou-se um fenômeno mundial, globalizado, que movimenta bilhões de dólares em todos os países. Em seu entendimento, o princípio do mercado parece cada vez mais voraz, incontrolável, e parece colocar a

sociedade e o Estado na defensiva, cada regulamentação servindo para criar mercados ilícitos, que se alimentam das barreiras erguidas para conter as ambições do capital. Vive-se um cerco do Estado pelo capital ilícito e especulativo, que não consegue se regulamentar e que controla a cadeia de produção e distribuição das drogas cuja economia no Brasil, segundo o autor, chega a concentrar 17% da movimentação bancária dos narcotraficantes do mundo, segundo o Tesouro americano.

Já o narcotráfico segundo Adorno (1998), compreende um conjunto diversificado de atividades e operações, o qual articulam, em nível internacional, a produção (com todo o seu processo artesanal, semi-artesanal e industrial), a circulação, a distribuição e o consumo. Por intercambiar uma mercadoria proibida na maior parte das sociedades, o narcotráfico mobiliza toda uma “economia subterrânea”: distintos mecanismos de acumulação geram uma renda da qual parte substantiva é apropriada na remuneração de atividades de suporte ou subsidiárias como o abastecimento de armas, a manutenção de milícias locais particulares, o treinamento e a formação de pistoleiros profissionais e, em especial, a manutenção de uma rede de colaboradores destinada a facilitar o transporte de drogas pelos mais variados meios, através das fronteiras entre países.

O tráfico de drogas (ZALUAR, 2004, p. 74), mesmo que organizado internacionalmente, mas com suas pontas nos bairros mais pobres das cidades, além de criar centros de conflito sangrento em suas vizinhanças pobres, corrompeu as instituições encarregadas de reprimí-lo, e reforça a tendência ao consumo de drogas.

Além dos contornos das conseqüências do tráfico de drogas para a reprodução da violência, é preciso enxergar que existem outros fatores corroborando para a promoção deste evento.

A violência cotidiana alimenta-se também do afrouxamento das regras sociais e do enrijecimento de outras regras, no mercado de trabalho, na família, no indivíduo (*Idem*).

A grande polêmica é a de que as sociedades contemporâneas no advento da globalização vivem o declínio das sanções, Adorno (1998). A impunidade torna-se cotidiana, determinada pela falta de controle social. Necessitando, portanto, de se repensar sobre o esgotamento dos modelos convencionais de controle social, pois o

resultado disto, incorre na isenção de penalidades por dezenas de modalidades de crimes cometidos.

Conforme Zaluar (2004), esse processo globalizante da cultura pela rápida difusão na indústria cultural dos novos estilos de cultura jovem, transformou parcialmente os jovens – e a sociedade como um todo – em consumidores de produtos especialmente fabricados para eles, sejam vestimentas, sejam estilos musicais, sejam drogas ilegais.

A leitura que se faz da atualidade social, é a de que a família não vai mais junta ao samba, e o *funk*¹¹¹ não junta gerações diferentes no mesmo espaço; o tio traficante gostaria de expulsar da favela o sobrinho pertencente a outro comando ou a Polícia ou ao Exército; a avó negra e mãe-de-santo não pode freqüentar a casa dos seus filhos e netos petencostais porque estaria carregada pelo demo e a decadência edifica uma nova modalidade social, aquela expressa sob a ótica do risco social.

¹¹¹ Aqui nos referimos ao *funk* por se tratar de uma variedade de estilo comum na cidade do Rio de Janeiro, lócus de pesquisa de Alba Zaluar, mas se olharmos para outras realidades locais como no Pará, na Bahia, Pernambuco, etc, percebe-se a mesma tendência com outros estilos de dança ou música que da mesma forma não reúne mais a família.

Considerações Finais

Este viajero chegou ao final de sua trajetória com a mala abarrotada de surpresas, informações e curiosidades. Curiosidades porque mesmo chegando ao final dessa viagem e tido experimentado tantas aventuras, nosso instinto investigador não se sentiu confortável em se acomodar na primeira experiência, desejando nova oportunidade para buscar outras informações, experimentações e argumentos teóricos que nos permitam aprofundar tema tão urgente como a violência que ocorre, na atualidade.

Pelo que se percebeu, as pesquisas ainda são incipientes na discussão sobre a violência urbana nos bairros da capital paraense, especialmente sobre os bairros de população de baixa renda. Porém as poucas pesquisas, estudos, noticiários, não mentem, quando apontam que cada dia é maior a exclusão, o abandono e a situação de riscos para os moradores de espaços como o Riacho Doce. Homicídios, tráfico de drogas, Policiais e marginais disputam um só espaço social fazendo com que a violência transforme bairros periféricos em verdadeiros campos de batalha.

A violência é um assunto abordado pelos meios de comunicação e pelas conversas entre as pessoas no dia-a-dia. A discussão pública sobre a violência sinaliza para um cenário em que se tem a impressão de que a quantidade e a qualidade dos atos de violência ultrapassaram o limite do razoável para as pessoas, de modo geral. A opinião pública discute a situação alarmante da sociedade brasileira em relação à violência, onde, a cada dia que passa, qualquer um pode se tornar uma vítima.

Diante destas argumentações e dos motivos já citados como justificativa para realização deste trabalho, intentamos averiguar a dinâmica da violência e do crime no Riacho Doce, de formas descobrir suas razões e entendê-la dentro deste contexto social urbano.

E para reforçar essa intenção, a título de exemplo, recordamos que dias antes da finalização desta pesquisa presenciamos na Rua da Olaria, a principal do Riacho Doce, uma tumultuada movimentação envolvendo Policiais, traficantes e moradores do local.

Supostos traficantes alvejaram vários tiros contra a Polícia e vice e versa, havendo apreensão de armas e alguns pacotes de droga que não foi possível identificar e prisão de alguns traficantes.

Situações como esta são cada dia mais freqüentes, “virou rotina” como muitos moradores reforçam. Neste local, os riscos são freqüentes, a “doçura” que o nome do lugar sugere, está longe de existir, ao contrário, o cotidiano é traduzido por muitas amarguras como a falta de infra-estrutura, que só existe nas ruas mais centrais, pelo estado miserável de muitas moradias, pela exposição de crianças e adolescentes a todo tipo de risco e marginalidade inclusive a violência doméstica.

A verdade é que não parece possível estabelecer relações diretas entre os vários tipos de violência, as questões que envolvem cada tema são muito particulares. Entretanto, parece haver a tendência a se generalizar o fenômeno violência, ou quando não, justificá-la através da polêmica controversa ligação entre violência e pobreza.

É preciso compreender que não é pertinente entender o crime e a violência a partir de conceitos deterministas e reducionistas, mas perceber que é inegável que outros fatores, como as crises sociais e econômicas estão inegavelmente associadas ao aumento e não a determinação de certos tipos de crimes, ou seja, que esta equação não se explica pela relação direta e imediata entre baixa renda e criminalidade.

Assim, argumentamos a favor de vários pontos de convergência entre pobreza, exclusão social e crime, sem, contudo, adotar a conclusão do senso comum de que a pobreza é o elemento factível, ou o componente essencial para o desencadeamento da criminalidade, o que nos permitiu despir da precipitada conclusão acerca da interseção entre pobreza e exclusão como determinante para a criminalidade.

O que se percebeu é que a violência e o crime, muito além da situação de pobreza, advém da falta de oportunidades para o desenvolvimento de competências inerentes a todo ser humano e a necessidade de ambientes que os favoreçam, o que não permite, por exemplo, que a grande maioria da juventude pobre se qualifique e se insira dignamente no mercado de trabalho, encontrando desta forma, alternativas no mundo da marginalidade e do crime como única forma de sobrevivência.

Sem contar que o preconceito e as constantes atitudes estigmatizantes, tanto por parte da população civil quanto dos Agentes de Segurança Pública, fortalecem sentimentos de baixa estima nos indivíduos e famílias de baixa renda, favorecendo comportamentos socialmente inadequados.

Os números registram crimes contra a vida, o patrimônio e os costumes e são apresentados para a sociedade como números absolutos, como se a quantificação de um determinado tipo de crime falasse por si própria. A opinião pública, por exemplo, utiliza as estatísticas da criminalidade como um dos parâmetros que orienta a discussão. As estatísticas são produzidas a partir dos números da Polícia, através dos registros e boletins de ocorrência, cujos exemplos estão expostos em capítulos ou anexos deste estudo. Alguns deles, inclusive, comprovando que o espaço Riacho Doce, inserido no Bairro do Guamá, conjuga um dos espaços de maiores delitos da capital.

Neste estudo o modo como os grupos sociais interpretam a violência ou se associam, está relacionado com a posição deste grupo dentro do Riacho Doce, como são as condições e a qualidade de vida, incluindo a distribuição e tipo de atividade criminal que o grupo experimenta: assaltos, tráfico de drogas ou de influências, extorsão, dentre outros. Neste sentido, buscamos destacar a "importância simbólica da violência", o contexto onde ocorreu e os valores ligados a ela.

Existe uma dinâmica, em forma de linguagem que comunica as formas de sociabilidade, os arranjos da vida, as redes de relações, as estratégias de sobrevivência, o lugar que estas pessoas ocupam no local, o que implicou a necessidade de não perder o foco de nossa investigação que se relacionou com os atos de transgressão e sociabilidade que ocorrem entre os pares neste espaço, além da observação de outras categorias consideradas essenciais para composição deste trabalho.

Isto implicou, portanto, a necessidade de compreender o fenômeno da violência a partir do levantamento de variáveis que estabelecem, fortificam e permitem a manutenção da violência e da criminalidade. A compreensão dessas variáveis só se tornou possível em razão do vasto levantamento teórico que nos permitiu a ordenação de capítulos distintos que discutiram categoricamente cada uma delas para que fosse possível compreender o fenômeno investigado de forma mais abrangente.

A breve contextualização sobre o espaço de ocupação Riacho Doce nos possibilitou entender que as comunidades e a vida local, enquanto categorias sociais ativas nos discursos do cotidiano e nas práticas sociais, aparecem como o incremento nas dinâmicas das cidades. Desta feita, foi relevante estudar alguns aspectos da comunidade, demonstrando que algumas dinâmicas lá observadas a convertem em uma comunidade específica da Grande Belém (com história, política, expressão e ação coletivas, caminhos e descaminhos), isto é, ações geradoras da cidade, das quais estão incluídos os fenômenos eleitos neste estudo.

Procurados dar enfoque a questão da violência urbana e da criminalidade, buscando também alguns enfoques históricos, de forma a desmistificar a idéia que muitos têm da cidade como geradora da violência, ou seja, do binômio cidade-violência, sem, contudo deixar de lembrar de que a violência é um fenômeno antigo, e que muito antes da existência dos aglomerados urbanos, o campo da mesma forma foi espaço de inúmeros conflitos.

Vale lembrar que a violência ocorre na cidade em função da densidade geográfica, pelas oportunidades de trabalho que a cidade oferece, pelo poder político que aqui se estabelece e pelas contradições sociais e culturais que emergem de seus espaços públicos e privados. A mesma resulta do novo "tribalismo" das gangues que não é propriamente um produto da cidade e sim da insatisfação dos jovens com o seu futuro, da falta de perspectiva, da repressão policial, do sentimento de estarem sistemática e estruturalmente excluídos dos benefícios da modernidade, e das riquezas da economia globalizada.

Sobre as peculiaridades da violência na Região Metropolitana de Belém, através dos dados estatísticos nos órgãos especializados e nas exposições midiáticas, muitos fatos serviram de modelo para os conceitos que discutíamos e apontávamos teoricamente. O resultado da análise desses elementos nos fez perceber que em suma, a violência urbana tem raízes econômicas, políticas e sociais, cuja dinâmica cabe examinar com mais acuidade.

Para compor este estudo, foi necessário também buscar argumentos que fossem essenciais para compreender as Instituições de Segurança Pública no Brasil, especialmente a Polícia Militar, e a sua controversa posição de Agente policial na atual conjuntura social brasileira. Evidenciamos a estrutura militar da Polícia no Brasil, destacando especialmente a Polícia do Pará, e os fatores históricos que concorreram para que a mesma adquirisse as características que ora possui.

A história da nação brasileira está aí para testemunhar os inúmeros episódios de violência que ocorreram ao longo do tempo: no modo como o país foi colonizado, no sistema escravocrata, na repressão às reivindicações e lutas populares, seja nas cidades ou no campo. Há ainda a violência cotidiana entre as pessoas nas inter-relações sociais. Além, é claro, da clássica violência dos aparelhos repressivos do Estado, neste caso a ditadura militar dos anos 60/70 que foram expostos neste trabalho na tentativa de argumentação.

Percorrer os caminhos históricos da nação brasileira durante os anos de repressão da Ditadura Militar nos permitiu entender a características do modelo de Agentes de Segurança a qual nos propomos estudar, ou seja, a Polícia Militar. Neste contexto, abordamos a história sócio-política e suas respectivas características e os fatos que pareceram mais pertinentes ao estudo em questão. Lembrando a violência historicamente adotada pela Polícia e pelo exército, com o apoio da Lei, portanto legal, o que resultou em muitos episódios, no fortalecimento dos aparelhos de repressão do Estado.

Embora haja relatos e evidências do descrédito por parte da grande maioria da população em relação à Instituição policial, em função da ineficácia de algumas de suas ações e determinados comportamentos adotados por estes: violência, corrupção, tráfico de influências, dentre outras coisas, nos esforçamos em mostrar que por trás desses comportamentos existem outros fatores que promovem ou facilitam tais debilidades.

A conclusão é a de que alguns elementos preponderantes contribuem para o descrédito do Sistema de Segurança Pública no Brasil como um todo. Alguns deles destacados dizem respeito à falta de investimento, o que conseqüentemente resulta na má qualificação dos profissionais, desencadeando atitudes de violência, na ausência de uma gestão adequada e capacitada, derivando a inaptidão para a avaliação de programas e iniciativas, que merecem ser tomadas com precisão.

Identifica-se dessa forma, uma lacuna básica quanto aos recursos de inteligência, visto que, “a violência no meio policial, por exemplo, é um dos mais seguros indicadores a respeito da ausência de uma postura profissional e, portanto, da má formação¹¹²”.

¹¹² Rolim (2006)

Em contrapartida, não podemos deixar de lembrar que o ofício policial no Brasil tem também outros contra-sensos. Cogita-se muito sobre direitos humanos dos negros, dos desfavorecidos socialmente, dos encarcerados, das crianças e adolescentes de rua, dentre outros, mas pouco se fala sobre direitos humanos na e para a Polícia.

Ao mesmo tempo em que esses setores da sociedade clamam por seus direitos, ocorre da mesma forma com as Polícias, muitos policiais entrevistados demonstraram o descontentamento sobre as condições inadequadas de trabalho. Que redundam nos constantes riscos inerentes à profissão, nos baixos salários, nas cobranças públicas, nas precariedades dos equipamentos e na falta de manutenção dos mesmos. Combinações que contribuem para a insatisfação da profissão e levam a comportamentos desviantes incentivando a corrupção e a violência, o artifício do “bico”, como forma complementar da renda familiar e o mais agravante a baixa estima.

Esses fatores também contribuem de forma cabal para destacar esses profissionais como indivíduos socialmente marginalizados na escala social do prestígio, razão que pode refletir nas conseqüências do processo de constituição social de suas identidades¹¹³.

Citamos a questão dos direitos humanos para os policiais para mostrar a importância do tema da Segurança Pública no âmbito desses direitos para os profissionais que fazem a Segurança Pública.

Queríamos provocar o leitor a pensar nas condições que operam os profissionais dessa área, como as próprias condições de segurança, o nível de treinamento, se a Instituição tem uma política de combate ou pelo menos de controle do estresse. Pois de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a profissão de policial é a mais estressante no mundo inteiro¹¹⁴.

Por isso, é necessário que a Instituição crie programas não improvisados, mas permanentes para que se diminua o estresse a que estão expostos cotidianamente. Tudo isso para manter a integridade psicológica dos mesmos. Isso, por certo, aumentará a eficiência e a qualidade da intervenção policial.

¹¹³ Muniz (2006)

¹¹⁴ Fonte: www.who.int/mental_health/policy/Livroderecursosrevisao

É preciso entender que a política de direitos humanos também no âmbito da segurança Pública como uma política fundamentalmente de direitos humanos também aumenta a eficiência, não somente para os policiais militares aos quais nos referimos neste estudo, mas da mesma forma aos Policiais Civis, Federais, Rodoviários, Guardas Municipais, sugerindo que é possível com o aumento da eficiência, da auto-estima, da autoridade, a Instituição de Segurança Pública conjugar de maneira indissociável o binômio Segurança Pública e direitos humanos, mostrando que no estado de direito democrático é possível, necessário e interativo que tenhamos uma Polícia democrática e com absoluta eficiência.

De certa forma, o maior de todos os desafios deste estudo foi o de ter que explorar de forma mais efetiva as conexões entre os pressupostos teóricos de nossa problemática e a comprovação dos eventos que sustentariam a hipótese de uma sociabilidade integradora entre distintos grupos culminando as diversas violências observadas no espaço de ocupação Riacho Doce.

Para entender essas sociabilidades e chegar a uma conclusão mais apurada, foi necessário analisar e compreender muitos conceitos que fossem úteis para entender a dinâmica da transgressão e da violência nesse meio social. O primeiro desses conceitos, e não poderia ser diferente, referiu-se à sociabilidade, ou seja, da interação que ocorre entre indivíduos com base em impulsos que levam a interesses comuns, a formação de uma unidade e conseqüentemente a uma sociabilidade.

Mostramos que no espaço investigado ocorrem as mais diversas sociabilidades, quer sejam de forma positiva, ou negativa. No entanto, focalizamos àquela mais alusiva ao nosso foco de interesse, ou seja, as formas de organização social das forças que definem o crime comum violento.

A partir das sociabilidades percebidas foi possível descobrir que há uma conjunção de elementos que permitem uma dinâmica de criminalidade tão funcional, que nos faz acreditar que existe no Riacho Doce uma rede de crime tão bem organizado que pode fazer inveja a muitas instituições legais.

Expusemos, por exemplo, as inegáveis relações de poder que se manifestam nas diversas situações, quer sejam entre os marginais da área, chefes de gangues, donos do tráfico de droga, pequenos assaltantes, ou entre Policiais corruptos. Cada um desses grupos se destaca pelas suas auto-representações.

Como, por exemplo, a imagem do citado transgressor da área, conhecido como Rato Branco, e o poder simbólico que a própria população lhe confere, mesmo sabendo que o mesmo vive à margem da Lei.

Não foi difícil perceber que entre as diversas sociabilidades e relações de poder, que bandido e mocinho facilmente podem ocupar o mesmo lugar. Como julgar esses fatos se na multiplicidade de tantos eventos, onde se percebe inúmeras transgressões, em um primeiro momento a população local se vê acuada pelas ações transgressoras de bandidos conhecidos e em outro momento não podem confiar na Segurança que lhes é oferecida, já que não foram poucos os relatos dos moradores que denunciavam ações ilícitas dos policiais da área.

Afirmamos que por um lado estão os grupos marginais que residem na área impondo seu poder simbólico determinado pelas ações do crime e do medo, e por outro os Agentes de Segurança Pública que se beneficiam do status social e também impõem seu poder de dominação sobre outros grupos de caráter diferenciado.

Boa parte deles cria parcerias criminosas a fim de obterem lucro de negócios ilícitos. Em um primeiro momento há uma integração conciliadora e utilitária, passado esse momento, essa integração se mistura com a maneira de considerar o outro como um personagem que tem que ser destruído fisicamente. O rival passa a ser não simplesmente um competidor, mas o inimigo a ser destruído, e é isso o que estimula a violência entre os pares.

Expusemos depoimentos de moradores que claramente afirmam que entre policial e bandido, não há distinção de caráter. Em determinados momentos existe uma integração criminosa entre eles, não podendo determinar, portanto quem é quem nesses papéis.

Em muitos relatos foi perceptível as queixas de abuso do poder policial. Por tratar-se de uma área da cidade considerada de alto risco, onde a pobreza e a exclusão são determinantes, o poder policial aí se investe de forma impositiva, criando sentimentos de medo significando muito mais ameaça do que segurança, o que reverbera na violência policial, e na falta de limites institucional.

Muitas outras conseqüências das sociabilidades violentas são relatadas, dentre elas a incontestável presença do comércio de drogas e armas que ocorrem no espaço investigado e outros bairros adjacentes tão violentos quanto este como pode ser comprovado nas estatísticas contidas neste estudo.

A partir da ótica dos vários autores citados, exploramos a dinâmica do comércio das drogas, destacando as conseqüências que o mesmo trás para crianças e adolescentes do Riacho Doce, que vivem em péssimas condições econômicas e são atraídos pelas vantagens dos ganhos que podem obter, fazendo parte desse universo de criminalidade.

Relatamos a trajetória desses “meninos” e as circunstancias que favorecem neste espaço a juvenlização do crime potencializados pela falta de oportunidade, pela precariedade da formação educacional, pela ausência dos pais, que por força das circunstâncias, são obrigados a ficar fora o dia todo em trabalhos que mal dão para o sustento da família e na maioria das vezes nem tem conhecimento do envolvimento dos filhos nessas ações criminosas.

O pior de tudo isso foi descobrir que pessoas comprometidas com a educação, como alguns funcionários da UFPA, favorecem a construção dessas redes de tráfico. A conclusão que se chega é a de que os danos já são coletivos, já que os jovens estão sendo envolvidos, estão sendo atraídos, estão cada vez mais comprometidos com atividades violentas e criminais.

É preciso uma reversão nesse processo civilizatório e para isso, é preciso criar estratégias que faça com que esses jovens sejam atraídos para as atividades que eles possam também construir uma imagem de si mesmos como homens valorosos, corajosos, que tenham hombridade, que tenham força, que tenham coragem, mas em atividades em que eles aprendam o respeito ao outro, e a sensibilidade em relação ao sofrimento alheio, e não essa coragem destruidora, como está se desenvolvendo nessa socialização feita nesta comunidade.

Transformamos a finalização desse trabalho em um apêndice com questões tão importantes quanto as questões dispostas nos capítulos anteriores a ela. Nele continuamos a discutir fatos e comprovações incontestáveis de eventos observados antes e durante esta pesquisa.

Relatos de eventos fornecidos por adolescentes de nosso convívio que comprovadamente são donos ou “aviões” do tráfico de drogas. Nesses relatos capturamos uma série de sentimentos, de expressões e fatos que efetivamente não tínhamos a menor idéia que pudesse ocorrer em um espaço tão pequeno como o Riacho Doce. Tínhamos a priori uma idéia parca da criminalidade, dos pequenos assaltos, transgressões comuns do cotidiano das cidades, mas de forma alguma podíamos avaliar no início desta pesquisa a gravidade dos fatos.

A conclusão que chegamos é de que existem vastas redes de sociabilidade, quer sejam entre transgressores, indivíduos perigosos, Agentes de Segurança Pública envolvidos em ações altamente ilícitas e a própria comunidade. Uma comunidade “silenciosa” obrigada a conviver com toda sorte de infortúnios, coagidos pela Lei do silêncio, pela lei do mais forte, pela pura necessidade de sobreviver.

Dentro do mundo da Polícia, salvo às exceções, um outro mundo de criminalidade e violência jamais pensado, que extrapola qualquer estilo de decência e comprometimento com a causa da segurança.

Mostramos alguns exemplos de desvios de conduta que buscamos na Ouvidoria Pública do Estado como forma de comprovar as suspeitas levantadas quanto ao comportamento desviante de alguns policiais e seus comparsas na área do Riacho Doce e Bairro do Guamá. Dentre os desvios mais graves, estão às transgressões que indicam abuso de força, violência contra a pessoa, abuso de poder, homicídio e conduta desviante (corrupção e extorsão).

Desejamos concluir essas idéias, lembrando Vicente Tavares quando diz que é preciso falar em educação policial, em educação dos profissionais de segurança exatamente porque, assim como a modernidade não conseguiu realizar as quatro primeiras gerações de direitos humanos, todo um resto de direitos não realizados, toda uma poeira de garantias não afirmadas estão aí para serem feitas que aponte para uma Segurança Pública cidadã, que aponte para profissionais educados, e não apenas treinados ou adestrados.

Essa dissertação de mestrado permitiu a realização de um exame extensivo da metodologia adotada, em todos os seus aspectos: desenho de análise, coleta de informações, codificação das imagens e dados estatísticos e descrição dos resultados.

Por fim este estudo tratou da transgressão e violência no espaço de ocupação Riacho Doce, levando em consideração os aspectos das múltiplas sociabilidades geradoras do crime. A comprovação empírica da hipótese de que a sociabilidade tem um papel significativo na composição do crime e no desempenho inadequado do Polícia, poderá suscitar a apresentação de propostas que, ao menos minimizem essa ameaça no espaço investigado.

Esse efeito poderá ser alcançado com o esforço contínuo das forças de Segurança que atuam na área e com o estímulo de outras pesquisas em torno do

tema, que possam permitir maiores reflexões sobre a questão da segurança não só no local investigado, mas em outras localidades da região metropolitana de Belém.

Este estudo por si só não tem a pretensão de criar tal mobilidade, mas de certa forma representa uma tímida iniciativa de investigação sobre as questões de violência da área já que não foi possível encontrar outros trabalhos sobre sociabilidade e violência alusivos especificamente a este espaço social.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Mirian (et al). **Ganges, Galeras, Chegados e Rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Gramond, 2004.

ADORNO, Sérgio. **Conflitualidade e Violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade**. In: _____ **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 10(1): 19-47, maio, 1998.

ALVES, Joana Valente Santana. **Belém: A Capital das Invasões** (Dissertação de Mestrado). UFPA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, Pará, 1997.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

ARNS, Paulo Evaristo C. **Brasil nunca mais**, Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2001.

BARREIRA, César. **Crimes por Encomenda: Violência e Pistolagem no Cenário Brasileiro**. Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará, 1988.

BEATO, Cláudio C. **Políticas públicas de segurança e a questão policial**. Disponível em: <http://www.scielo.br>, acesso em 12 de dezembro, 18:31

BECK, Ulrich. **A Reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva**. In: _____ **Modernização Reflexiva na Ordem Social Moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

BERLINCK, Manoel T. **Marginalidade Social e relações de classe em São Paulo**. Rio de Janeiro, Vozes, 1977.

BOFF, Leonardo. **A Violência policial e a Questão Social**. Disponível em: <http://www.exemplo.com.br>. Acesso em: 15/05/2007 às 13:31h.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. **A cultura policial e o policial Civil Carioca**. In: _____ **Cidadania Justiça e Violência** (Orgs) Dulkce Chaves Pandolfi...[et al], Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

BRITO, Daniel Chaves de. **Ambivalência e Medo: Faces dos Riscos na Modernidade.** In: _____ BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José (org.), *Violência e Controle Social: reflexões sobre práticas de segurança pública.* Belém: NUMA/UFPA, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Ed. 34; Edusp. 2000.

CANO, Ignácio. 2003. **Violência policial.** In: _____ *Execuções sumárias no Brasil – 1997-2003.* Rio de Janeiro: Centro de Justiça Global.

CARDIA, Nancy. **O medo da Polícia e as graves violações dos direitos humanos.** In: _____ *Tempo Social. Revista de sociologia da USP, São Paulo, 9 (1): 249-265, Maio, 1997.*

_____. **Jovens violência fatal, superposição de carências e mercado de trabalho.** Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down>. Acesso em 22 de novembro de 2007, 21:04.

CASSIER, Ernest. **A Filosofia e Sua Forma Simbólica.** Vol. I. Nova Havem: Universidade de Yale, 1993. Traduzido por Charles Hendel.

CASTEL, Robert. **Les Métamorphoses de la Question Sociale.** Paris, Fayard, 1995.

CASTELLS. Manuel. **O Poder da Identidade.** Trad. Klauss Brandini Gerhardt. Vol. II, 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CAVALLARO, James Louis. **Brutalidade policial, Sociedade Civil e Democracia; Reflexões Baseadas na Comparação entre Brasil e Estados Unidos.** 2004. Disponível em: <http://www.lsi.usp.br/cavallaro/mensagem.html> Acesso em: 23 dez. 2006, 19:51: 53.

CENTRO ESTRATÉGICO INTEGRADO. **Análise Estatística dos Crimes Registrados na Região Metropolitana de Belém (RMB) no Ano de 2006.** Belém, Janeiro de 2007.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

CONDURU, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de Trabalhos Acadêmicos: Normas, critérios e Procedimentos**. 3ª ed. NUMA UFPA, Belém, Pará, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. **As faces da violência**. Disponível em: <http://www.uol.com.br/percurso/main/Entrevista>. Acesso em 11 de dezembro de 2007, 22:47.

DaMATTA, R. **As raízes da violência no Brasil**. Em P. S. Pinheiro (org.), *Violência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

DANRENDORF, Ralf. **A Lei e a ordem**. Brasília, DF: Instituto Tancredo Neves. [Bonn, Alemanha]: Fundação Friederich Naumann, 1987.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. In: _____ Papers. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 1993. Proposta. Rio de Janeiro, Fase nº 45, 1990.

_____. **Crise urbana**. Revista Proposta. Rio de Janeiro. Ano 22 n.62 set 1994.

DOMINGUES, José M. **Sociologia e Modernidade: Para Entender a Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DURKHEIM, Émile. **A regras do Método Sociológico** (2004 [1895]). São Paulo: Martin Claret, 2004.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, L. John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sussekind, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

ESPINHEIRA, Gey. **Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador**. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicações>. Acesso em 08 de setembro de 2007 às 21:28h.

FERRAZ, Hermes. **A violência Urbana: ensaio**. São Paulo: João Scortecci Editora, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo. Círculo do Livro, (1992 [1933]).

GEPEC. Grupo de Estudos e Pesquisas Estatísticas da Universidade Federal do Pará. Relatório da **Análise Estatística dos Crimes Registrados na Região Metropolitana de Belém (RMB) no Ano de 2006**, UFPA, Jan/2007.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. Editora UNESP, São Paulo, 1991.

_____ ; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Sonhos urbanos e pesadelos metropolitanos: violência e segregação na cidade do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.br&q.Violenciaurbanaeglobalizacao.btng/Pesquisa.html> Acesso em: 19/01/2007, 16:34h

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. **Violência Urbana: um problema social**. In: _____ **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP. São Paulo, 10 (1): 105 – 119, Maio, 1998.

HARD, Michel; NEGRI, Antônio. **Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império**. Tradução Clóvis Marques. - Rio de Janeiro: Record, 2005.

HASSENPFUG, Walderez Nosé. **Educação Pelo Esporte: Educação Para o Desenvolvimento Humano**. São Paulo, Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2004.

HUGGINS, Martha K. & HARITOES-FATOUROS, Mika H. & ZIMBARDO, Filipe G. **Operários da violência**. Brasília. Editora da UNB, 2006.
LAKATOS, E; MARCONI, M. **Metodologia Científica**, 11º São Paulo: Atlas, 1997.

LEEDS, Elizabeth. **Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local**. In: _____ ZALUAR, A; ALVITO, Marcos (orgs). **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignácio. **Quem Vigia os Vigias? Um estudo sobre o controle externo da Polícia no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIMA, Roseane Magalhães. **Uma dupla vida de riscos: reflexões sobre o trabalho paralelo (bico) na Polícia Militar do Pará**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Brasil, 2007.

LUNA, S.V. **O Falso Conflito Entre Tendências Metodológicas**. Cadernos de Pesquisa, n.66, p. 70-74, 1988.

MACÉ, Eric. **As formas da Violência Urbana: uma comparação entre França e Brasil**. In: _____ **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 11 (1): 177 -178. Maio, 1999.

MACHADO, da Silva Luiz Antônio. **Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil Urbano**. In: _____ Sociedade e Estado. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, V.1 nº 1 pg 53-84. 2004.

MACHADO, E. P.; NORONHA, C. V. **A Polícia dos pobres: Violência policial em classes populares urbanas**. In: _____ Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7. , p. 188-221. Jan/Jun 2002.

MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/luciano101.html>. Acesso em 22/02/2007, 12:54.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade Desigualdade e Violência**. São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/04textos/metrperif.pdf>, Acesso em: 04 de dezembro de 2006, 14:45h.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997 (Coleção Temas da Atualidade).

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTUCCELLI, Danilo. **Reflexões sobre a violência na condição moderna.** In: _____ **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 1999, Vol. 11 (1): 157-175, maio.

MAUÉS, Josenilda. **Vestígios de Investigações sobre currículo e formação de professores.** In: _____ Currículo e Políticas Públicas (orgs) Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MELGAÇO, Lucas de Melo. **A geografia do Atrito: Dialética espacial e violência em Campinas - SP.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil, 2005. Disponível em: <http://www.docentes.puc-campinas.edu.br>. Acesso em 24 de setembro de 2007, 16:47.

MENDONÇA, Kátia Marly Leite. **Por Novas Relações na Esfera Pública: Ética e Não-Violência.** In: _____ Violência e Controle Social: reflexões sobre práticas de segurança pública. BRITO, Daniel Chaves; BARP, Wilson José (orgs), Belém: NUMA/UFPA, 2005.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Segurança, Justiça e Direitos Humanos no Brasil.** In: _____ Segurança Pública e Violência: O Estado está cumprindo o seu papel? / Renato Sérgio de Lima; Liana de Paula (organizadores) – São Paulo: Contexto, 2006.

MICHAUD, Y. **A violência.** São Paulo, Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria Método e Criatividade.** Petrópolis, Vozes, 1994.

_____. **Violência como Construção Social – refletindo com os jovens.** In: _____ Agenda Pública – Drama Social. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

MISSE, Michel. **Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva (2007a).** Disponível em: www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/.pdf. Acesso em 08/09/2007, 21:09h.

_____. **O Movimento. A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência (2007b).** Disponível em: www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/.pdf. Acesso em 26/02/2007, 17:00h.

_____. **Violência: o que foi que aconteceu?** (2007c). Disponível em: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos.pdf>, Acesso em: 22/02/2007 12:10h.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da USP, 2001 (Série Polícia e Sociedade; nº 3).

MUNIZ, Jacqueline. **Direitos Humanos na Polícia**. In: _____ Renato Sérgio de Lima, Liana de Paula (orgs) *Segurança Pública e Violência; o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto, 2006.

NASCIMENTO JUNIOR, Manoel Santino. **Prefácio**. In: _____ *Violência e Controle Social: reflexões sobre práticas de segurança pública*. DANIEL, Chaves Brito; BARP, Wilson José (orgs), Belém: NUMA/UFPA, 2005.

NASSAR, Flávio. **Um olhar sobre a Belém de 387 anos**. *Jornal Beira Rio*. Informativo da Universidade Federal do Pará, Ano I, nº 05, Belém, Pará, Janeiro de 2003.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa, características usos e possibilidades**. Disponível em: [http://www.ead.fea.usp.br/cad-p\(2005\)/arquivos.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/cad-p(2005)/arquivos.pdf). Acesso em: 07 de dezembro de 2006, 14:41.

OLIVEIRA NETO, Sandoval Bittencourt de. **Quando Mais é Menos: Crítica aos indicadores de desempenho da Política de Integração da Segurança Pública do Estado do Pará**. In: _____ BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José (org.), *Violência e Controle Social: reflexões sobre práticas de segurança pública*. Belém: NUMA/UFPA, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A Sociologia do Brasil Indígena** (ensaios), Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; São Paulo, Editora da USP, 1972.

PAIXÃO, Antônio Luiz & BEATO, Cláudio C. **Crimes, Vítimas e Policiais**. In: _____ *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo. 233-248. Maio, 1997.

PAULA, Liana de (orgs). **Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?** – São Paulo: Contexto, 2006.

PINC. Tânia Maria. **O Uso não letal da força pela Polícia nos encontros com o público.** 2006, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência, crime e sistemas Policiais em países de novas democracias.** In: _____ Tempo Social, Revista sociológica da USP. São Paulo 9(1): 43-52. Maio, 1997.

PORTO, Maria Stela Grossi. **A violência entre a inclusão e a exclusão social.** In: _____ Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 12(1). 187-200. Maio 2000.

ROCHA, Marilene Souza Pantoja da. **Chacina do Parr: Dimensões da Violência policial.** 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Antropologia. Universidade Federal do Pará, Brasil, 2005.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROLIM, Marcos Flávio. **A Síndrome da Rainha Vermelha: Policiamento e segurança pública no século XXI.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SANTANA. Joana Valente. **Políticas Públicas em Habitação na Região Metropolitana de Belém** (Monografia) - Biblioteca do NAEA, Belém Pará – 1994.

SANTOS, B.S. **Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo, Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993. B

_____. **Metrópole corporativa fragmentada.** São Paulo, Nobel: 1990.

SCHILING, Flávia. **Um olhar sobre a violência na perspectiva dos Direitos Humanos: A questão da vítima.** Revista IMESQ, nº 02, pp. 59-65. 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERÁFICO, José. **Sentimento e Inteligência.** Jornal O Liberal, Belém, Pará, P. 02, Fevereiro de 2007.

SIMMEL, Georg. **Sociologia** / Organizador da coletânea Evaristo de Moraes Filho; [Tradução de Carlos Alberto Pavanelli. et. al.], São Paulo: Ática, 1983.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança Pública: presente e futuro**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em 22 de maio de 07, 10:39.

SOUSA, Romier; COSTA, R. Gisele da. **Sonhos e ilusões: um estudo sobre a formação de quintais em uma ocupação urbana no município de Belém-Pa**. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias), Centro de Ciências Agrárias. Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar – NEAF, Programa de Pós-graduação em Agricultura Amazônica –MAFDS, Universidade Federal do Pará, 2006.

STOTZ, Eduardo Navarro. **Pobreza e Capitalismo**. In: _____ Para Compreender a Pobreza no Brasil. Orgs: Victor Vicente Valla, Eduardo Navarro Stotz, Eveline Bertino Algebaile. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

TAVARES DO SANTOS. **Globalização, Conflitualidade e Violência**. *Revista Crítica de Ciências Sociais* Nº 57/58 Junho/Novembro de 1997.

TRINDADE JUNIOR, Sant-Clair Cordeiro da. **Produção do Espaço e Uso do Solo Urbano de Belém** (Mestrado – Universidade Federal do Pará), Editora do NAEA, 1997.

WOLFF, Francis. **Quem é Bárbaro?** In: _____ Civilização e Barbárie, (Orgs), São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro. Revan. Ed. UFRJ, 1994.

_____. **Violência e Criminalidade**. In: _____ Seminário Nacional de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br> Acesso em: 15/08/2007 às 22:30h.

_____ & ALVITO, Marcos (orgs). **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

ZICCARDI, Alicia. **Pobreza e Crise Social: Os reflexos da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

APÊNDICE – CASOS EXEMPLARES

A finalidade dos episódios descritos neste apêndice é a de legitimar determinadas suspeitas à cerca das dinâmicas e sociabilidades que abrigam e permitem as práticas criminosas na área de ocupação Riacho Doce. No entanto, para encontrar os “tais” vestígios das sociabilidades largamente discutidas neste texto, foi necessário ir muito além da apreensão subtraída dos princípios teóricos erigidos.

Neste espaço reservado a constatação de eventos supostamente pensados sobre as práticas criminosas perpetradas por vários atores sociais, focalizamos alguns episódios importantes que assinalam a veracidade dos atos de transgressão no espaço investigado a partir de sociabilidades entre diversos pares. Evidenciamos também outros episódios e diversas dinâmicas que envolveram alunos, professores e outros funcionários do PRD, Agentes de Segurança Pública e comunidade em geral.

Constatados os fatos, nos detemos na discussão de alguns princípios teóricos que facilitaram a interpretação de alguns dos episódios que ilustram comportamentos desviantes. Iniciamos com o depoimento de um adolescente do local, embora jovem, já está inserido na rota da criminalidade. Tal depoimento trás em seu contexto um relato digno de ser avaliado tamanha a riqueza de pormenores.

A – Episódio nº 01

A longa história de uma curta vida: relatos de um adolescente

Não tem solução, não tem solução o negócio é pegar seda (droga) e ter dinheiro na mão,
 Não tem saída não, é isso aí meu irmão se você namora a branca (cocaína)* tem que virar avião, (transportador de droga)*
 Eu não quero ser brinde (mau funcionário)* pra pagar mico (vergonha)* não,
 É melhor pegar a cana (cadeia)*¹¹⁵ que ferir nosso irmão. Não tem solução, não tem solução (Parte de um rappe composto e cantado por um avião do Riacho Doce, 16 anos).*

¹¹⁵ Grifos nossos.

Muita gente entra nesse mundo da droga por necessidade, ou por ambição. Eu não, eu entrei nessa vida porque eu achava bonito, me sentia importante. Sentia um arrepio, uma emoção, desde criança. Ficava esperando horas até os “gerentes” chegarem lá em casa. Achava bacana aquelas pessoas terem armas, ver pistolas, e outras armas que eu nem sabia o nome direito me deixava arrepiado. E eu ficava horas pensando: Quando eu crescer também vou ter uma arma dessa, eu pensava que gente que tinha arma era mais forte que todo mundo, era como os heróis dos desenhos da televisão, venciam sempre quem tinha as armas mais potentes. Acho que eu vivia num mundo dos sonhos, hoje virou realidade, mas esse sonho pode virar pesadelo a qualquer hora.

Naquela época, os “funcionários” do meu pai (ele era o patrão) chegavam e jogavam um montão de dinheiro em cima da mesa, depois meu pai dividia tudo direitinho e dava uma parte para cada um. Eu não via ninguém, brigar por nada, ou reclamar de qualquer coisa, no final do acerto todo mundo dava gargalhada feliz.

Eu também ficava feliz, eu achava que de todo o bairro e de toda a escola eu era o mais rico de todos, mas eu não gostava de ir pra escola, eu não ia pra escola, meu negócio era ver todo aquele movimento que me encantava, eu não podia perder nenhum detalhe Dinheiro não era problema, eu e meus irmãos podíamos escolher qualquer coisa no armarinho do seu [...], meu pai nem perguntava o preço das coisas.

Se a gente gostasse de uma bermuda, uma camisa ou um tênis, era só ir lá com minha mãe buscar, meu pai dava muito dinheiro pra ela comprar tudo que os filhos queriam e o dinheiro que sobrava ele dava pra gente gastar. Depois ele teve que ir embora, fugindo da Polícia, foi aí que as coisas mudaram lá em casa, a situação ficou ruim. Sorte que eu já tinha aprendido muita coisa... Eu aprendi a “bater” droga com 11 anos¹¹⁶. Tinha um cara que trabalhava pro meu pai, o Negão, que batia pó muito bem, e ele me ensinou tudo do jeitinho que ele fazia.

¹¹⁶ De acordo com Zaluar (2004, *passim*), pesquisas indicam que a idade de ingresso no tráfico é muito baixa. A taxa, a proporção, entre os homens jovens, aumentou extraordinariamente é o que apontam os dados levantados partir de pesquisas em relação à criminalidade. Em Cuiabá, era de 2,1 por 100 mil habitantes; hoje, está 107 por 100 mil, na faixa etária a partir da adolescência. Em Recife, era de 22,4; e, hoje, estaria entre 142,7. No Rio de Janeiro, esse índice já era alto em 1980 e já dobrou.

Não há tanta diferença assim no coeficiente na taxa. Já entre os jovens, só na década de 90, verificou esse aumento contínuo. Além do mais, os homens jovens participam como vítimas em 93% dos casos homicídio. Todos os pesquisadores são unânimes em dizer que não são apenas vítimas, mas também os autores de homicídios.

Hoje, há mais traficantes menores integrando quadrilhas do que mais velhos. A renda mensal foi calculada entre 600 e 1 mil reais para um olheiro. Os dados obtidos a partir de entrevistas, indicam que, em alguns locais,

Hoje a gente bate o pó do jeito que os caras encomendam, tem gente que gosta da branca bem fraquinha, aí a gente mistura com sorrisal ou farinha de trigo só dá pró cara ficar bacana, a droga pura é muito cara, e essa misturada um pacotinho a gente pode vender por cinco ou dez reais depende da cara do freguês.

Quem tá dentro conhece muito bem a linguagem da droga, a cocaína é branca, maconha é seda, o crack é preta, o ecstasy é leda, a droga injetada é soro, brinde é o cara que não faz o serviço direito, cana é a Polícia, X-9 é o traidor, dinheiro é boró, avião é aquele que transporta a droga, navio é o administrador, policial corrupto é avistão, a rede é o contato entre o traficante (o professor da universidade que apresenta a gente prôs alunos). Esses professores às vezes fazem o papel de gerente¹¹⁷, tomam conta do dinheiro. Boca de fumo é o local onde vende e se consome a droga e onde tá o traficante, Iraque e Casa de Pedra é a cadeia, e por aí vai...

Vida de bandido também não é fácil, a gente vive com medo, e geralmente o dinheiro grande que a gente ganha tem que dividir com a Polícia, ou então tem que dar pra advogado tirar a gente da cadeia. Ou então a gente gasta mesmo, nas festas, com a mina. A gente não tem medo de gastar, por que quando a gente precisa de grana a gente ganha fácil¹¹⁸. Mas mesmo assim é uma vida incerta, sabe como é, vida de “vagabundo” geralmente o final é muito triste.

Um dia a Polícia me prendeu dessa vez eu não tinha mais a droga, já tinha vendido pegado à grana, acho que eles (3 Policiais) já sabiam, então me levaram lá pró mangueirão, me bateram muito eu fiquei todo machucado, depois levaram toda a minha grana e o meu celular, tive que andar a pé de madrugada, até chegar no Riacho, ainda bem que era de noite, tive que passar três dias na casa de um amigo pra minha mãe não ver todo fumado.

recebem menos do que isso, com exceção do dono da boca, que recebe muito mais do que os demais. Há gerentes que recebem mais ainda.

¹¹⁷ Outras oposições aplicam-se aos membros das quadrilhas diferenciando os chefes (também chamados “homens de frente”, cabeças) dois que obedecem ao seu comando (também chamados teleguiados) dos que enriquecem como donos de boca-de-fumo e dos que trabalham para o chefe como vendedores, que podem ser, de acordo com a hierarquia, “vapores”, “gerentes”, “aviões” (ZALUAR, 2004, p. 196).

¹¹⁸ O dinheiro no bolso, a conquista das mulheres, o enfrentamento com da morte e a concepção de um indivíduo completamente livre revelam que as práticas do mundo do crime vinculam-se a um ethos da virilidade por sua vez tratado na idéia de chefe. [...] outro arranjo notável é a compulsão a repetir o ato criminoso por causa do consumo orgiástico e que os jovens bandidos expressam na frase muitas vezes repetida: “O que se ganha fácil, sai fácil” (ZALUAR, 2004, p. 196)

Eu tenho vontade de sair dessa vida, mas parece que a gente cria um visgo e por mais que tente não consegue sair. Às vezes eu tenho vontade de ir embora daqui onde ninguém me conhece, pegar a grana que eu juntei e montar um negócio, mas ir pra onde? Mas às vezes eu tenho vontade de montar uma quadrilha pra mim, como as do Bicofe, o maior bandido da Terra Firme, ele é respeitado, só mexe com assalto a Banco.

Quando ele é traído por alguém do grupo dele, ele manda matar no mesmo dia, mas ele sempre faz o enterro do cara e ajuda a família depois¹¹⁹.

O chefe, o que comanda o Riacho Doce é o [...] (ocultou o nome)¹²⁰, ele que manda lá, faz tudo que quer, se alguém quiser dar uma festa de aparelhagem tem que pedir a autorização dele primeiro, porque ele é quem dá proteção nas festas, manda a rapaziada dele ficar de olho na festa, se tem alguém do Pantanal ou da Terra Firme ele faz os caras correr de lá, assim a gente se sente mais seguro, não tem perigo de concorrência nem com a droga e nem com as mina e nem confusão de briga, aí a festa rola legal.

Esse negócio de proteção é muito importante lá no Riacho. Por exemplo, se um desses Play Boy que entrar lá tem que se ligar em alguma “firma”, pra ele ter segurança lá dentro, se ele não se ligar a alguma “firma”, pedir proteção e licença prô [...] a gente manda logo assaltar ele aí ele não volta mais. E dependendo da firma que ele escolhe a gente fica sabendo logo.

¹¹⁹ Por deterem meios de coerção física poderosos, ou seja, as armas de fogo, e por enriquecerem, os bandidos acabam virando uma força política e montando um sistema de poder local. Muitos de seus métodos se assemelham ao do Estado moderno: seu poder está baseado em última instância na capacidade de fogo de suas armas e, com base nisso, às vezes cobram pedágio em pontes, taxas de proteção e comerciantes. Mas não gozam de legitimidade do Estado e, se ganham a aceitação dos moradores locais como protetores e justiceiros, suas relações com aqueles trazem a marca da ambivalência. Estes acabam empregando meios sempre violentos para manter seu poder (ZALUAR, 1994, p. 32).

¹²⁰ Obtivemos informações de que esse líder do Riacho Doce nos conhece, sabe o trajeto que fazemos de carro na ida e vinda para o trabalho, sabe que temos, carro, Laptop e dois aparelhos celulares, mas nos respeita porque conhece o nosso trabalho. Diz que só fazemos o bem para as “criancinhas” do Riacho Doce para que essas crianças não se tornem “vagabundos” como ele (usando auto-expressão). Mandou nos avisar que “autoridade” como a gente que só faz o bem no local, pode ficar despreocupada, porque tem segurança lá dentro, ele mesmo garante nossa segurança, por isso ainda não sofremos assalto.

Outra coisa é quando a gente fica sabendo que o dono de alguma firma ta fraco nos negócios, a solução é mandar matar o traficante, e aí a gente toma a freguesia dele. A senhora já ouviu notícias de cadáver encontrado no Rio Guamá ou na mata da CEASA¹²¹? Pois é!

A gente tem sempre que encontrar uma forma de ter lucro. Por exemplo, o traficante mesmo, ele não consome droga, porque senão ele tem prejuízo, e fica sem moral com os funcionários.

A senhora já viu falar que algum traficante famoso aqui do Guamá ou da Terra Firme tivesse sido preso? Pois é, quem vai preso é o avião, primeiro porque ele geralmente é de menor e quase não pega nada pra ele, o traficante dono do negócio paga a Polícia pra soltar o avião. Quase todos eles têm negócio com a Polícia, então eles mesmos deixam o avião ser preso, ajudam a Polícia a colocar o caso em evidência só pra dar satisfação pra mídia.

Numa boca de fumo, quando o dono ta preso, só fica a mulher, por exemplo, a Polícia sabe, chega invade a casa da pessoa leva tudo lá de dentro, TV, DVD, computador, alegando que tudo foi roubado, aí a Polícia mesmo divide entre eles os aparelhos, cada um fica com uma coisa.

Mas a melhor coisa que tem é o tráfico de armas é melhor que a droga, pois enquanto uma quarta de pó custa R\$ 3.000,00 e é uma quantidade grande, a venda de uma arma dá mais dinheiro. Mesmo porque tem gente que compra consignado, usa a droga e não vende, não consegue o dinheiro pra pagar a dívida, aí dá o maior prejuízo, então a solução é matar o cara. Às vezes o traficante entrega o cara pra Polícia, faz a caveira dele como mal pagador e a Polícia dá um jeitinho nele (mata) e inventa uma história pra boi dormir.

A maioria das armas que vem pra cá são de Mato Grosso e Marabá. Uma pistola 318 no mercado do tráfico ta custando na ponta R\$ 2.500,00, uma mira a laser está em torno de R\$ 5.000,00, uma AR-15 é mais ou menos R\$ 7.000,00. A própria Polícia é quem trás prô traficante comprá¹²².

¹²¹ Por tratar-se de uma área afastada do meio urbano e rodeado de matas, é favorável a ações criminosas. CEASA: Estrada do Murutucum, Km 4, Bairro: Utinga/Curió - Belém-Pará.

¹²² A exposição de Zaluar (2007) informa que os depósitos das Forças Armadas e o depósito das Polícias Militares, também sempre foram uma fonte para o aumento das armas em circulação, na medida em que eram roubadas, furtadas, ou até mesmo vendidas por membros dessas corporações.

*Antes de mexer com droga eu era ajudante de pedreiro, tinha a maior dificuldade pra ganhar R\$ 100,00 por mês, agora a coisa é diferente, eu tenho mais facilidade de ganhar dinheiro.*¹²³

O meu maior sonho é comprar uma moto e fazer uma festa de aniversário bem Pai D'égua prá minha mãe. Hoje eu tenho dinheiro não posso nem dar a festa e nem comprar a moto, como é que eu vou aparecer com uma moto lá em casa? Minha mãe não ia entender (Adolescente do Riacho Doce, 15 anos).

O depoimento acima durou cerca de quatro horas e nos trouxe informações preciosas. Fatos até então ignorados, impregnados de minúcias nos permitiram a sustentação de um exame dos elementos que hipoteticamente havíamos pronunciado no desenho de análise do pré-projeto desta dissertação.

Como em “*A mão e a luva*”¹²⁴, o depoimento acomodou perfeitamente as variáveis anteriormente levantadas e tratadas ao longo do texto. Através do mesmo, foi possível identificar os elementos referendados: violência, crime, pobreza, exclusão, desemprego, juvenilização do crime, tráfico de drogas e de armas, corrupção policial dentre outras coisas.

A pretexto de análise sobre atos de transgressão explícitos no referido depoimento e nas amostras dos episódios de infração revelados, tomamos como ponto de partida as dinâmicas do crime organizado na atualidade, os fenômenos globalizantes da sociedade atual, a situação de risco social, o papel da representação dos agentes de Segurança Pública e as Políticas Públicas de Segurança no Brasil, para que seja possível identificar a sorte de fatores que desencadeiam a transgressão que levam fatalmente ao crime.

Uma das conjecturas defendidas por Alba Zaluar (2007)¹²⁵ é de que o Pacto Federativo Brasileiro reforçou a separação entre os Estados, reforçou os bairrismos e a idéia de que cada Estado tem de cuidar de sua segurança. As Polícias Estaduais divididas entre si, também denotam a atitude de fechamento dessas barreiras, o que tem prejudicado muito a investigação inteligente da criminalidade que está muito mais referida à constituição das redes do crime

¹²³ De acordo com Zaluar (2004, p. 34), [...] a ilusão do “dinheiro fácil” revela a sua outra face: o jovem que se encaminha para a carreira criminoso enriquece não a si próprio, mas a outros personagens que quase sempre permanecem impunes e ricos: receptores de produtos roubados, traficantes do atacado, contrabandistas de armas, Policiais corruptos e, por fim, advogados criminais sem escrúpulos.

¹²⁴ “A mão e a Luva”, romance escrito por Machado de Assis em 1874.

¹²⁵ Alba Zaluar: Palestra proferida no Seminário de Segurança Pública na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 12/07/2006. Cf. na íntegra em: <http://www.al.rs.gov.br>

organizado no país, do que a um possível aumento da pobreza e da desigualdade, o que é difícil de se comprovar, segundo ela.

As taxas de criminalidade de modo geral, estão se espalhando desde as Regiões Metropolitanas, que foram as regiões em que essa onda se iniciou na década de 80, hoje estão se espalhando para o interior dos estados.

A maioria delas vinculadas a uma outra questão que é como chegam as drogas e as armas no país, por que, ininterruptamente, apesar de toda a repressão, elas continuam chegando, mesmo nas cidades e nos estados que não fabricam arma nenhuma.

Segundo a pesquisadora, o tráfico de drogas é também um empreendimento capitalista. Ele reúne capital, trabalho, mercados, promove o desenvolvimento¹²⁶. Cria riqueza, cria emprego, mas, ao mesmo tempo, promovem efeitos adversos e negativos sobre a sociedade, sobre o próprio mercado e sobre o Estado.

Em sua opinião, o Estado não pode ser dissociado do desenvolvimento capitalista. O Estado foi inventado, justamente, para garantir a segurança dos cidadãos. Ele entra com uma série de práticas, com o estado de direito, de autoridade que permite que haja diferenças entre o que se passa nos diversos tráficos, nas atividades econômicas fora da norma legal em que também os jovens são explorados, e o que se passa numa empresa que procura seguir as normas trabalhistas do país.

No meu entender, é isso que vai explicar por que é que alguns traficantes posicionados, melhor colocados nessas redes que se formam, que compõe essa logística através da qual as armas e as drogas atravessam fronteiras, não encontram barreiras nenhuma, elas vão atravessando e que auferem a maior parte dos lucros (*Idem*, p.06).

Além disso, o tráfico de drogas cria restrição no livre comércio, e para isso fazem uso da violência. Quem não está, de algum modo, ligado e submetido às regras de recrutamento, de lealdade, de adesão, entre outras coisas, dessas organizações criminosas não pode negociar, não pode se apresentar como *free lance*¹²⁷. É uma aventura arriscada alguém querer entrar sem um contato, sem a

¹²⁶ “Promoveu o desenvolvimento da Colômbia, porque fez uma inovação tecnológica e agora parece que estão fazendo a mesma coisa no interior de São Paulo, segundo a última notícia que ouvi” (ZALUAR, 2007).

¹²⁷ Segundo Alba Zaluar, isso está claríssimo dentro das favelas do Rio e também hoje em várias áreas dos bairros onde estão essas favelas.

aprovação, sem aquilo que eles chamam de o conceito ou consideração do traficante.

Em escala menor a esta que Zaluar se refere, conforme depoimento acima, no Riacho Doce ocorre de forma semelhante. Zaluar afirma que às leis sociais e a dinâmica social das pequenas localidades, onde se encontram as quadrilhas de traficantes bem armadas, que dominam áreas cada vez maiores das cidades, ocasionam uma desagregação, porque o medo, o receio de desagradar, faz com que as pessoas se calem; faz com que as pessoas se voltem cada vez para dentro de suas casas; faz com que os pais não tenham como evitar que suas filhas sejam seduzidas, atraídas, usadas, engravidadas, por jovens que pensam que as suas atividades não tenham nenhum tipo de limite, nem moral, nem jurídico.

Assim esses grupos juvenis acabam por desenvolver cumplicidade em torno de atos ilícitos dos mais variados tipos, “são temidos e conhecidos no espaço público como desestabilizadores, sendo vistos como uma ameaça” (ABRAMOVAY *et al*, 2004 p.96).

Os jovens envolvidos com os grupos criminosos ficam a mercê das rigorosas regras que proíbem a traição e a evasão de quaisquer recursos, por mínimos que sejam, além de ganharem o rótulo de eternos suspeitos. Jovens e crianças especialmente pobres (ZALUAR, 2004, p. 60), estão sendo usados por organizações criminosas para realizar atos mais diversos e arriscados, no entanto, não são eles que enriquecem com o crime.

Os objetos roubados, que deixam de ser valores de uso para se tornarem valores de troca, passam por muitas mãos: do eventual assaltante e ladrão, para as quadrilhas bem armadas ou para policiais corruptos, que também tomam dos primeiros ladrões, e, finalmente para os receptadores, que pagam pouco por esses objetos e os revendem a preços de mercado. Dessa maneira, o tráfico inventou uma cultura empresarial que, infelizmente, se baseia no ganho fácil, nos lucros extraordinários em que se apela para qualquer coisa para ganhar.

Na opinião de Freire Costa (2007), esse tipo de violência se nutre da decadência e do descrédito social, e rapidamente se degenera em cultura da delinqüência. “O desaparecimento da figura do Ideal coletivo dá lugar ao surgimento da figura do fora-da-lei, como imagem Ego-Ideal. O delinqüente é a forma que o homem supérfluo encontra para sobreviver socialmente na cultura da violência” (p.02).

O controle social, algo mais amplo do que o controle da ordem pública, parece ter esgotado suas funções no interior de modelos tradicionais.

Os mecanismos de pressão social sobre o comportamento dos indivíduos que operam, sobretudo na esfera da moralidade, pública e privada, não parece suscitar nem o sentimento de medo, sequer o de angústia diante das possibilidades sempre abertas, de violação das normas sociais (*Idem*, p. 20).

Admitindo que somente a imposição da lei, seja capaz de minimizar os impactos de violência e criminalidade nos espaços urbanos das grandes cidades, a observação da mesma deve seguir por parte daqueles a quem é legitimado o poder de coibi-la ou contê-la. O que em inúmeras vezes não acontece. Comumente se percebe, principalmente na área investigada, uma certa permissividade com o crime, já que nas ocasiões em que mais se busca a proteção e o desfecho da lei, o que se observa é a contravenção da mesma em seus muitos aspectos.

Episódio nº 02 – Violência policial

policial Militar mata civil

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA:

O CONSEP através de Ofício n.º 005/2002, vem denunciar que no dia 25/12/01, por volta de 19h30, GILSON MENDES FARIAS, paraense, solteiro, pedreiro, filho de GEORGENOR BAIA FARIAS/ISAURA MENDES TAVARES, residente na Pass. Marinho, Vila Alegre n.º 88- fundos/Guamá, foi alvejado com um tiro efetuado por seu vizinho, o SD PM ANTÔNIO MORAES DA SILVA, pertencente ao 6º BPM, quando tentou defender sua companheira ROSELI MENDES TAVARES e seu irmão que estavam sendo agredidos pelo referido policial, o qual apresentava visíveis sintomas de haver ingerido bebida alcoólica, sendo que GILSON ao interferir foi baleado dentro da casa do PM A MORAES que evadiu-se do local, tendo a vítima sido levada ao PSGuamá.

Fonte: SEGUP/Pa – Arquivos da Ouvidoria Pública da Capital¹²⁸.

¹²⁸ Ressaltamos que por questões de normas de sigilo da Ouvidoria Pública do Estado, mesmo diante de nossa insistência, não nos foi fornecido os números dos processos das denúncias contidas neste trabalho.

O presente episódio refere-se à atitude violenta de um policial militar, que após atirar em um cidadão, levou o mesmo a óbito. O policial foi denunciado na Secretaria de Segurança Pública do Pará, especialmente na ouvidoria, um dos órgãos de controle interno do Sistema de Segurança.¹²⁹

Na tentativa de uma punição a um membro da sociedade imbuído de poder legítimo, as Ouvidorias e Corregedorias Públicas assumem o papel de juizes diante de arbítrios cometidos por Polícias civis e militares.

O trabalho das Ouvidorias e Corregedorias Públicas no Brasil tem significado um avanço democrático no sentido de se coibir os crimes arbitrários cometidos por agentes de Segurança que se percebem acima da Lei.

Esses órgãos especializados nesse tipo de punição legal têm contribuído para que a Lei se cumpra para aqueles que a “representam” e ainda assim a descumprem (*idem*).

¹²⁹ As Ouvidorias são responsáveis pela apuração de denúncias contra policiais, sejam feitas diretamente pela vítima ou por testemunhas, sejam encaminhadas pelos comandantes e delegados, pelo Ministério Público, pelo Disque-denúncia, e são responsáveis pela apuração dos fatos e devidas punições aos infratores. Fonte: (LEMGRUBER, MUSUMECI & CANO, 2003).

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES"
INSTITUTO MÉDICO LEGAL

INSTITUTO MÉDICO LEGAL
 Rua Celso de Figueiredo, 11
 66095-000 - Belém - PA

X
 GERÊNCIA DE PERÍCIAS NO MORTO

Lin. 1108 Fl. 030

Laudo de Exame de Corpo de Delito: NECRÓPSIA MÉDICO LEGAL

PREÂMBULO:
 O Diretor do IML "Renato Chaves" Dr. Cláudio Marçal Guimarães, atendendo requisição (00) DP. GUAMÁ, pelo DPC Bela. José Guilherme Tavares, designou os Peritos Oficiais Antônio Félix M. Couto e Ovídio Pimenta Nunes e o auxiliar de necropsia Moacyrson Costa, no dia 26/12/01, às 14h20, neste IML, para procederem ao exame e responderem aos quesitos de Lei abaixo transcritos, na pessoa qualificada como sendo: **GILSON MENDES FARIAS**, 24 anos, preto, masculino, solteiro, ajudante de pedreiro, parense, brasileiro, filho de Georgete Baia Farias e Izaura Mendes Tavares; residente na Passagem Marinho, n.º 009 - Guamá. Documento de Identificação: RG: 2890028/SSP/PA. DO: 2827659.

TRANSCRIÇÃO DOS QUESITOS DE LEI:
PRIMEIRO - Qual a causa da morte do examinando?
SEGUNDO - Qual o instrumento, ação ou meio que a produziu?
TERCEIRO - Foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por outro (médico ou não)? (resposta especificada)?
QUARTO - Se a vítima é menor de 14 anos ou seja outro motivo que diminua sua capacidade de defesa?

HISTÓRICO: Na requisição consta que a vítima faleceu às 07h40, do dia 26/12/01 em decorrência a homicídio, tendo o óbito ocorrido no HPSM do Guamá, sendo entrada neste IML às 13h58, do dia 26/12/01. Laudo médico: paciente vítima de F.A.F. em região do hemitórax esquerdo (região lateral). Submetido a drenagem torácica e a laparotomia exploratória, que evidenciou lesão de pâncreas, perfuração gástrica, lesão do cólon. Feito gastrografia, colonografia e paracostografia, evidenciou em choque refratário e óbito hoje, às 07h30. Dr. Antônio Carlos A. da Silva, CRM 4475.

DESCRIÇÃO Exame externo: Cadáver despido, cabelos pretos, medindo aproximadamente 1,70m, em bom estado de nutrição, complexão robusta. Rigidez cadavérica de distribuição parcial, órmeas opacificadas, caracterizando mais de seis horas de morte. **Lesões Externas:** ferida cirúrgica de laparotomia exploratória (medião abdominal), com 32cm de extensão, suturada com fio de mononylon em pontos separados. Ferida cirúrgica, de 3 cm de extensão, suturada, localizada na face lateral esquerda do tórax, 5º espaço intercostal de (necessária para drenagem). Ferida perfuro-cortante, de forma circular, com bordas invertidas com arma de cortante, tendo 0,9 cm de diâmetro, localizada na face lateral esquerda do tórax no nível do 6º espaço intercostal, com característica de orifício de entrada de projétil de arma de fogo (bala). **EXAME INTERNO:** Praticada a incisão bimastróica no couro cabeludo, deslocados e substituídos os retalhos, observou-se occipital íntegro. Feito incisão cranioparieta e afastados os retalhos, retirado o glióstron cego esternal e abertas as cavidades torácica e abdominal, constatou-se pulmões e coração de coloração pálida, com aspecto morfológico macroscopicamente viáveis, dentro da normalidade. Hemoperitônio volumoso. Presença de rafa do diafragma esquerdo, gastrografia na grande curvatura, colonografia esquerda, locação do pâncreas. Retirado um projétil de arma de fogo (bala) que estava encravado na musculatura dorso lombar direita e encaminhado para análise. Foram sobotados os seguintes exames complementares: **Balística:** Trata-se de um projétil de arma de fogo, tipo semi-encamisado EXPO, peso 9,98g, apresentando deformações acidentais na ogiva e corpo cilíndrico, possuído no corpo cilíndrico marcas de raiamento do cano (parte interna) de uma arma de fogo. PC: Edes Durvas. Alcoolémia: 0,29g de álcool por litro de sangue. Conclusão: Não justifica embriaguez. Triagem sanguínea: material inadequado (sangue hemolizado). Pesquisa de pólvora carbônica na culatra: negativo para óbvio e latente em ambas as mãos. PC: Irailson e Lílian Jere. **DISCUSSÃO/CONCLUSÃO:** Um único tiro atingiu a vítima, que lhe ocasionou a morte, tendo o seguinte trajeto: da esquerda para a direita, ligeiramente de diante para trás e ligeiramente de cima para baixo. Em seguida recrusturamos o cadáver e passamos a responder aos quesitos de lei: ao primeiro, choque hipovolêmico devido a morte aguda, devido hemorragia interna devido ferida perfuro-cortante no tórax por projétil de arma de fogo, ao segundo, ação perfuro-cortante; ao terceiro, não;

Dr. Antônio Carlos A. da Silva
 Médico - Legista

Dr. Ovídio Pimenta Nunes
 Médico - Legista

MOD-IML - 030

Resultado da Perícia cadavérica da vítima Gilson Mendes Faria – Referente ao episódio nº 02. Ofício 005/2002. Fonte: SEGUP/Pa – Arquivos da Ouvidoria Pública da Capital.

Os estudos de Gullo (1998), pretextam a violência policial sob a análise da combinação de quatro fatores essenciais: *concepção, ideologia, treinamento e impunidade*. Segundo o mesmo, as milícias estaduais passaram a desempenhar um papel de Polícias Militares por força do Decreto-lei 667, de 2 de julho de 1969, promulgado durante o regime autoritário instaurado a partir do golpe de abril de 1964. Transformaram-se em forças de controle dos estados por parte do governo central. As Polícias Militares comandadas por membros do exército, garantiam a ordem autoritária e evitavam possíveis desvios. Foram concebidas como instrumentos de poder autoritário e, portanto, imbuídas de força repressiva contra as manifestações populares indesejáveis.

Essa concepção repressiva desenvolveu nos comandantes a ideologia da repressão policial fundamentada na visão militar da ordem, respeito à autoridade, submissão a vontade do comando e punição exemplar. Desta perspectiva, todos os integrantes da instituição. Nessa perspectiva, todos os integrantes da instituição são adestrados sob a égide desses valores. Os policiais, (soldados, cabos, sargentos, subtenentes), em sua grande maioria, possuem baixa escolaridade, baixo nível econômico e moram em condições inferiores.

Esses mais vulneráveis tendem a assumir os valores autoritário-repressivos através do treinamento onde se dá pouca ênfase as questões ligadas aos direitos humanos ou às diferenças inerentes as camadas sociais que compõem a sociedade.

Apesar dessas eficiências, os policiais são imbuídos de autoridade e poder objetivado pelo uso da farda como símbolo social e da arma como suporte de ação, embora não estejam preparados social e psicologicamente para usá-las dentro dos limites da lei.

Em muitos casos, a impunidade fica sendo o fator que consolida o desvio da ação policial militar porque, apesar de existir uma justiça paralela e corporativa que tende a proteger os seus pares, a justiça comum, quando atua de forma complementar, depende de inquéritos elaborados mediante graves distorções e sofre pressão do aparato policial para evitar condenações que os desmoralizem (GULLO, 1998, p.110 -111).

Na concepção de Tavares do Santos (1997, p. 163) “esta relação de excesso de poder configura, entretanto, uma relação social inegociável porque atinge, no limite, a condição de sobrevivência, material ou simbólica, daquele que é atingido pelo agente da violência”.

O mesmo interpreta que hoje, o principal alvo da arbitrariedade policial são os mais vulneráveis e indefesos da sociedade brasileira: o pobre, o trabalhador rural e sindicalista, grupos minoritários, crianças e adolescentes abandonados¹³⁰. Em função disso, é justificado o descrédito da população em relação ao trabalho policial, visto que a grande maioria das pessoas não acreditam que em seus

¹³⁰ Em todo Brasil a Polícia militar continua a executar sumariamente os suspeitos e os criminosos. Em São Paulo 18 pessoas por mês são mortas pela Polícia. No Rio a média é de 24. Muitas dessas vítimas vivem nas periferias pobres e as vítimas são dos grupos mais vulneráveis: os pobres, os negros e os sem-teto (PINHEIRO, 1997, p. 48).

governos não haja implementação de leis que garantam a igualdade e a imparcialidade dos sistemas de segurança em relação aos membros das classes sociais diferenciadas.

Desta feita, o “pobre”, por exemplo, “vê o sistema judiciário como um instrumento de opressão a serviço dos ricos” (PINHEIRO, 1997, p. 48). [...] “a negação dos direitos para os mais pobres reforça as diferenças sociais hierárquicas, fazendo com que os direitos sejam poucos mais que uma cortina de fumaça para uma terrível dominação” (*Idem*).

Por esse motivo é que Paixão & Beato (1997), ao se utilizarem às expressões “*Polícia de Gente*” e “*Polícia de Moleque*” classificou a Polícia entre duas categorias, ou seja, uma “dócil em relação aos privilégios de classes e status” e outra “nunca hesitante em usar o chicote no trabalho de domesticação das rebeldias individuais e coletivas das classes baixas” (p.233). E acrescentam: “uma e outra conspiram igualmente contra a realização dos direitos civis que define o controle social democrático” (p.234).

Nenhum desses modelos de “controle social” social têm sido capazes de minimiza os impactos da criminalidade social no modelo atual de sociedade, muito pelo contrário, a transição democrática brasileira encontra incomoda companhia no crescimento das taxas de criminalidade violenta nas áreas metropolitanas brasileiras desde os anos de 1970, alterando substancialmente o diagnóstico e as terapias recomendadas de resolução de problema central da construção da ordem democrática – o controle coercitivo, pela autoridade pública, de comportamentos individuais e coletivos desviantes em relação às regras legais (PAIXÃO & BEATO, 1997).

Pelo detalhamento do histórico do episódio acima referendado, se avalia que o policial militar embutido do poder “legítimo”, ainda em estado de embriaguez desferiu contra uma vítima indefesa que não portava nenhum tipo de arma, e intentava a defesa de duas outras vítimas da truculência policial.

Partindo de sua (o policial)¹³¹ inserção profissional, a posição social dos indivíduos se estabelece numa zona de ambigüidade, em que ele é ao mesmo tempo protetor e repressor, temido e desejado. Tal inserção se manifesta nas atitudes policiais em dificuldades de relacionamento externo, freqüentemente expressas na idéia de que a Polícia não é para ser gostada, mas para ser respeitada ou talvez temida (BRETAS & PONCIONI, 1999, p. 150).

¹³¹ Grifo do autor.

Na opinião de Cano (2003), a permanência de altos níveis de violência policial é um indicador de como o equilíbrio entre segurança e direitos humanos está longe de ser alcançado. Embora monitorada e denunciada nos últimos 15 anos, os níveis de violência policial permanecem elevados no Brasil e indicam que a consolidação de políticas de segurança democráticas está longe de acontecer. A título de exemplo, no Estado de São Paulo, a mortalidade de civis pela Polícia mantém padrões elevados, de modo que o uso descontrolado da força letal, a arbitrariedade, a tortura e as práticas abusivas ou ilegais contra populações pobres são freqüentemente denunciadas. Os níveis de violência policial apresentam variações entre governos, mas em geral permanece um padrão elevado – verificado por meio de indicadores como a morte de civis pela Polícia (CANO, 2003, p. 16-17).

Na opinião de Pinheiro (1997), o Estado é responsável por impedir as práticas repressivas ilegais que sobreviveram às transições democráticas. Ele afirma: “Para que houvesse esse impedimento, o Estado precisaria erradicar a impunidade dos crimes oficiais da mesma forma que o faz com os crimes cometidos pelos indivíduos” (p. 47)

O mesmo acredita que considerar o peso do "histórico autoritário" brasileiro sobre as instituições estatais encarregadas de realizar o controle social é o mesmo que deduzir que houve pouco espaço para uma abordagem democrática da questão da segurança pública no país. Se o início da vida republicana brasileira não significou a vigência de uma ordem social democrática estável, as questões relativas ao controle social também não foram tratadas democraticamente.

Em relação à Polícia, historicamente se sobressai o papel eminentemente repressivo atribuído a essa instituição. Independentemente do regime político vigente (democrático ou autoritário), são as práticas arbitrárias e de maus tratos que caracterizam a relação entre a Polícia e certos grupos da população (*Idem*, p. 47-48).

Nesse contexto, o que se verifica é a grande dificuldade de submeter o campo da segurança ao controle democrático nas corporações policiais. Por isso, questiona-se a eficácia das políticas de segurança e justiça ou do sistema de justiça criminal, cogitando que é necessário atribuir a eficácia dos sistemas de segurança dentro da legalidade e da igualdade em todos os setores.

Episódio nº 03

PM agride publicamente: inobservância dos Direitos Humanos

Protocolo nº 02882003.

Histórico da denúncia:

A denunciante relatou que no dia 14.09.2003, por volta das 18h, formou-se uma briga de gangues em frente a sua residência, que resultou em uma lesão nas costas do esposo da denunciante, provocada por SIDNEY DA SILVA DIAS que portava um terçado, o que motivou o irmão da denunciante LUIZ CARLOS BRASIL DA ROSA, sair em defesa do cunhado. Nesse momento surgiu uma VTR/PM, de placa JUX 9170 – 11ª ZPOL sediada na SU do Guamá, tendo o condutor jogado o carro em cima de LUIZ CARLOS, o que fez com que o mesmo reclamasse com os PMs, o que resultou em sua detenção, e em seguida foi espancado pelos policiais militares em via pública, fato este presenciado por moradores locais, neste instante a denunciante tentou intervir sendo jogada ao chão, em seguida LUIZ CARLOS foi conduzido na VTR da PM, juntamente com a denunciante, ao HPSM do Guamá, que LUIZ CARLOS desmaiou em frente àquela casa de saúde, após ser medicado foi transferido para a UTI do HPSM da 14 de Março devido à gravidade de seu estado de saúde, onde se encontra hospitalizado até o presente momento.

Por volta das 21h30 daquele mesmo dia a denunciante esteve na SU do Guamá, sendo recebida por um policial civil não identificado, tendo a denunciante informado o motivo de sua presença naquele órgão, tendo como resposta, que não poderia registrar ocorrência policial, pois os militares já haviam estado ali e informado que o irmão da declarante os havia agredido, e que o mesmo quando fosse liberado do hospital teria que vir na Seccional para contar a sua versão; sendo informada naquela Seccional que o local para denunciar os militares não era ali. o referido policial ainda solicitou o nome, idade e endereço do irmão da denunciante, tendo esta informado, e neste momento perguntou como é que ficaria o caso do seu companheiro que está lesionado, o policial lhe informou que não poderia registrar a ocorrência até o seu irmão sair do hospital e prestar depoimento. Na data do dia 15.09.03 a denunciante formalizou denúncia junto a COR PM, originando o Protocolo n.º 590/2003, xerox anexa e ainda foi encaminhada ao IML através do ofício n.º 499/03 -REGISTRO/CORPM. No dia de ontem retornou à SU do Guamá, onde registrou ocorrência policial, prestando depoimento e sendo encaminhada ao IML juntamente com o seu companheiro.

Fonte: SEGUP/Pa. Arquivos da Ouvidoria Pública da Capital.

Provavelmente o exibicionismo da força represente uma das características mais marcantes de muitos Agentes de Segurança no Brasil. Tal exibicionismo pode ser caracterizado a partir de várias ações, dentre elas, disposições para fazer justiça com as próprias mãos, efetuar invasão de domicílios sem mandato judicial, espancamento e execuções sumárias de pessoas julgadas indesejáveis, entre outras (MACHADO & NORONHA 2002, p.190).

No entender desses autores, aceitação da agressão como ameaça do uso da força remete para a fragilidade das concepções e práticas de negociação de conflito, em nível dos direitos costumeiro e formalizado.

Expressando uma separação entre sociedade e poder político estatal, essa fragilidade da Polícia em adotar mecanismos de regulação de conflitos é causa

da dificuldade da resolução pacífica de muitas disputas. Pelo que afirmam: “Os PMs exibem armas pesadas, andam em bandos e se deslocam em carros oficiais. São descritos ora como arrogantes, ora como ineptos, por não serem capazes de reconhecer e tomar medidas enérgicas” (*Idem*, p. 194 -195).

No episódio nº 03, os policiais foram chamados ao local para resolver um conflito de gangues que ali se instalara. A expectativa dos moradores neste ínterim era a de que no mínimo a Polícia cumprisse seu papel, dispersando o conflito garantindo a segurança da população e até mesmo dos infratores, para que a justiça se encarregasse de tomar medidas coercitivas juridicamente legais. E não criar um conflito ainda maior, insuflando o medo na comunidade local e agredindo fisicamente uma pessoa de forma truculenta e covarde. “Iguando moradores e marginais, a Polícia acaba sendo identificada com os bandidos que, como ela, também não respeitam o direito do outro e usam a força para impor a sua vontade” (*Idem*, p.211).

Esse modelo de comportamento policial não permite aos cidadãos a plena confiança na Polícia, ao contrário, a desconfiança da Polícia faz com que as pessoas se previnam contra ela. “Essa falta de confiança resulta em uma longa tradição de abusos de violência praticados pela Polícia brasileira, especialmente, contras as classes inferiores e contra moradores de áreas periféricas” (LEEDS, 1998, p. 244).

O uso de métodos violentos, ilegais ou extralegais por parte da Polícia é antigo e amplamente documentado. Durante toda a história republicana, o Estado encontrou maneiras tanto de legalizar formas de abuso e violação dos direitos, como desenvolver atividades extralegais sem punição. A persistência da violência policial e seu crescimento recente foi possível pelo menos em parte por causa do apoio popular. [...] O comportamento da Polícia parece estar de acordo com as concepções da maioria, que não apenas acredita que a boa Polícia é a dura e que seus atos ilegais são aceitáveis (CALDEIRA, 2000, p. 136 -137).

Alguns autores Huggins, Fatouros & Zimbardo (2006), a fim de esclarecerem a violência institucional, defendem a tese de uma “profissionalização da violência policial”, segundo a qual equivale a uma ação racional cientificamente orientada. Ou seja, subtende-se que há neste contexto, um treinamento especializado em “um dado corpo de conhecimentos, uma rígida divisão de trabalho, uma hierarquia na tomada de decisões” (p. 379).

Em relação à atividade Polícia no Brasil, o profissionalismo foi operacionalizado por meio de ideologias de controle do crime e militarização técnica.

Nessa representação, divide-se a população em “cidadãos de bem” e “criminosos”, sendo os criminosos, transformados em estranhos infratores da lei, a serem tratados com repressão pesada e generalizada. Na verdade, porém, o profissionalismo militar tanto pode aumentar quanto dissimular a violência policial. Isso relega os policiais que violam os padrões profissionais ao *status* de excepcional como “maças podres” dentro instituição policial profissional (*loc. cit*).

Assim, desse profissionalismo militar nasce o poder que desencadeia toda sorte de arbitragem, enquanto lógica a ser alimentada.

Freqüentemente, [os policiais]¹³² exteriorizam um comportamento arrogante e desrespeitoso, possivelmente para estabelecer a diferença que os separa de seus – socialmente falando – semelhantes. Parece ser essa a razão pela qual muitos policiais, ao tentar mediar conflitos em delegacias e sem conseguir êxito, encerram a questão com um murro na mesa, seguido da seguinte advertência: “Chega! Quem manda aqui sou eu” (ROCHA, 2005).

No episódio 03, a ação dos policiais militares, acintosa e ostensiva, foi efetivada em local público, a fim de que todos pudessem atestar o seu poder. Essa expressão de força, marcada pela arbitrariedade e pela ilegalidade, é essencial para que se sustente o poder policial perfeitamente legitimado pela violência, haja vista a sua banalização no meio policial, que transforma em normal, por ser comum, a ação truculenta de policiais.

“A força e a agressão, constituem poderosos instrumentos de intimidação a que Policiais recorrem, com muita freqüência, para aplicar castigos e reafirmar a autoridade” (ROCHA, 2005, p. 102), sem, contudo se permitir pensar nos direitos do cidadão, amplamente discutidos na sociedade atual.

Diz Schiling (2000) que enfrentar a questão da violência, na perspectiva dos direitos humanos e da consolidação de um Estado de Direito que possa garantir o pleno exercício da cidadania, pressupõe uma multiplicidade de ações envolvendo o governo e a sociedade civil. O marco destas ações deve ser o da indivisibilidade dos direitos humanos compreendidos em seus aspectos individuais e sociais envolvendo os direitos civis, políticos, sócio-econômicos e culturais.

Somente por meio da consideração destes vários e complexos aspectos poderá ser concretizado o direito de todo cidadão à vida e a segurança. Isto envolve

¹³² Grifo do autor.

uma compreensão cada vez mais profunda do que nos acontece, de formas a provocar ações coletivas.

A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e liberdade, como se fossem coisas, afirma. Esta definição é ampla e moderna: incorpora como violência, indo além da violência física, a violência psíquica contra alguém. Quando o agente responsável por manter a lei e a ordem e garantir os direitos dos cidadãos inflige essa lei, ele está seguramente destituindo o ser de seus direitos, não só apenas quando fazem uso da força para impor seu poder, mas também quando promovem ações que comportam humilhação, vergonha, discriminação além da violência interpessoal ou intersubjetiva.

Episódio 04 e 05

Corrupção e sociabilidade no meio policial

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA:

O CONSEP através de Ofício n.º 085/2005, vem denunciar que no dia 24/02/2005, por volta de 15h45, MARIA DE FÁTIMA SOUZA, paraense, separada, dona de casa, filha de JERÔNIMO SILVA, residente na Rua da Olaria S/N esquina da Rua Nova Jerusalém/Gamá, sofreu crime de extorsão por parte do CABO DA PM HAROLDO P. SANTOS, pertencente ao 6º BPM, extorsão relativa à dívida de R\$500,00 (quinhentos reais) de venda drogas de seu irmão fugitivo CLEBERSON SILVA, sofrendo inclusive ameaças de morte, por não efetivar o pagamento do montante exigido pelo referido policial, ainda que a mesma afirme não ter envolvimento nos negócios ilícitos do irmão.

Fonte: SEGUP/Pa. Arquivos da Ouvidoria Pública da Capital.

Embora os episódios 04 e 05 tratem de situações diferentes, configuram crime de extorsão¹³³. Tipo de comportamento possível de ser identificado no meio policial de “alguns” agentes que atuam no espaço de nossa investigação, como foi possível perceber a partir do relato de muitos entrevistados durante o período desta pesquisa.

¹³³ Originalmente chamado de concussão, ou seja, crime que se assemelha ao crime de extorsão, mas que se caracteriza por ser um crime próprio, por somente poder ser praticado por funcionário público. Consiste na exigência de vantagem indevida, em razão da função que exerce na esfera pública. Fonte: (ROCHA, 2005).

No desenvolvimento deste texto foi possível descrever atitudes de suspeição e irregularidade na conduta de muitos agentes de segurança do Riacho Doce. Houve vários depoimentos de moradores locais que em muitas situações percebiam, e muitas vezes comprovavam, atos de transgressão praticados por determinados policiais lotados na área, mas sem que nada possam fazer mediante a “lei do silêncio”, estabelecida pelo medo de represálias, permanecem impotentes diante desses sinistros.

Os referidos episódios foram examinados na Ouvidoria do Estado e por estarem inseridos no tema investigado nesta pesquisa, foram utilizados para a sustentação daquilo que já suspeitávamos, ou seja, a sorte de eventos relacionados à transgressão no meio policial e as possíveis sociabilidades delas advindas junto aos criminosos da área.

Por se tratarem de documentos legais¹³⁴ nada mais pertinente que dispor do teor dos fatos para que possamos analisá-los teoricamente, procurando dar respostas a prerrogativas estabelecidas.

É muito provável que neste exato momento transações ilícitas estejam ocorrendo a partir das muitas sociabilidades lá edificadas entre “bandido” e “mocinho”. No entanto, o que parece ocorrer muitas vezes é que essa sociabilidade em determinadas situações “insociável” termina por gerar outros conflitos ainda maiores, ou seja, aqueles pares que interagem numa suposta “fidelidade” nos “negócios”, por algum desagravo acabam tornando-se rivais que disputam entre si, território, clientes e lucro de transações ilícitas.

Ao que parece, episódio acima retrata perfeitamente o resultado da depauperação de uma sociabilidade. Ou seja, a relação entre pares (policial e bandido), que antes poderia representar interesses afins, degenera para uma relação de desafeto.

A busca desenfreada pelo lucro das transações ilícitas termina por transformar relações sólidas, em relações de ódio e perseguição e, na maioria das vezes, o agente envolvido que tem informações sobre a lucratividade dos negócios, quer receber pagamento por sua colaboração nos mesmos.

¹³⁴ Ressaltamos que embora a funcionária da Ouvidoria Pública fosse autorizada a nos disponibilizar os históricos das ocorrências evidenciadas neste trabalho, a mesma não teve autorização da ouvidora responsável para fornecer os números dos processos, ordenando o sigilo dos mesmos.

De acordo com Zaluar (2004), nos acordos da extorsão e nas dívidas contraídas, muitas das pessoas envolvidas são levadas a roubar, assaltar e algumas vezes até matar para pagar aqueles que os ameaçam de morte, como ocorre inclusive no envolvimento com Agentes de Segurança, caso não consigam saldar a dívida. Pelo que afirma: “Ora, policiais corruptos agem como grupos de extorsão que podem ser rotulados de grupos de extermínio” (*idem*).

Quadrilhas de traficantes e assaltantes não usam métodos diferentes dos primeiros, e tudo leva a crer que a luta pelo butim entre eles estaria levando à morte seus jovens e peões (p.68).

O episódio nº 04 ilustra perfeitamente esse modelo de comportamento por parte de um agente de segurança pública lotado no bairro ao que muitas vezes nos referimos. Não houve mesmo nem a discrição do agente envolvido, visto que o mesmo, confiante na impunidade, ameaçava parentes da vítima sem, ter o cuidado de evitar o constrangimento de pessoas que nada tinham a ver com o caso.

Envolve-se de tal forma nos negócios ilícitos em busca de alguma rentabilidade extra que ignoram sua condição, sua profissão, sua conduta e a necessidade de uma auto avaliação sobre seu procedimento profissional.

Episódio 05



Governo do Estado do Pará
Secretaria Especial de Defesa Social
Conselho Estadual De Segurança Pública
Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública

TERMO DE DECLARAÇÕES**TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA: SIDNEY DA SILVA DE ARAÚJO.**

//////Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, prédio onde funciona a Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública, presente Ouvidora Dra. ROSA MARGA ROTHE, compareceu o senhor SIDNEY DA SILVA D. ARAÚJO, 22 anos de idade, não apresentou cédula de identidade, brasileiro parense, convivente, comerciante, filho de RAIMUNDO NONATO ARAÚJO e de VACILDA SILVA ARAÚJO, residente e domiciliado na Rua 25 de Junho nº 420, perímetro compreendido entre as Passagens Moura Carvalho e Marilene, Bairro do Guamá, telefone nº 259-1410, o qual declarou; Que, no dia 09 de junho do corrente mês e ano por volta de 9h, o declarante encontrava-se na Rua Barão de Igarapé Mirim, esquina com a Rua 25 de Junho conversando com uma vizinha quando foi abordado por três policiais civis dentro os quais um de nome IZAN e outro conhecido como "BENEZINHO", os quais informaram ao declarante que o mesmo estava sendo acusado de assalto e que iria ser conduzido para a Seccional do Guamá para reconhecimento, se não fosse reconhecido pelas testemunhas e vítimas seria liberado; Que, na Seccional do Guamá o declarante não foi reconhecido pela vítima, mas sim por duas testemunhas, após o que foi ouvido em depoimento por um escrivão, onde contou nada haver com o assalto de que estava sendo acusado, pois inclusive no horário de tal fato o declarante encontrava-se em frente sua residência acompanhado de diversos vizinhos que poderão confirmar se for necessário. Em seguida, o declarante foi procurado pelo policial IZAN e pelo escrivão que não sabe precisar o nome, os quais lhe perguntaram quanto o declarante tinha para negociar sua liberdade, como o declarante nada possuía ficou calado, ocasião em que o policial IZAN perguntou se o mesmo tinha mil reais, ao que respondeu que sim, tendo referidos policiais dito ao declarante que o mesmo deveria comparecer naquela Seccional com o dinheiro no dia 13.06.2004 as 10h, conforme intimação (cópia anexa), caso negativo, o declarante será novamente preso; Que, permaneceu recolhido em uma cela na Seccional Urbana do Guamá das 9h às 19h do dia 09.06.2004, só sendo liberado após comprometer-se a entregar mil reais aos policiais na data acima. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu-se por encerrado o presente Termo, que vai devidamente assinado pela Ouvidora pelo declarantes e por mim  que o digitei.

Protocolo nº 01462004

Ouvidora: 

Declarante: 

Rua Arzobispo Manoel Teodoro, 305 - CEP 66023-700 Belém - Pa. Fone: (091) 213-2235 - Fone Fax (091) 212-2577
Duk Destinação: 0800.240.7170 - E-mail: ouvidor@prodepa.gov.br



Pará



Ouvidoria

Fonte: SEGUP/Pa. Arquivos da Ouvidoria Pública da capital.

Segundo Alba Zaluar (1994), a idéia de que o bandido que tem muito dinheiro no bolso consegue escapar dando um "bico" à Polícia é bastante difundida entre eles. Tal idéia acaba incentivando a ambição e o envolvimento cada vez maior

da Polícia, “Uma idéia que pressiona no sentido da escalada da violência e na obtenção do dinheiro ‘fácil’ por meios ilícitos” (p. 84).

A partilha do produto do roubo vem a dar uma idéia de conflito entre os comparsas, pois é nela que se firma a ascensão na hierarquia do crime e a inevitável e conseqüente possibilidade de nela ganhar um quinhão maior. No episódio citado, pelo que se percebe, o agente da extorsão se entrega a um limite tão extremo de envolvimento que persegue familiares do criminoso em questão, em busca de lucros esperados ou prometidos, mesmo que estes nada tenham a ver com suas atitudes criminosas. “Os bandidos que, longe de serem identificados com Robin Hood, [...] são vistos como parceiros dos policiais corruptos, como os que gostam de muito dinheiro no bolso e pouco trabalho, o que vem a ser também a imagem popular do capitalista brasileiro” (*op. cit.*).

No entanto, Rolim (2006), adverte que o tema da corrupção policial deve ser tratado de forma cautelosa, assinalando que o mesmo não deve se prestar a um tipo de intervenção “midiática” que permita uma associação simbólica do próprio fenômeno com os policiais. Mesmo porque isso seria injusto, uma vez que, por pior que seja a situação, haverá sempre policiais honestos.

Ele chama a atenção para o fato de existir uma cultura policial surpreendentemente comum, em que pese à extraordinária diferença entre as estruturas policiais dos diversos países, e sublinha que as formas modernas de associação criminosa e, especialmente à construção de um fabuloso mercado mundial para o tráfico de drogas que colocou a Polícia diante de fenômenos até então desconhecidos, como por exemplo, as “infiltrações” dentro das estruturas policiais.

No caso brasileiro, buscamos as análises de Cláudio Beato (2007), que faz uma longa discussão sobre o tema, criando um link com as políticas de segurança pública no Brasil e a corrupção policial. O mesmo afirma que o tema “Polícia” é ilustrativo dos percalços e vicissitudes que a segurança pública enfrenta na formulação de políticas nessa área no Brasil.

A Polícia tem preenchido largos espaços na mídia tanto pela questão da corrupção quanto da violência. A exemplo disso, lembrou os episódios de Carandiru e Vigário Geral que vieram revelar um quadro de brutalidade policial cujas raízes parecem ser mais profundas que o ato de indivíduos isolados.

A visibilidade dos eventos relacionados à corrupção ou violência policial está na pauta dos eventos mais dramáticos de violações dos direitos humanos, o que de forma nenhuma esgota a discussão do tema da Segurança Pública. Ele diz que de qualquer maneira, eventos dramáticos são oportunidades que costumam desencadear processos importantes de reforma, não obstante as raízes da propensão à violência policial estarem localizadas, muitas vezes, no cotidiano operacional das organizações.

Na realidade, o ponto de desconforto em relação à atual estrutura está na existência de uma força policial militar: uma Polícia Militar não se coaduna com a realidade democrática das sociedades modernas.

Lemgruber, Musumeci e Cano (2003), apontam outros fatores que levam a corrupção policial. E afirma que a mesma constitui marca registrada das nossas Polícias. Esse fato pode ser justificado em parte em função dos salários aviltantes que os policiais recebem na maioria dos Estados brasileiros, e que eles muitas vezes complementam prestando serviços (ilegais) de segurança privada, ou por meio de práticas irregulares durante o próprio trabalho. A ampla tolerância das corporações e essas formas de “abono salarial” (p.41), quando não o agenciamento direto de tais práticas por membros dos escalões superiores das Polícias, mostra que a corrupção está longe de ser um desvio de conduta esporádico, atribuível a falta de idoneidade deste ou daquele agente.

Trata-se de um fenômeno disseminado e arraigado, tanto quanto a tortura ou o uso excessivo da força, e tende a contar, da mesma maneira, com o manto protetor das corporações. “Assim, como as duas práticas são freqüentemente justificadas em nome da ‘eficácia’ no combate ao crime, a primeira é tolerada ou até incentivada a título de ‘compensação’ pelos baixos salários” (*Idem*).

A corrupção pode se traduzir na exigência de dinheiro ou de vantagens indevidas – o que normalmente se denomina *extorsão* – ou na venda da liberdade e outras formas de poupar pessoas da aplicação da lei em troca de uma certa soma de dinheiro. Tais trocas são ainda mais difíceis de detectar do que a extorsão, por constituírem “crimes sem vítima”, que ademais costumam contar com a cumplicidade ativa dos beneficiários (LEMGRUBER, MUSUMECI & CANO 2003, p. 42).

E para complementar esse quadro esses autores mencionam também um fator que não pode ser desprezado, que diz respeito ao envolvimento direto dos setores das Polícias em atividades criminosas como no caso o tráfico de drogas, o

fator que evidencia o episódio nº 04, um caso de corrupção (extorsão) policial denunciado a Ouvidoria do Estado.

Encontramos da mesma forma, no clássico trabalho de Zaluar (2004), evidências de que os “grupos” de policiais corruptos estão envolvidos em vários esquemas de extorsão na maioria das vezes ligados ao tráfico de drogas. Ela afirma que a droga hoje se associa a uma cultura de valorização do dinheiro, do poder, da violência e consumismo, (p.32), já que seu comércio tornou-se uma enorme fonte de lucros altos e rápidos e de violência.

É a droga, segundo a autora, que equipa policiais mal intencionados com uma grande capacidade de aterrorizar e pressionar as eventuais vítimas a pagarem quantias altas que na maioria das vezes obtém por meio de atividades criminosas que fazem de pessoas seu objeto, tal como a situação colocada no episódio nº 04.

A corrupção policial pelo que se percebe pode ser traduzida por vários meios, por cobrança de transações ilícitas, por serviços “particulares” de proteção em estabelecimentos comerciais, por lucratividade em jogos proibidos por lei, por proteção a prisioneiros que efetivamente podem pagar por isso, como por exemplo, os grandes traficantes que possuem quantias consideráveis sobre o lucro do tráfico, por ameaças de prisões arbitrárias como exemplifica o episódio nº 05.

Com essas atitudes, os policiais reafirmavam sua superioridade, demonstrando que podem dispor daquele corpo submisso, que Foucault chamou de corpo dócil, fabricado pela disciplina da violência. Ou seja, o preso para ter seu corpo liberto teria que efetivamente pagar a quantia de mil reais aos policiais que pareciam criar um esquema de crime simplesmente para obter a partir daí uma lucratividade articulada.

De acordo com Rocha (2005), a naturalização dessa prática criminosa na Polícia, juridicamente definida como crime é de tamanho alcance que se confunde com a própria fiança, um instituto legal que garante liberdade àqueles a quem a lei permite prestá-la. A prisão segundo a mesma deve ser usada como um recurso legal e não como um aparato para extorsão policial. E para tanto existe o concurso da lei que é bastante clara¹³⁵.

¹³⁵ Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei” (art. 5º, LXI, da Constituição Federal vigente). Fonte: (ROCHA, 2005).

Os estudos de Huggins, Fatouros & Zimbardo (2006), demonstram que o processo histórico brasileiro evidencia essas práticas excessivas adotadas ao longo dos anos fazendo parte de uma concepção há muito solidificada principalmente nas Polícias Militares e que ainda continuam resistente a mudanças necessárias nos países no processo de novas democracias.

Essa opinião é compartilhada por Monet (2001), quando afirma que a história mostra lembranças da dramatização excessiva das representações contemporâneas sobre a violência. Os excessos ocorrem de variados modos tanto pela corrupção quanto pelo uso da “força-bruta”, nos subúrbios, nas ruas, nos estádios de forma lamentável e ao mesmo tempo prejudicial. De um modo geral, as instâncias da autoridade institucional como encarna, por exemplo, a Polícia, não são muitas vezes questionadas.

A Polícia sempre apresenta boas razões para justificar sua onipresença em certos bairros e práticas de provocação dirigida às quais se entrega: é exatamente nos bairros desfavorecidos, com alta taxa de desemprego, que se comete uma parte importante da criminalidade urbana, roubos, vandalismo, tráfico e drogas, e são, geralmente, os desempregados, que são os mais perseguidos pela (Polícia)¹³⁶ por sua participação na criminalidade. Mas agindo assim, a Polícia reproduz, sem o perceber, um esquema vindo diretamente do século XIX: a criminilização das camadas sociais mais desfavorecidas [...] (MONET, 2001, p. 233).

Como quer Monet (2001), “a Polícia se julga tão natural e necessária à existência social quanto o ar que respira”. Convencida da justiça absoluta da causa que defende, não se preocupa muito em legitimar sua ação junto a um público exterior.

Organização burocrática maciça, ela impõe a seus agentes enfatizar prioritariamente a conformidade de seu trabalho com as normas organizacionais da instituição, em vez de adequação de suas prestações às expectativas externas. Em suma, em toda parte, a Polícia acabou por se considerar como a única em condições de definir em que consiste o seu papel na sociedade (p. 277)

No entanto, Zaluar (2004) prefere nos advertir que de mais a mais, é importante lembrar que apesar desse modelo de representação, existe um enorme vazio institucional, o que permite cada vez mais um crescimento exponencial dos crimes violentos. Diz ela: “tal vazio, decorre principalmente do funcionamento do

¹³⁶ Grifo do autor.

sistema de justiça no Brasil” (p.360), uma “justiça” que consegue apenas alcançar uma parcela de “excluídos”, uma justiça que fecha os olhos quando a classe questionada não é aquela dos subúrbios das cidades.

Segundo Caldeira (2000), os principais alvos da violência policial não são os adversários políticos, mas sim os “suspeitos” como Sidney Araújo, a vítima do episódio nº 05, (suspeitos criminosos), em sua maioria pobres e negros.

Em parte por causa do apoio popular a essa violência, “as violações dos direitos humanos são uma questão pública” (p.158), exibidas diariamente pelos meios de comunicação de massa, livres de censura.

E muito embora o Brasil seja hoje uma democracia em que os direitos políticos e a liberdade de organização e de expressão são amplamente garantidos, casos como o de Sidney Araújo¹³⁷ representa apenas mais uma das muitas violações desses direitos, inclusive perpetrados por muitos policiais que se colocam acima de qualquer questionamento.

Assim, os direitos humanos, mediante a atitudes arbitrárias, tornam-se irrelevantes para controlar e prevenir crimes e violências praticadas por governos e agentes governamentais. A formulação e implementação de políticas de segurança pública, justiça criminal e administração penitenciária, com raras exceções, continuam a ser dominadas por políticos, policiais, promotores com práticas de violência e corrupção.

A opinião de Mesquita Neto (2006, p. 53) é de que a consequência então é a persistência, e em alguns casos do aumento, da violência e da corrupção nas Polícias e prisões, aliada a impunidade dos responsáveis por violações dos direitos humanos, o que contribui para a falta de confiança da população nas instituições de segurança pública, justiça criminal e administração penitenciária. Essa falta de confiança, por sua vez, contribui para o distanciamento e a baixa colaboração da população com a Polícia e a justiça no controle e prevenção do crime e da violência.

¹³⁷ Episódio nº 05

CASOS EXEMPLARES DE VIOLÊNCIA NO RIACHO DOCE

Caso 01: Um mergulho do Tucunduba

Ano de 2003 – Seis educadores do Projeto Riacho Doce, foram abordados por vários assaltantes no final de expediente. Os educadores são orientados a andarem sempre em grupo na tentativa de prevenir os constantes assaltos na “Passarela do Medo”. Mesmo assim o destemor dos assaltantes provou que a impunidade no local é evidente. Apesar dos gritos dos educadores, dois policiais que estavam de plantão no PM Box, sequer saíram do local para socorrê-los, ao contrário, assistiam ao fato como se fosse lazer, e até se divertiam. Um dos professores, ao tentar impedir que uma colega fosse agredida por um dos assaltantes armado com um terço, foi violentamente agredido e para não ser ferido ou morto, se jogou no Igarapé Tucunduba, para se proteger e neste ato, perdeu seu celular. O fato é que nada foi feito, pelos policiais, tanto este que se jogou no Igarapé quanto os demais foram socorridos por moradores que se sensibilizaram. Os assaltantes após levar carteira, bolsas e celulares das pessoas, saíram tranquilamente, sem terem tido o menor dissabor em relação aos policiais que estavam bem ali perto.

Ao recorrerem ao PM Box, para pedirem providências, os policiais somente se limitaram a dizer essas palavras: *Isso é assim, mesmo, esse local está cheio de bandido, não se pode fazer nada!* E nada fizeram realmente.

Caso 2: Esse rio é minha rua

No ano de 2001, A prefeitura Municipal de Belém, começou a desenvolver uma proposta de Plano de Desenvolvimento Local do Riacho Doce e do Pantanal. O Projeto buscou além da manutenção da navegabilidade, a melhoria das condições de trabalho e de comercialização de produtos oriundos das ilhas próximas de Belém, como madeira, frutas, palha, tijolos e telhas cerâmicas. Os portos, já construídos, permitem o ordenamento deste comércio característico da área, potencializando novas iniciativas e a ampliação das atividades já existentes. Complementarmente, a estrutura viária projetada possibilita o escoamento destes produtos e uma maior integração entre bairros, criando vias alternativas de circulação.

A Prefeitura de Belém junto com a Caixa Econômica Federal, dentro do Programa Habitar Brasil/BID, possibilitou com isso, a potencialização de ações voltadas para a reversão do quadro de insalubridade a que estão submetidos os habitantes da Bacia do Tucunduba, no caso, as comunidades do Riacho Doce e Pantanal, localizadas às margens do Igarapé, com cerca de 1.500 famílias¹³⁸.

Todas essas benfeitorias trouxeram mais qualidade de vida aos moradores desses bairros, no entanto, o índice de violência não diminuiu, ao contrário, a ponte construída sobre o Tucunduba transformou-se em um excelente aliado do crime, visto que os assaltos que lá ocorrem diariamente se transformaram em uma espécie de “pedágio” do crime pagos por todos que são obrigados a transitar pela ponte.

Tivemos a oportunidade de ver crianças e adolescentes assaltando pessoas e se livrando da Polícia, mergulhando no Tucunduba e por serem bons nadadores fugirem com facilidade.

Caso semelhante ocorreu com uma funcionária do PRD, que foi abordada por um adolescente que colocou uma faca em seu pescoço que a obrigou a entregar todos os seus pertences e mesmo entregando tudo foi ferida.

O transgressor certo da impunidade mergulhou tranquilamente no Tucunduba, e saiu nadando sem que nada pudesse ser feito, a não ser prestar socorro à vítima.

¹³⁸ Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/./melhores_praticas_2001_2002/&nome=12Tucunduba. Acesso em: 20/12/2007

Caso 3: Muito prazer “Senhor Rato”.¹³⁹

Ano de 2004, foi provavelmente um dos mais difíceis de nossa gestão no PRD. Iniciamos o ano com um grande número de alunos, cerca de 1.200 crianças e adolescentes. Pelo contingente matriculado sabíamos que este seria um ano de grandes desafios: salas lotadas, materiais de expediente insuficiente, lanche restrito e muito trabalho.

Porém para nossa surpresa, as crianças começaram a faltar e conseqüentemente a evadir das atividades do PRD. A razão disso eram os constantes assaltos a que estavam sujeitos na área do Riacho Doce, principalmente na ponte sobre o Tucunduba. Os assaltantes não respeitavam nem as crianças. Durante as reuniões com os pais, o assunto girava em torno da violência e os riscos. Por isso, os pais cobravam ações mais efetivas da coordenação para garantir a segurança das crianças.

Visitamos por diversas vezes a delegacia de Polícia a fim de encontrar uma solução, além de solicitar a equipe de segurança da UFPA mais efetividade na segurança do Campus III.

Somente em raríssimas ocasiões uma e outra força aparecia por lá, e os atos criminosos continuaram acontecendo. As crianças foram evadindo e o número de alunos reduziu pela metade, tanto que no segundo semestre, o número de crianças matriculadas não chegava a 400.

Apesar de nossos esforços em sensibilizar os pais da importância daquelas atividades esportivas gratuitas para seus filhos, o medo se transformou no argumento maior para abandono das atividades.

Depois de tanto buscar auxílio das autoridades competentes, nossa última alternativa foi a de buscar parceria com um famoso transgressor do Riacho Doce, o Rato Branco.

Enviamos um bilhete ao mesmo, através de um dos alunos do PRD, convidando-a para uma conversa informal. Ele aceitou o convite e apesar de certo receio, expomos sobre o problema da violência as quais crianças estavam sendo vítimas, e tentamos buscar sua parceria.

¹³⁹ Apelido de um líder de gangue da área do Riacho Doce.

O mesmo nos garantiu que não eram gangues do Riacho Doce que assaltavam as crianças do PRD e sim uma gangue rival que provinha da área do Pantanal. Não sabemos até hoje se por vaidade do poder ou por outra razão, o “Senhor Rato” se prontificou a dar proteção as nossas crianças, exigindo apenas que as mesmas usassem o uniforme da Instituição para poderem ser identificadas.

Não posso informar que tipo de providências foram tomadas pelo “Senhor Rato”, mas o fato é que de alguma forma, o índice de assalto contra as crianças de PRD diminuiu consideravelmente e os alunos começaram a retornar para as atividades.

“Infelizmente¹⁴⁰” no início de 2006, o “Senhor Rato” foi preso pela Polícia Militar em uma operação especial que ocorreu na área, e meses depois os assaltos começaram a ocorrer novamente, influenciando na evasão das crianças do PRD mais uma vez. Há pouco tempo, soubemos que o “Senhor Rato” saiu da cadeia e até agora não temos mais notícias de seu paradeiro.

Caso 4: Celular ultrapassado não dá lucro!

Outubro de 2006 – Mais uma vez seis educadoras do PRD foram assaltadas por cinco homens que estavam de bicicleta. Esse assalto ocorreu com requintes de perseguição e tortura, já que os mesmos cercavam as educadoras por todos os lados sem lhes deixar alternativa de fuga. Todos armados com facão às jogaram no chão para tirar seus pertences rindo e debochando de sua condição feminina. Duas delas ainda tentou escapar, mas não tiveram alternativa a não ser entregar tudo que tinham nas mãos, pois foram perseguidas de bicicletas. O pânico foi geral, quem estava por perto nada podia fazer, pois nestas situações a maioria das pessoas, teme socorrer as vítimas por medo.

Passados alguns minutos do roubo, que ocorreu aproximadamente às dezoito horas as vítimas dirigiram-se a um PM Box próximo, localizado em frente a um dos portões de acesso à Universidade para pedir ajuda, já que não tinham nem mesmo o dinheiro do ônibus para retornarem as suas casas ou se dirigirem a Seccional mais próxima.

¹⁴⁰ Grifamos de propósito a palavra infelizmente, para que fique claro que o nosso pesar está relacionado à perda de proteção que se perde com a prisão do “Senhor Rato”, mesmo que essa “proteção” parta de um transgressor. No entanto compartilhamos a idéia de que se há transgressão a lei deve ser cumprida.

Além do susto, do constrangimento e do medo, ainda, receberam uma “bronca” dos policiais que as “culpou” pelo fato de terem sido assaltadas: *Ah! A culpa é de vocês que ficam dando sopa por aí, nós não podemos fazer nada, não podemos sair daqui, o rádio está sem pilha não tem como a gente se comunicar com o comando, não tem viatura disponível pra ir atrás dos bandidos. Vão para a delegacia e prestem queixa. Não podemos fazer nada.*

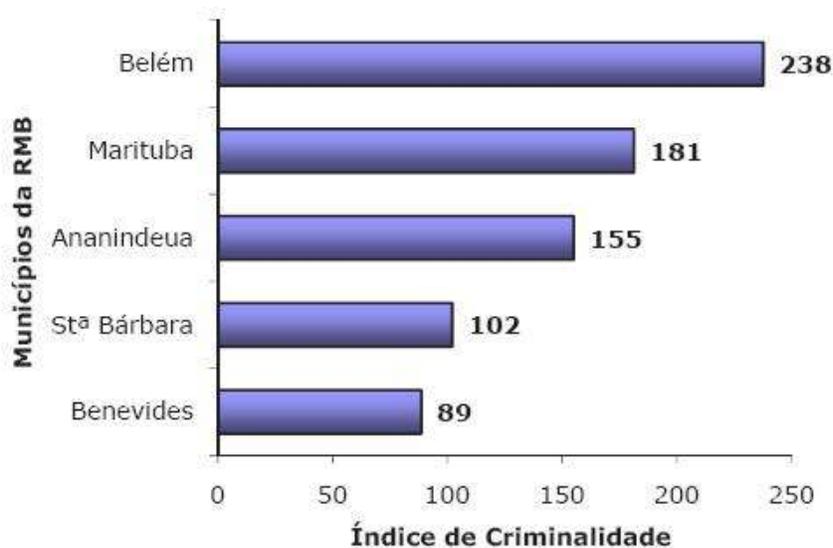
Diante desse comportamento, as vítimas ao relatarem posteriormente o ocorrido, acrescentaram no final: *Fomos mais bem tratados pelos bandidos do que pela Polícia!*

No dia seguinte, um dos assaltantes, certo da impunidade, mandou um aluno do PRD devolver apenas os documentos das educadoras, avisando que no próximo assalto que as mesmas deveriam estar com aparelhos celulares mais modernos, senão não valeria a pena roubar, pois celular ultrapassado não dá lucro!

ANEXOS – DADOS ESTATÍSTICOS

Crimes Contra a Pessoa por Município				
Municípios	Quantidade	%	População	IC*
Belém	33.954	77,06	1.428.368	238
Ananindeua	7.728	17,54	498.095	155
Marituba	1.839	4,17	101.356	181
Benevides	406	0,92	45.774	89
Santa Bárbara	136	0,31	13.313	102
Total	44.063	100,00	2.086.906	-

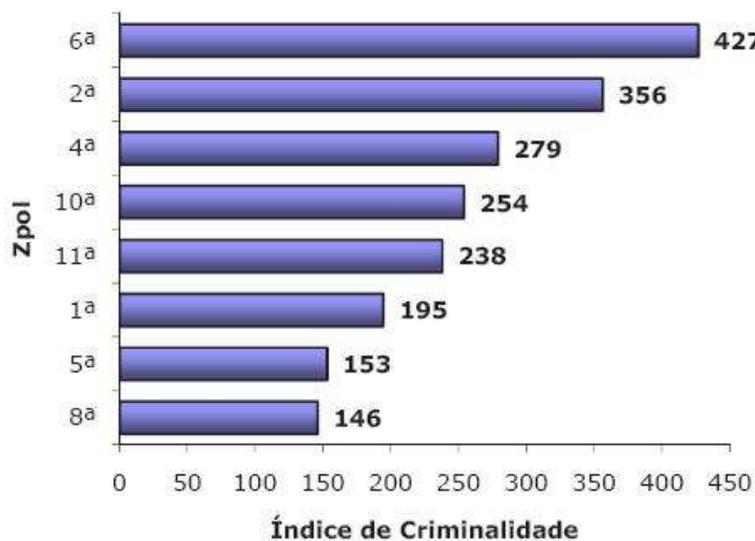
Anexo 1: Tabela quantitativa de registros, percentual e índice de criminalidade de crimes contra a pessoa nos municípios da RMB, no ano de 2006 (Fonte: GEPEC, 2007).



Anexo 2: Índice de criminalidade de crimes contra a pessoa nos municípios da RMB, no ano de 2006 (Fonte: GEPEC, 2007).

Crimes Contra a Pessoa por Zpol				
Zpol	Quantidade	%	População	IC*
5ª	5.130	18,19	334.973	153
11ª	4.427	15,70	185.930	238
4ª	4.297	15,24	153.966	279
10ª	4.194	14,87	165.078	254
1ª	3.623	12,85	186.057	195
6ª	2.360	8,37	55.289	427
2ª	2.300	8,15	64.542	356
8ª	1.871	6,63	128.036	146
Total	28.202	100,00	1.273.871	-

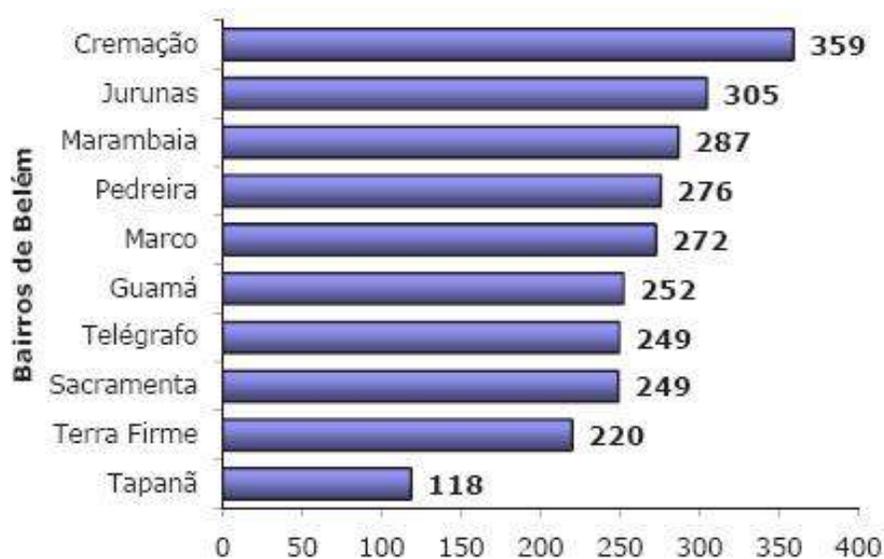
Anexo 3: Tabela quantitativa de registros, percentual e índice de criminalidade de crimes contra a pessoa (por Zpol) em Belém, no ano de 2006 (Fonte: GPEC, 2007).



Anexo 4: Índice de criminalidade de crimes contra a pessoa (por Zpol) em Belém, no ano de 2006 (Fonte: GPEC, 2007).

Crimes Contra a Pessoa por Bairro			
Bairros	Quantidade	População	IC*
Guamá	3.088	122.484	252
Pedreira	1.927	69.911	276
Jurunas	1.850	60.731	305
Marambaia	1.763	61.502	287
Marco	1.734	63.669	272
Sacramenta	1.479	59.407	249
Terra Firme	1.337	60.866	220
Tapanã	1.161	98.026	118
Telégrafo	1.106	44.350	249
Cremação	1.081	30.113	359

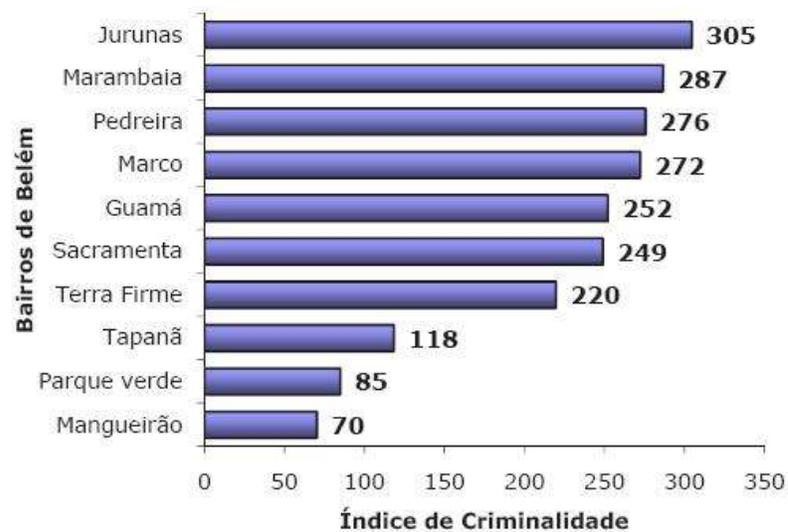
Anexo 5: Tabela quantitativa de registros e índice de criminalidade de crimes contra a pessoa nos 10 (dez) bairros de Belém com maior número de registros, no ano de 2006 (Fonte: GEPEC, 2007).



Anexo 6: Índice de criminalidade de crimes contra a pessoa nos 10 (dez) bairros de Belém com maior número de registros, no ano de 2006 (Fonte: GPEC, 2007).

Crimes Contra a Pessoa por Bairro			
Bairros	Quantidade	População	IC*
Guamá	3.088	122.484	252
Pedreira	1.927	69.911	276
Jurunas	1.850	60.731	305
Marambaia	1.763	61.502	287
Marco	1.734	63.669	272
Sacramenta	1.479	59.407	249
Terra Firme	1.337	60.866	220
Tapanã	1.161	98.026	118
Parque verde	505	59.453	85
Mangueirão	434	61.740	70

Anexo 7: Tabela quantidade de registros, população e índice de criminalidade de crimes contra a pessoa nos 10 (dez) bairros mais populosos de Belém, no ano de 2006 (Fonte: GPEC, 2007).



Anexo 8: Índice de criminalidade de crimes contra a pessoa nos 10 (dez) bairros mais populosos de Belém, no ano de 2006 (Fonte: GEPEC, 2007).